

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: MESTRADO**

**COLÔNIAS SUÁBIAS EM GUARAPUAVA E O EFEITO DISCURSIVO
DA MEMÓRIA NO ESPAÇO DE IMIGRAÇÃO:
ENTRE A “VELHA” E A “NOVA” PÁTRIA**

ADRIANA CRISTINA BERNARDIM

GUARAPUAVA

2013

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE-UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: MESTRADO**

**COLÔNIAS SUÁBIAS EM GUARAPUAVA E O EFEITO DISCURSIVO
DA MEMÓRIA NO ESPAÇO DE IMIGRAÇÃO:
ENTRE A “VELHA” E A “NOVA” PÁTRIA**

ADRIANA CRISTINA BERNARDIM

**GUARAPUAVA
2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE-UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: MESTRADO**

**COLÔNIAS SUÁBIAS EM GUARAPUAVA E O EFEITO DISCURSIVO
DO LUGAR DE MEMÓRIA NO ESPAÇO DE IMIGRAÇÃO:
ENTRE A “VELHA” E A “NOVA” PÁTRIA**

Dissertação apresentada por ADRIANA CRISTINA BERNARDIM, ao Programa de Pós- Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. MARIA CLECI VENTURINI

GUARAPUAVA

2013

ADRIANA CRISTINA BERNARDIM

**COLÔNIAS SUÁBIAS EM GUARAPUAVA E O EFEITO DISCURSIVO
DO LUGAR DE MEMÓRIA NO ESPAÇO DE IMIGRAÇÃO:
ENTRE A “VELHA” E A “NOVA” PÁTRIA**

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Maria Cleci Venturini (Orientadora) -
UNICENTRO

Prof^ª. Dra. Verli Petri da Silveira- UFSM –Santa Maria –
RS

Prof^ª. Dra. Lídia Stutz – UNICENTRO

20 de Agosto de 2013

Dedico este trabalho aos meus filhos, Ariadna e Tibério, pela compreensão e colaboração nas horas de estudo. À memória de meus pais. À minha família. Aos amigos de coração. A um amor. Sem vocês, nada disso teria sentido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à felicidade da vida.

Escrever uma dissertação de Mestrado é sem dúvida um dos trabalhos mais satisfatórios na vida de um estudante. A cada tentativa de buscar respostas, vamos aprimorando-nos e pelo ciclo natural do processo, nos afligindo, ainda mais e para aqueles que compartilham comigo desse momento ímpar, parecia uma tarefa que nunca chegava ao seu ponto final, porém foi somente pela compreensão de tão queridas pessoas da minha vida, que o sonho tornou-se realidade.

Uma espera de quase vinte anos até que o tão almejado título de “Mestra” fosse alcançado, e o melhor de tudo, na Universidade pela qual fui formada em 1994 e onde também realizei uma especialização em Letras, em 1998, a tão amada Unicentro.

À SEED – Secretaria de Educação do Estado do Paraná que num programa “inédito” de incentivo e valorização do professor da Educação Básica, dispensou-me do meu exercício em sala de aula para uma licença especial em busca da conquista de um título tão significativo para minha carreira profissional: o de “Mestra” em Letras.

Aos meus pais Féliz e Dona Bela (*in memoriam*). A vocês minha eterna gratidão e amor.

Aos meus irmãos Airton, Lindamir, Sirlei, Wilson, Rosevera, Áurea, Marcio e Marcos pelo apoio moral e de “logística”, pela presença constante em minha vida. Com vocês aprendi sobre a felicidade de fazer parte de uma família unida e fraterna.

Aos Professores: Amanda Eloina Scherer, Ari José de Souza, Antonio Esteves, Carme Schons, Célia Bassuma Fernandes, Claudio José de Almeida Mello, Daniel de Oliveira Gomes, Larissa Cervo, Mônica Graciela Zoppi-Fontana, Níncia Borges Teixeira, Raquel Terezinha Rodrigues, Ricardo André Ferreira Martins, Rosana Gonçalves, Sheila Elias de Oliveira pelos ótimos momentos que passamos juntos e aprendendo. A vocês todos, declaro a minha admiração!

Às Professoras Doutoras: Lidia Stutz, Luciana Baretta e Verli Fátima Petri da Silveira pela valiosa orientação no Exame de Qualificação e contribuição em minha Banca de Defesa.

À Marcely e Felipe, secretários do Mestrado Letras, pelo excelente trabalho realizado, auxiliando-nos em questões burocráticas.

À Lore Schneiders e Viviane Schüssler do Museu Histórico de Entre Rios, ao Professor Luciano Andre Egewarth diretor do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina em Entre Rios, pela atenção dispensada a minha pesquisa.

Agradeço especialmente, à Professora Doutora Maria Cleci Venturini, pela orientação sempre tão sincera, valorizando o lado humano de nossa relação professora-aluna, pela amizade que se tornou bastante íntima e pessoal, pelo bom humor, pelo poder de decisão, pelas brigas e por me ajudar a organizar os meus caminhos na teoria e também na prática da Análise de Discurso Pecheuxtiana, e principalmente por acreditar no meu potencial de pesquisadora, uma vez que *muitos* não acreditaram. E ao Beto, óbvio!!

Também de forma especial, quero agradecer ao professor Claudio José de Almeida Mello, que, com seu jeito “Dom Quixote” de ser, fez despertar em mim, um desejo de estudar novamente, buscando o sonho perdido, que ficara no passado, os moinhos de vento, o título de “Mestra”.

Ao querido professor de Francês Felipe Soeiros pelas ótimas aulas e pela contribuição nas leituras de Michel Pêcheux.

Destaco às personalidades de minhas queridas irmãs Áurea, Rosevera, Sirlei e Lindamir que tomaram conta das “coisas” (filhos, casa e cachorras) na minha ausência e me incentivaram sempre na busca pelo conhecimento.

Ao casal Padilha Bernardim que me auxiliou nas questões técnicas, desde me avisar que as inscrições do Mestrado haviam iniciado, até no trabalho árduo da tradução

de textos para a Língua Inglesa, para assim eu seguir meu caminho rumo à conclusão desse trabalho.

Às amigas de todas as horas, Bela e Claudia, amigas de viagens e descobertas, amigas que souberam me ouvir e respeitaram meu isolamento, amigas que me proporcionaram momentos felizes de descontração na “fuga” do laborioso exercício da pesquisa científica.

Aos colegas de mestrado Cristiane, Daniela, Edival, Elisa, Eunice, Hélivio, Jailton, Karina, Loide, Márcio, Suelen e Viviane pelas discussões acerca das aulas, pela lamúria compartilhada e solidária.

Aos amigos Maria Claudia, André Fernandes, Edival, Lavorati, Artur, Tafuri, Maristela e Cherpinski pela ajuda, força, compreensão, dedicação, apoio e pelos encontros maravilhosos e festivos, pela amizade sincera.

Aos colegas de trabalho, principalmente àqueles que *torceram* por mim.

Aos diretores dos CEEBJAs Guarapuava e Nova Visão que muito me apoiaram, entenderam, incentivaram e colaboraram para que eu adentrasse, continuasse e concluísse meu programa de Mestrado.

Aos alunos e alunas que deixei para trilhar novos rumos - sem vocês, para quê estudar?

A todas as pessoas que fizeram parte da minha vida até aqui, que me querem bem e torcem pelo meu sucesso, Rosemeri Moreira (fonte de inspiração intelectual), Soninha, Silvio, Luis Fernando, Cristiano, Bete e tantos outros importantes também.

A todos aqueles que por um lapso não mencionei, mas que colaboraram para esta pesquisa: abraços fraternos a todos!

“tudo dito,
nada feito,
fito e deito.”
(Paulo Leminski)

BERNARDIM, Adriana Cristina. **COLÔNIAS SUÁBIAS EM GUARAPUAVA E O EFEITO DISCURSIVO DO LUGAR DE MEMÓRIA NO ESPAÇO DE IMIGRAÇÃO: ENTRE A “VELHA” E A “NOVA” PÁTRIA.** 2013, (140 f.). Dissertação (Mestrado em Letras - Área de Concentração em Interfaces entre Língua e Literatura) – Universidade Estadual do Centro-Oeste.

RESUMO

O objeto de estudo, em nossa investigação, é o discurso de imigração e os discursos que constituem e sustentam esse espaço. Para recobrir esse objeto, buscamos articulações organizando-as para criar pontos de reflexão pelo fio condutor da memória em funcionamento e, por meio de gestos interpretativos adentramos aos efeitos de sentido. O objetivo maior é a análise da constituição da “Velha” e da “Nova” Pátria, por meio de lugares e de instituições que sustentam o duplo em um mesmo lugar. Os objetivos específicos são: buscar pelos efeitos de sentidos que ressoam dos discursos da imigração suábica, que emanam do MH e marcam o embate/encontro/desencontro entre a velha e a “Nova” Pátria; estabelecer relação entre a ‘comunidade imaginada’ de Entre Rios e Guarapuava para verificar se o lugar físico do sujeito constitui a identificação com a Pátria-Brasil; analisar o museu como *lugar* que interpreta e controla os sentidos em circulação no espaço de imigração, buscando o funcionamento da língua ensinada na escola, que circula nos monumentos, placas e mapa, sustentando/legitimando dois lugares/pátrias em um mesmo lugar. As questões de pesquisas decorrentes dos objetivos propostos e que serão respondidas ao longo dessa investigação são: 1) Como o museu, enquanto espaço institucional, interpreta e controla os efeitos de sentidos em circulação constitutivo da ‘nova’ pátria pela memória da antiga/velha pátria? 2) Como na/pela língua se constitui o discurso no espaço de imigração que sustenta e legitima duas pátrias em uma? O fio condutor da investigação constitui-se, portanto, por discursos que emanam do Museu Histórico MH, tendo em vista que ele interpreta e controla os sentidos do que é designado como “Nova” Pátria, a partir do que se apresenta como pertencente da “Velha” Pátria. Os recortes efetivados atendem aos movimentos discursivos em torno da “Velha” e “Nova” Pátria e o trajeto de pesquisa iniciou-se com visitas ao espaço de imigração em questão e ao MH. Este espaço, despertou-nos mais atenção, como possível objeto de pesquisa, durante os festejos comemorativos dos 60 anos de imigração suábica em Entre Rios, em janeiro de 2012. Fizemos um rastreamento de referências bibliográficas sobre a AD e suas articulações com conceitos e noções que nos são caros, como: espaço urbano, patrimônio, arquivo, instituições, comunidades imaginadas, identidades, sujeitos, ideologia, memória, rememoração/comemoração, lugar de memória, Pátria, nação, língua, espaço de enunciação, entre outros. Os discursos que circulam a partir do Museu Histórico sustentam-se pela língua na história, pois é pelo museu que a memória discursiva materializa-se, instaurando formações discursivas constituidoras de efeitos de sentido de verdade e de objetividade, naturalizando ou não os discursos, pelos quais ele significa como vitrine, na qual a história e a memória constituem o imaginário discursivo da imigração, ressoando efeitos de “Nova” Pátria. Os suábios são povos que viveram na região do rio Danúbio e que trouxeram na sua história uma itinerância instaurada pela busca de novas pátrias. A designação ‘povo suábico’ sustenta-se pela referência à região povoada por eles: a antiga Suábica, às margens do Danúbio. Entretanto, esse povo estrutura-se por várias nações, tais como, a Iugoslávia, a Alemanha e a Áustria, compondo a formação étnica da ‘nova’

pátria, que se constitui no entremeio, no jogo simbólico e político de um entre-lugar, que não é a 'nova' porque já se passaram mais de cinquenta anos, mas também não é a 'velha' pátria. Assim, no entremeio do que é ser suábio ou brasileiro sustentamos as análises na disciplina Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux, teoria que também se constitui/funciona no entremeio e é herdeira de três eixos que a alicerçam: a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise, buscando não os conteúdos dos discursos, mas o modo como os efeitos de sentidos desses discursos se constituem.

Palavras-chave: Língua, História, Espaço de imigração, Memória, Patrimônio.

BERNARDIM, Adriana Cristina. **SWABIAN COLONIES IN GUARAPUAVA: DISCURSIVES EFFECTS OF MEMORY IN THE IMMIGRATION'S SPACE: BETWEEN THE "OLD" AND "NEW" HOMETLAND.** 2013, (140 f.). Master's Thesis of Letters (Mestrado em Letras - Área de Concentração em Interfaces entre Língua e Literatura) Universidade Estadual do Centro-Oeste.

ABSTRACT

The object of study in our research is the discourse of immigration and the discourses that constitute and sustain this space. In order to embrace this object, we sought for some links, organizing them to create reflective points by the conductor line of working memory, and through gestures we entered the interpretive meaning effects. The main objective is the analysis of the constitution of the "Old" and "New" Homeland, through places and institutions that sustain the double in one and same place. The specific objectives are: seeking for the effects of meanings that resonate from the Swabian immigration speeches that derive from the museum and mark the conflict/match/dismatch between the old and "New" Homeland; establishing the relationship between the 'imagined community' of Entre Rios and Guarapuava to verify if the physical location of the subject constitute the identification with the Homeland- Brazil; analyzing the museum as a *place* that interprets and controls the moving senses in the space of immigration, seeking for the functioning of the language taught at school, which circulates in the monuments, maps and signs, holding / legitimizing two places / homelands in one place. The research questions arising from the proposed objectives and that will be answered throughout this research are: 1) How does the museum, while an institutional space, interpret and control the effects of circulating constitutive senses of 'new' homeland by the memory of the old country ? 2) How in/through language the discourse is constituted in immigration place which sustains and legitimizes two homelands into one? The conductor line of the research is formed, therefore, by discourses that emanate from the Historical Museum MH, considering that he interprets and controls the senses of what is referred to as "New" Homeland, from what presents itself as belonging to the "Old" Motherland. The fractions made meet the discursive movements around the "Old" and "New" Homeland and the research path began with visits to the area of immigration in question and to the MH. This space awakened us more attention as a possible object of research, during the celebrations of 60 years of the Swabian immigration Swabian in Entre Rios, in January 2012. We investigated bibliographic references about AD and its articulations with concepts and notions that are important to us, such as: urban space, heritage, archive, institutions, imagined communities, identities, subjects, ideology, memory, remembrance / celebration, a place of memory , country, nation, language, space of enunciation, among others. The discourses that circulate from the Historical Museum MH sustain themselves through language in history, because it is the museum that the discursive memory materializes, establishing discursive that make effects of truth and objectiveness meaning, naturalizing the speeches or not, by what it figures as a display, in which history and memory are the imaginary discourse of immigration, resonating effects of "New" Homeland. The Swabians are people who lived in the region of the Danube River and that brought in its history an itinerancy instituted by the search for new homelands. However, this people is structured by various nations such as Yugoslavia, Germany and Austria, arranging the ethnic formation of the 'new' country, which is in-between, in the

game of a symbolic and political between-place, which is not the 'new' because more than fifty years have passed, but that is not the 'old' one as well. So, in between of being Swabian or Brazilian we sustain the analyzes of the Discourse Analysis subject, which was founded by Michel Pecheux; that theory is also/ works in between and is heir to three axes that base itself: linguistics, historical materialism and psychoanalysis, seeking not for the contents of the speeches, but how the sense effects of these discourses constitute themselves.

Keywords: Language, History, Immigration Space, Memory, Heritage.

LISTA DE ENUNCIADOS-IMAGEM

ENUNCIADO-IMAGEM 1: Mapa da localização do Distrito de Entre Rios

ENUNCIADO-IMAGEM 2: Museu Histórico Heimatmuseum - Colônia Vitória - Entre Rios.

ENUNCIADO-IMAGEM 3: Brasão dos Suábios do Danúbio.

ENUNCIADO-IMAGEM 4: Monumento em homenagem aos imigrantes Suábios - Praça Nova Pátria - Colônia Vitória em Entre Rios.

ENUNCIADO-IMAGEM 5: Monumento em homenagem aos imigrantes Suábios - Praça Nova Pátria - Colônia Vitória em Entre Rios.

ENUNCIADO-IMAGEM 6: Placa indicativa numa rua da Colônia Vitória - Entre Rios.

ENUNCIADO-IMAGEM 7: Mapa da procedência dos Suábios do Danúbio no Memorial Mathias Leh – Colônia Vitória – Entre Rios

ENUNCIADO-IMAGEM 8: Mapa de procedência dos Suábios na festa de Comemoração dos 60 anos de Imigração Suábia na Cooperativa Agrária - Colônia vitória – Entre Rios

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. REMONTEMOS À PECHEUX - ENTRANDO NO TERRITÓRIO DA ANÁLISE DE DISCURSO.....	23
2.1. DISCURSIVIDADE NA/PELA MEMÓRIA: HISTÓRIA E PATRIMÔNIO.....	27
2.1.1. Em torno da relação memória e arquivo.....	37
2.2. REMEMORAÇÃO/COMEMORAÇÃO NO/PELO PATRIMÔNIO.....	40
2.2.1. Revisitando o museu: lugar de memória e história.....	45
2.3. MATERIALIDADES E EFEITOS DO PATRIMÔNIO: MONUMENTOS, PLACAS E MAPAS.....	49
2.4. A CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS PELA LÍNGUA NA HISTÓRIA E PELA IDEOLOGIA.....	53
2.4.1. Instituinto a "Nova" Pátria: língua e escola.....	59
2.5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	61
2.6. ESQUEMATIZANDO AS ANÁLISES: LUGARES DISCURSIVOS.....	63
3. COMUNIDADE DE IMIGRAÇÃO E A FORMAÇÃO HISTÓRICA E DISCURSIVA DAS CIDADES.....	67
3.1. COMUNIDADES IMAGINADAS: NAÇÃO/NACIONALIDADE E PÁTRIA.....	70
3.1.1. Entre Rios: da história ao discursivo.....	73
3.1.2. De Guarapuava a Entre Rios: espaço de imigração.....	78
3.1.3. Entre a “Velha” e a “Nova” Pátria: Identificações e práticas sociais.....	83
3.1.4. Sobre o imaginário do distrito de Entre Rios: “entre-lugar”.....	86
3.1.5. Entre Rios como o lugar de entremeio.....	91
4. O MUSEU HISTÓRICO MH E A CONSTITUIÇÃO DE DIFERENTES SENTIDOS – ENCAMINHANDO A ANÁLISE.....	94
4.1. MUSEU DE ENTRE RIOS – HEIMATMUSEUM MH – <i>LUGAR DE MEMÓRIA</i>	98
4.1.1. Museu – sustentando a memória discursiva no espaço de imigração.....	101
4.1.2. Sequências discursivas referenciais do/no Museu Histórico de Entre Rios – MH.....	105
4.2. ESPAÇO DE IMIGRAÇÃO – A “VELHA” E A “NOVA” PÁTRIA NO DISCURSO DE MONUMENTOS/PLACAS/MAPAS.....	112
4.2.1. Monumentos.....	112
4.2.2. Placas.....	118
4.2.3. Mapas.....	119
4.3. COLÉGIO IMPERATRIZ DONA LEOPOLDINA – CIDL - RELAÇÕES SOCIAIS E DE SENTIDOS – A LÍNGUA CONFRONTADA.....	122
5. CONCLUSÃO.....	131
6. REFERÊNCIAS.....	135

1. INTRODUÇÃO

Justificar o tema deste trabalho apenas com palavras é pouco, ainda mais quando as palavras não dizem tudo o que queremos dizer, elas estão cheias de intervalo e nos intervalos, há com frequência silêncios e apagamentos.

O percurso que trilhamos, para aqui chegar, é fruto de um sonho, que hoje se torna realidade, e não a lacaniana, a empírica mesmo, pois represento a minoria entre os meus colegas professores da educação básica, finalmente consegui chegar ao mestrado, tão desejado, há pelo menos vinte anos, desde que terminei a graduação em Letras Literatura, na FAFIG/UNICENTRO, em 1993.

É importante salientar que nesses vinte anos de espera, nunca me afastei totalmente da academia, pois sendo professora da rede estadual, participei de cursos, eventos relacionados às Letras e ao ensino da Língua Portuguesa e Literaturas.

Para mim, a caminhada é a própria vida e as coisas podem ser planejadas, mas penso também, que a vida acontece exatamente quando não há plano algum, e, é dessa forma, que minha história não é desvinculada da história dos sujeitos e, contrariamente, ao que se poderia pensar, na esteira do pré-construído, avanço na vida, na profissão, na teoria, na prática. Estou diante de uma nova tomada de posição, e agora sou mais uma peça da engrenagem discursiva e acadêmica.

Ao acompanhar as aulas que trataram da teoria da Análise de Discurso (doravante AD), fiquei ao mesmo tempo confusa e encantada, pois a língua começava a ser entendida como uma construção arbitrária. Como assim? Sem ela, a língua, não há o sujeito discursivo e é por meio dela que o sujeito representa-se no seu próprio assujeitamento. Difícil? Complexo? Sim, avançar nessas reflexões elaboradas por Pêcheux mostrava a todos nós, alunos, a força da AD e sua importância. A cada nova aula, a cada novo conceito, começávamos a ver o quanto somos interpelados pela ideologia dominante e por isso mesmo, assujeitados.

Ser testemunha e partícipe da construção do Programa de Mestrado em Letras, na Unicentro, sonhada ao longo dos anos, acompanhar como aluna, a efetivação da primeira

turma, é um privilégio e um aprendizado constante, pois estamos construindo o programa, que temos certeza, só tende a consolidar-se.

No decorrer do mestrado, passamos por momentos únicos, as aulas, as viagens aos eventos, as discussões no grupo de estudos, as leituras individuais, a escolha do tema, do corpus, dos recortes, as orientações com a Professora Maria Cleci, a difícil experiência de passar por uma banca de qualificação e o momento, o mais importante de todos: a defesa, a hora de entregar a dissertação, e sua difusão posterior entre leitores e pesquisadores.

A produção do presente texto, materializada pelas leituras em AD e determinada pelas nossas condições de produção, nos traz a convicção de que nosso trabalho é incompleto, como o é, a própria língua, porém a questão discursiva seja ela qual for, a partir de agora, passa a nos acompanhar por toda a vida.

Explanar sobre este trabalho, construído em dois anos, agosto de 2011 até agosto de 2013, é fácil e ao mesmo tempo difícil. Os efeitos de sentidos que ressoam da imigração dos suábios¹ sempre me chamaram a atenção, no sentido de que o discurso construído pelos imigrantes e seus descendentes, sempre significou como um discurso de força.

Os suábios eram antigos habitantes das margens do rio Danúbio² na Europa, que, após a Segunda Guerra Mundial, vieram ao Brasil. O município de Guarapuava/PR recebeu as famílias que, ao se instalarem nas novas terras, fundaram a Cooperativa Agrária³, e as colônias em Entre Rios. A formação das colônias suábias atendeu a

¹“A história dos suábios do Danúbio se confunde com a própria história da Alemanha, da Áustria, da Hungria e de outros países do sudeste da Europa, incluindo a ex-Iugoslávia, num período que, no total, abrange desde o século 17 até meados do século 20. De fato, trata-se de uma história bastante extensa e complexa, já que aquele mesmo período histórico representa a própria formação de vários dos países europeus atuais, com guerras, fusões, invasões, imigrações e a redefinição constante de fronteiras.” <http://www.agraria.com.br/> acesso em 01/03/2012.) Stein (2009) utiliza a fonte de Hermann Rüdiger. Die Donauschwaben in der Südslawischen Batschka. Stuttgart: Ausland und Heimat Verlags. 1931, p. 01, para definir os Suábios do Danúbio: “Suábios do Danúbio, em amplo significado da palavra, são os habitantes das regiões de colonização alemã ao longo do médio Danúbio aproximadamente de Ofenpest até Orsova, principalmente na grande região de planície, a qual apresenta suas fronteiras naturais no prolongamento dos Cárpatos ao Norte e ao Sudeste as áreas por ele percorridas.”

² A bacia do Rio Danúbio situa-se na Europa Central, é compartilhada por 17 estados, a Hungria, integralmente, a maior parte dos territórios da Áustria, Eslovênia, Romênia, Croácia, Eslováquia; parcelas significativas da Bulgária, Alemanha, República Tcheca, Moldávia, Ucrânia, Bósnia-Herzegovina, República Sérvia e Montenegro; além de pequenos trechos na Suíça, Itália, Albânia e Polônia. É o segundo rio mais longo da Europa, depois do Volga. Suas nascentes situam-se na Floresta Negra, região alemã, próxima aos limites territoriais da Suíça e da França. Santos (2005, p.118)

³ A Cooperativa Agrária Agroindustrial foi fundada, em 1951, por um grupo de suábios do Danúbio, refugiados na Áustria e que vieram ao Brasil após a Segunda Guerra. A ajuda da instituição Ajuda Suíça para a Europa (Schweizer Europa-Hilfe), idealizou um projeto para 500 famílias. Dia 5 de maio de 1951, no

interesses econômicos e sociais, do governo de Getúlio Vargas, presidente do Brasil, na década de 1950. Desde então, a participação dessas colônias, principalmente na economia, pelas atividades agroindustriais da Cooperativa Agrária tem sido fortemente destacada nos discursos institucionais e midiáticos do município de Guarapuava

O interesse pelo tema no qual nos debruçamos não é recente e começa ainda na minha adolescência, pois, ao acompanhar minha irmã, que era funcionária da Cooperativa Agrária, em competições esportivas que envolviam as empresas e indústrias de Guarapuava, nos idos de 1980, chamadas na época de “Jogos Comerciais”, admirava-me ver a disposição de muitos funcionários/atletas da cooperativa, descendentes de suábios na busca pela vitória, a não-aceitação da derrota, a garra, a força moral e física desses funcionários, o que fazia com que a empresa de Entre Rios fosse, quase sempre, campeã dos jogos, na maioria das modalidades. Eu ficava ali, sentada na arquibancada e me perguntava o que os empurrava para a vitória, era a força, a rígida disciplina, a organização, o desejo de vencer sempre? Ao mesmo tempo cruzava os dedos, como uma torcedora dedicada, para que eles ganhassem, pois seus gritos de incentivo, no Cabo de Guerra eram assustadores e vibrantes, seus rostos ficavam vermelhos e os olhos marejados, colocavam toda energia na competição, ao passar com o cabo, para além da linha central, víamos os nossos, os brasileiros, estendidos no chão, franzinos e sem brilho, perdedores.

Alguns anos depois, fui trabalhar na mesma cooperativa e ainda que por apenas três meses de trabalho, no departamento de recursos humanos, pude confirmar a mesma imagem de antes, ao ver que os funcionários que ocupavam os melhores cargos, em termos de salário, eram também descendentes de suábios e os “brasileiros”⁴, em sua grande maioria, ocupavam cargos de mão-de-obra pesada, na linha operacional e de manutenção.

Desde então, percebo uma separação na comunidade de Entre Rios, que podemos designar como aquilo que é de suábio e o que é de “brasileiro”. Nesse lugar, enunciam-se discursos da diferença, do que é típico do “brasileiro” e do descendente de suábios. O espaço é dual, e a força, somada ao orgulho de pertencer a uma pátria e etnia, constrói um

HotelCentral, em Guarapuava, no Estado do Paraná, declararam sua sede na Colônia Vitória e as cinco comunidades de seus associados no distrito de Entre Rios. Disponível em http://www.agraria.com.br/portal/institucional_quem_somos.php Acesso em jun/2013.

⁴ Colocamos o termo entre aspas porque, a maioria dos moradores da região de Entre Rios, mesmo os descendentes de imigrantes suábios, são brasileiros, ou seja, nascidos em território nacional brasileiro e também pela relação de tratamento que ocorre entre guarapuavanos/brasileiros e guarapuavanos/suábios, uma vez que os suábios são tratados por “alemães”.

imaginário de “Nova” Pátria, em Entre Rios/PR, porém fica claro para nós que essa construção de comunidade homogênea, sustenta-se pela força do capital.

Do senso comum retiramos as palavras cristalizadas no tempo, como: “alemão é arrogante”, “alemão é orgulhoso”, “alemão não se mistura”⁵ e justificamos a escolha do tema, como algo que nos instiga a querer entender: como os “alemães” se envolvem com outras sociedades, por que são tão fechados, porque trazem consigo um sentimento de superioridade e carregam um imaginário de “fausto” cheio de paixão pela técnica e progresso, povo que trabalha? Para nós, a tentativa de manter suas tradições e crenças por meio da língua são incansáveis e também questionáveis, pois as palavras no discurso, sempre ganham outros sentidos.

A forte presença suábica no distrito de Entre Rios e que se estende para fora de suas fronteiras, nos move num desafio constante de interpretação e, ancorada em questões teóricas da Análise de Discurso de Michel Pêcheux e de autores que pensam sobre a linguagem/língua como instauradora de sujeitos e conseqüentemente, de discurso em torno de comunidades e de nações, nos incitam a pensar sobre os discursos que advêm das colônias, como discursos que fundam uma comunidade suábica no Brasil.

O objeto nessa investigação é o discurso de imigração do museu que rememora/comemora as práticas sociais dos suábios e ressoa em efeitos de sentidos⁶ da/na comunidade de Entre Rios, distrito de Guarapuava/Pr. Portanto, o fio condutor da investigação é o Museu Histórico de Entre Rios⁷MH, tendo em vista que ele interpreta e controla os sentidos do que é designado como “Nova” Pátria, a partir do que apresenta como pertencente à “Velha” Pátria.

O MH funciona, ainda, como um *lugar* que “guarda” memórias, que se não estivessem ali “colocadas” e “compartimentadas” poderiam ser apagadas, acarretando o esquecimento da “Velha” Pátria, a sua morte, juntamente com a dos sujeitos que a estruturam/constituem e lhe dão uma existência inscrita no real da história. Para Venturini

⁵ Quando colocamos o termo “alemão” é para reproduzir a fala dos guarapuavanos em relação aos imigrantes suábios em Entre Rios e também para representar o “já-dito” universal sobre o povo alemão, pela/na história das nações, por causa de seu temperamento combativo e orgulhoso.

⁶ Para Silveira (2004), o sentido não é dado, mas o apagamento de sua constituição material causa um efeito de já-lá, porque a ideologia produz a evidência (ou efeito de) que se realiza em cada prática discursiva, levando o sujeito a crer na transparência da linguagem.

⁷ Diante das reiteradas repetições do Museu Histórico, ao longo deste trabalho, vamos retomá-lo pela sigla MH-*Heimatmuseum* – *Museu da Pátria*

(2009, p. 86), o real da história indica a possibilidade de romper e transformar os sentidos. Pêcheux (1997a), diz que a história tem falhas e rupturas, inspirado em Althusser (1985), ele tenta discernir essas falhas, não para chegar à verdade, mas para aproximar-se da justiça, questiona sobre um real próprio às disciplinas de interpretação. Afirma que os efeitos desse real não podem ser descartados como um defeito, ou seja, um real “que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, 2008, p.43). Há que se verificar como esses sentidos organizam-se na relação da língua com a história, transformando-se num fato discursivo que permite interpretar os diferentes processos de significação.

Os objetivos específicos são: buscar efeitos de sentidos que ressoam dos discursos da imigração suábica, que emanam do museu, e marcam o embate/encontro/desencontro entre a “Velha” e a “Nova” Pátria; estabelecer relação entre a ‘comunidade imaginada’ de Entre Rios e Guarapuava⁸ para verificar se o lugar social/empírico do sujeito constitui a identificação com a Pátria-Brasil; analisar o museu como *lugar* que interpreta e controla os sentidos em circulação no espaço discursivo de imigração, buscando o funcionamento da língua, do colégio, dos monumentos, mapas e placas na sustentação/legitimação de dois lugares/Pátrias em um mesmo lugar.

As questões de pesquisas decorrentes dos objetivos propostos e que serão respondidas ao longo dessa investigação são: 1) Que discursos emergem do lugar de memória, o MH, em relação à manutenção das práticas sociais no distrito? Quais memórias e espaços discursivizados sustentam/ancoram a “Velha” Pátria no que é designado de “Nova” Pátria? 2) Que efeitos de sentidos instauram-se no embate/encontro/desencontro entre a “Velha” Pátria e a “Nova” Pátria e como na/pela língua se constitui o discurso da imigração suábica no espaço semiurbano de Entre Rios?

O recorte discursivo pelo qual abordamos o tema nos é satisfatório por gerar interpretações sobre comunidades de imigração, relacionando língua/discurso e seus efeitos discursivos, nas/das materialidades escolhidas para ampliar a análise de nosso corpus, o

⁸ É importante pensar na importância do distrito na organização econômica de Guarapuava, que apesar de subordinado politicamente ao município, contribui para a organização territorial rural-urbana. Nesse contexto, analisamos as colônias de Entre Rios, como espaço que contém elementos principalmente ligados à economia rural e agrícola, mas que já se organiza como espaço urbano, pela disposição de suas ruas, presença de centro comercial e financeiro, oferta de serviços públicos, atividades de lazer e cultura, igrejas, centros comunitários entre outros.

MH, que não é uma escolha aleatória, pois mobiliza discursos num lugar travestido por outro, no interior de outro. O discurso de imigração suábica que emana do lugar de memória, funciona, significa, por rememorar/comemorar e, então, a memória apresenta-se em nossa pesquisa como estruturação de todas as materialidades analisadas.

O MH funciona como *corpus* e outros recortes discursivos são alinhavados para ampliarmos o alcance da memória discursiva na comunidade de Entre Rios, sendo: 1) O espaço de imigração, considerado como espaço semiurbano, dividido entre a prática social suábica e a brasileira - nos discursos de monumentos, placas e mapas. 2) A escola, representada pelo Colégio Imperatriz Dona Leopoldina (doravante CIDL), pela presença do patrimônio imaterial da língua alemã e pela manutenção de discursos identitários por meio da escolarização e das práticas sociais.

Nossas condições de produção estabelecem relações entre a História e o Discurso no espaço de imigração constituindo, por meio da linguagem, os sentidos do discurso de “Velha” e “Nova” Pátria, evidenciando um contexto sócio-histórico-ideológico nas materialidades de enunciação discursivas.

Iniciamos nosso trabalho apresentando o objeto e os objetivos. Os três capítulos que seguem, amarram aspectos históricos e a historicidade dos fatos em comunidades imaginadas e espaço semiurbano. Deslocamos sentidos discursivos de identificações e de práticas sociais dos imigrantes suábicos de Entre Rios pelo MH, traçando um percurso teórico-metodológico em torno da memória, história e patrimônio, que tomam corporeidade na/pela língua. Marcamos de forma mais especial, noções de ideologia, patrimônio, língua e arquivo para analisar os recortes do nosso *corpus*.

No primeiro capítulo, consolidamos as articulações teóricas com o território da AD, discursivizando a memória, história, patrimônio - que advém das instituições e das práticas sociais de um povo, patrimônio como constitutivo de um grupo em torno da rememoração/comemoração trazendo questões sobre o gerenciamento do arquivo na constituição dos sujeitos pela língua e ideologia na instituição de um imaginário de "Nova" Pátria. A presença do discurso escolar e a rememoração/comemoração no lugar de memória e história mobiliza o funcionamento dos discursos e a história como memória que ressoa e atualiza os dizeres, para a posterior construção dos procedimentos metodológicos e análises dos espaços discursivos e de suas respectivas materialidades.

No segundo capítulo, abordamos a sustentação teórica e conceitos-chave sobre o espaço de imigração e formação histórica e discursiva das cidades, colocando aspectos históricos de Guarapuava e a formação de Entre Rios, como constitutiva de uma “Nova” Pátria, conceitos que tomamos emprestados de campos disciplinares como a Antropologia, História e Sociologia. Noções de comunidades imaginadas, desenvolvidas por Anderson (2008) e nacionalidade, o espaço como meio simbólico e discursivo, trazido por Orlandi (2004b, 2010, 2011), identificações e as práticas sociais, o imaginário de espaço no entremeio e a FD de pátria. Entre Rios, como o “entre-lugar”, servindo-nos de De Certeau (1994), nos aspectos históricos e Pêcheux (1997a, 1997b, 2008, 2010) nos aspectos discursivos. A narrativa da história suábica/danubiana e a vinda de 500 famílias para o Brasil, seu assentamento no distrito de Entre Rios e os efeitos de sentidos de uma política nacional, que de certa forma, impôs ao estrangeiro, a incumbência de ajudar a transformar a realidade agrícola e econômica do país, na década de 50.

No terceiro capítulo, apresentamos o *corpus* e a descrição da metodologia desenvolvida, elegendo o MH de Entre Rios como lugar simbólico da relação discursiva entre sujeito, língua e história. Do MH, abrimos para duas direções, que encaminham os discursos no lugar: 1) O espaço semiurbano, ao qual nos referimos, é o espaço de circulação discursiva, que explicita o desejo de “imaginar, criar” uma comunidade suábica, no Brasil. Os monumentos, placas e mapas no espaço de imigração, reforçam estratégias, discursos políticos e simbólicos em busca da “Nova” Pátria. 2) O Colégio CIDL, pelas suas relações sociais, formação ideológica e por ser um espaço em que a língua alemã manifesta-se de forma organizada, autoriza discursos num funcionamento regulado.

2. REMONTEMOS A PÊCHEUX - ENTRANDO NO TERRITÓRIO DA ANÁLISE DE DISCURSO

Michel Pêcheux, em seu texto “Remontemos de Foucault a Spinoza”⁹, aborda o deslocamento de áreas disciplinares como a Filosofia, História, Antropologia e outras que contribuem para interpretar o discurso e suas rupturas. Mas, Ferreira (2013, p. 41), adverte que o fato da AD trabalhar na fronteira entre certas áreas, pode apresentar distorções e confusões de toda ordem, ao provocar aproximações entre conceitos inconciliáveis, uma vez que são enfocados de forma distinta. A ruptura ao que está posto tanto politicamente, quanto epistemologicamente, mais a articulação à linguística, ao materialismo histórico e à psicanálise, formam a AD.

Como a AD é uma disciplina considerada de entremeio, a história, a sociologia e a psicanálise são fundamentais para entendermos, não de maneira reformista, o funcionamento das formações sociais e dos sujeitos. Para Orlandi (2008, p.195), a origem da AD liga-se, especialmente, à sociedade ocidental e, por isso, trata de conceitos como “instituição, posição de classe, formação discursivas, ideologia e lugar social”, levando em consideração as formações sociais analisadas (colônias suábias em Entre Rios, principalmente no que diz respeito ao sujeito e sua (des)centração, a heterogeneidade, ao trabalho da ideologia pela língua, que por meio de práticas discursivas organiza os processos identitários.

Nesse sentido, Maldidier (2003), na proposta de releitura do percurso teórico de Pêcheux denomina atenção para o fenômeno designado por ele de riscos da fala, buscando nos sofistas¹⁰ o jogo verbal e teatral. Essa filosofia espontânea alerta que para compreendermos a linguagem é preciso analisar o funcionamento da ideologia e da história nos discursos. Portanto, é necessário um deslocamento teórico a fim de evitar que a

⁹Trata-se de uma comunicação de Pêcheux no Simpósio do México sobre "Discurso Político: teoria e análises", realizado de 07 a 11/11/77.

¹⁰ Surgiram na Grécia Antiga, considerados sábios, pois possuíam grande talento e eloquência. Eram como advogados e por meio de técnicas da argumentação, principalmente no que se referia aos apelos sentimentais, ensinavam e também defendiam as pessoas. O lema desses “sábios” era convencer a toda prova. Disponível em <http://www.brasilescola.com/filosofia/os-sofistas.htm>Acesso em 13/07/2013.

pesquisa científica se estenda aos domínios do político. Na França a Análise de Discurso.¹¹
Vejam os uma citação que perfaz um mapeamento mais sintetizado da AD:

Na França, a Análise de Discurso, é de imediato, concebida como um dispositivo que coloca em relação, sob uma forma mais complexa do que suporia uma simples covariação, o campo da língua (suscetível de ser estudada pela linguística em sua forma plena) e o campo da sociedade apreendida pela história (nos termos das relações de força e de dominação ideológica) (GADET; HAK, 2010, p.8).

A AD, desta forma, não se limita a leitura do político ou de textos políticos sem o amparo dos dispositivos lingüísticos, do contrário não chegaria aos mecanismos das determinações históricas dos processos de significação. Ler os discursos é ler além da opacidade de seu campo textual, portanto a AD não pode ser reduzida a ler textos políticos, mas sim, conforme as palavras de Orlandi (2005a), analisar a textualização do político. Ou seja, analisar a relação simbólico-poder, que avançou com as práticas de análise de Orlandi, pois o que ela nos propõe é analisar além da textualização do político, a política da língua por gestos de interpretação.

Em nosso trabalho, deslocamos noções da Antropologia, para a AD, como a relação do patrimônio das sociedades com a memória e a sua manutenção nos arquivos das práticas sociais de um povo, assim como as tendências ideológicas de um grupo, quando, esta, interfere no gerenciamento das memórias que circulam nos monumentos e símbolos, além de outros elementos considerados patrimônio, de uma nação ou comunidade. Conforme, Venturini (2009, p. 92), o patrimônio em seu funcionamento discursivo “abarca a história em sua historicidade e, ao esburacar-se, exclui determinados acontecimentos e dá visibilidade a outros, de acordo com os interesses institucionais”. A mesma autora destaca que “a exclusão, produz, pelo funcionamento do silêncio, uma forma de censura” e por isso funda sentidos, encaminhando para sentidos que dependem de sujeitos. Nessa mesma direção, Cervo (2012) destaca que o discurso passa a simbolizar o patrimônio e a significar-se como bem patrimonial de grupo.

¹¹Citação de Françoise Gadet, no Prefácio do livro, “Por uma análise automática do discurso” – uma introdução à obra de Michel Pêcheux”, editado pela Unicamp em 2010.

Nas áreas antropológicas e sociológicas buscamos subsídios para tratar a relação dos imigrantes com o novo lugar e da “transferência” de práticas sociais de um povo para a “Nova” Pátria, apontando para uma adaptação no espaço de imigração, o que revela a entrada numa nova FD do imaginário do entre-lugar, do entremeio. Porém, isso, não nos autoriza a interpretar de modo simplista, os discursos do novo lugar, pois na posição em que nos colocamos, os discursos vêm atravessados pela ideologia.

Pêcheux (1997a) enfoca a ideologia em suas dominâncias metafórico-semântica e sintático-metonímica, destacando que na primeira dominância o sujeito transfere e desloca propriedades do significante para o significado e marca a sua inscrição em lugares sociais a partir de posições. Na segunda dominância, a ideologia reflete as relações entre os discursos e as instituições por meio de operações que ocorrem no eixo da formulação, mostrando a oposição entre o comportamento ideológico, dado pelas relações metafórico-semânticas. De acordo com Zandwais (2009), a partir da construção de uma teoria não-subjetiva da subjetividade, Pêcheux afasta-se gradualmente de Althusser e começa;

[...] a refletir sobre as condições de significância da ideologia, isto é, suas materialidades, introduz o conceito de formação discursiva com vistas a conferir à ideologia não somente materialidades em termos de ação, ritos, práticas institucionais, inscritas nas formações ideológicas, mas também materialidades discursivas, tomadas na base linguística. (p. 27-28)

Para Pêcheux (1997a, p. 161), há uma relação de complementaridade entre a base linguística e o processo discursivo, que ele designa “sistema de relações de substituições, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada.” Com isso, a ideologia passa a funcionar não somente como base linguística, mas como prática simbólica, revelando por meio das interpelações de sujeitos, a prática revolucionária pela contraidentificação, funcionamento do “mau sujeito”, que se distancia, questiona e introduz a dúvida e pela desidentificação, quando os sujeitos migram de uma Formação Discursiva (doravante FD) a outra, do que decorre a reprodução dos discursos de determinada FD, mas também a sua transformação.

No texto “Verités de la Palice”¹², Pêcheux (1997a, p. 214), introduz a noção de FD e a define como o quê determina o sujeito pode ou deve dizer ou o contrário e enfoca os desdobramentos do sujeito em sujeito/locutor (ilusoriamente responsável pelo que diz) e o Sujeito do saber, o interdiscurso, que segundo Silveira (2004, p 40) é o lugar do sentido e do não-sentido, “constitui-se como um lugar: todos os sentidos estão lá, mas só vão significar quando convocados por uma determinada FD. Junto à noção forma- sujeito trabalha as modalidades de identificação do sujeito, destacando o que chama de ‘bom sujeito’, que se submete cegamente à forma-sujeito (aceitação livremente consentida), o ‘mau-sujeito’ (negação), que não se submete aos saberes da forma-sujeito, ao contrário, questiona e faz trabalhar, o que Zandwais (2009) trata como prática revolucionária, porque movimenta o sentido e as identificações.

Pêcheux (1997a) destaca que apesar do antagonismo representado pela contradição hegeliana a forma-sujeita definida como interdiscurso “continua a determinar a identificação ou a contraidentificação do sujeito com uma FD, na qual a evidência de sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou a rejeite” (p. 216). A desidentificação é a modalidade em que o sujeito rompe com a FD em que se inscrevia e movimenta as identificações, negando algumas e aceitando outras, movimentando as formações ideológicas pela instauração de novas ideologias.

Todo esse processo significa por meio da relação entre o interdiscurso (constituição dos sentidos, memória discursiva) e o intradiscurso (formulação), sendo que a formulação é determinada pela memória discursiva, que por sua vez domina as FD’s em sua objetividade material contraditória. Ou seja, é pelo funcionamento da memória que o sujeito remete seu dizer em uma FD e não em outra.

Nesse funcionamento, pelos processos identitários, os sujeitos trabalham pela manutenção das tradições da antiga pátria ou questionam essas tradições, simulando o que Pêcheux (1997a, p. 214) chama de sobredeterminação entre o sujeito da enunciação “bom sujeito” e o sujeito universal, que coincide com o interdiscurso. Trata-se do funcionamento do sujeito que ‘reproduz’ ideologias e não as transforma. Na segunda modalidade funciona o ‘mau-sujeito’, que pela conraindicação questiona o que estamos chamando de

¹²Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Traduzida por Orlandi e seus orientandos. Em nosso trabalho usamos a terceira edição de 1997.

“tradição”, buscando a transformação, promovendo “o discurso da ruptura, do desarranjo-rearranjo”, de acordo com Zandwais (2009, p. 38), que não depende da base linguística, mas da emergência do acontecimento histórico.

No espaço de imigração, o discurso em análise, simula a reprodução e não a transforma, pois ocorre a repetição e assujeitamentos, referendando o funcionamento da identidade, que de acordo Orlandi (2010, p. 1), não funciona como essência, mas resulta de processos de identificação, pelas quais o sujeito se significa como sobre determinado pelos critérios de nacionalidade, pelas práticas sociais e tentam impor a língua, como uma necessidade de “solo e sangue”. A identificação, em nossa pesquisa, constitui-se, então pelas redes parafrásticas, dadas pela mitificação do sujeito em relação à nacionalidade, num processo polissêmico, em que a conquista da terra acontece pelo trabalho e não pela luta armada, mais especificamente, ela “não é pela espada e sim pelo arado”¹³.

2.1. DISCURSIVIDADE NA/PELA MEMÓRIA: HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

Para dar conta da noção de memória traremos para discussão as concepções da Antropologia e História, a partir de Halbwachs (2003), Nora (1993), De Certeau (1994, 1995), passando por Pêcheux (1997a, 2010) e Orlandi (2005, 2011). Diante do *corpus* com o qual trabalhamos, priorizamos os funcionamentos da memória, tal como proposto por Venturini (2009) que parte desses autores, mas faz deslocamentos, chegando à rememoração/comemoração, como dois conceitos antes separados e que passam a funcionar juntos recobrando o discurso *de* e o discurso *sobre*¹⁴.

Os estudos sobre a memória, principalmente a partir dos anos 1960, tornaram-se centros de interesse, pois muitas áreas como a História, a Sociologia, a Antropologia e a Psicanálise vêm num crescente em relação a esse conceito. A Linguística não fica fora desse contexto, uma vez que a AD, ao surgir na mesma época, traz a memória como elemento constitutivo do sujeito e de seu discurso.

¹³ Referência ao enunciado analisado no *corpus* desta pesquisa, no último capítulo.

¹⁴ A rememoração – discurso *de* – memória e a comemoração – discurso *sobre* – intradiscurso. As duas instâncias dos discursos funcionam simultaneamente pela memória discursiva. Abordaremos melhor esses conceitos, no item 2.2 Rememorando/comemorando no/pelo patrimônio

A memória em AD, é importante salientar, não se refere às lembranças vividas, mas sim como um lugar no qual ficam estabilizados os discursos e que são acionados o tempo todo, reconstruídos, (re)-significados:

[...] A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sobre a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2005, p. 31).

Para tanto, propomos uma abordagem de conceitos cruciais para uma reflexão sobre a Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux, que será detalhada ao longo desse capítulo. Iniciamos com as noções de Memória, História e Patrimônio.

Houve um grande interesse nos estudos sobre a memória, principalmente a partir dos anos 1960 e 1970, pois muitas áreas, dentre as quais a História, a Sociologia, a Antropologia e a Psicanálise que vêm num crescente em relação a esse conceito

Os efeitos de sentidos, que se constituem na materialidade do discurso, instauram-se pela relação entre o interdiscurso (constituição dos sentidos, memória discursiva) e o intradiscurso (formulação), sendo que a formulação abarca o trabalho da memória, pelos discursos que retornam, tendo em vista que o dizer se constitui pelo que foi dito e significado em outro tempo e lugar, de acordo com a teoria discursiva proposta por Pêcheux (1997a). Trata-se do funcionamento da memória nos eixos da verticalidade (constituição) e da horizontalidade (formulação), e na possibilidade de legibilidade a partir do intradiscurso, lugar em que o discurso de e o discurso sobre são indissociáveis, funcionando juntos pela memória discursiva, conforme foi trabalhado em Venturini (2009), diferenciando o discurso *de* e discurso *sobre*, do que foi trabalhado como, no primeiro caso, o discurso que vem de outro lugar e, no segundo, como assunto, discurso didatizado, considerando que o discurso trata sobre um evento ou sujeito.

Vale destacar que na AD, a memória em não se refere às lembranças vividas, mas sim como um lugar no qual ficam estabilizados os discursos e que são acionados o tempo todo, reconstruídos, (re)-significados:

[...] A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sobre a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2005a, p. 31).

O interdiscurso define-se, então, como o já-dito, tudo o que circula socialmente e já foi dito antes em outro lugar, podendo-se dizer, então, que o novo constrói-se sobre o velho; enfim que não há origem absoluta, mas reconstruções, (re) significações. No entanto, há uma relação entre o já-dito (interdiscurso) e o que se está dizendo (intradiscurso), e é nessa relação que se produzem os efeitos de sentido.

A memória em seu caráter social abarca discursos relativos ao que é a rememorado (discurso *de* – memória) e o que é comemorado (discurso *sobre*). Segundo Pêcheux (1997a), os sentidos funcionam no discurso em dois eixos: o vertical e o horizontal. O eixo vertical trabalha com uma série de enunciados que estão ligados a outros enunciados ditos anteriormente e ressignificados pelo sujeito interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, reproduzindo ou transformando os sentidos do já-dito. Trata-se do interdiscurso, evidenciado por Orlandi (2005a) como memória discursiva. No eixo horizontal funciona o intradiscurso, o “fio do discurso”, que toma o encadeamento de discursos organizados num sistema de lugares enunciativos. Ao se cruzarem, os dois eixos, o que é dito no presente, confronta-se com os outros enunciados de sua rede, funcionando como uma memória.

Para a História, a memória sempre esteve presente nos aspectos da cultura de um povo, da vida privada das famílias, dos hábitos e costumes de uma comunidade, da religiosidade, entre outras tantas instâncias sociais. Destacamos também, o trabalho da

memória na constituição dos monumentos históricos, as comemorações de datas “especiais” para determinadas sociedades, as homenagens aos personagens políticos, isso, basicamente pelas nações que foram sendo instituídas do séc. XIX até os dias atuais.

Maurice Halbwachs (2003), historiador francês, a partir da década de 1920, começa a propagar seus conceitos sobre a memória coletiva, a qual teve grande repercussão, tendo em vista a influência de sua teoria em Pierre Nora, por exemplo. A gênese de seu pensamento abarca uma memória individual que só existe porque há uma memória de um grupo social. As lembranças individuais interferem na sociedade e ampliam a percepção de passado, alterando o sujeito e a memória histórica. Sobre a memória como lembranças, ele diferencia duas instâncias, a do recordar e a do rememorar, dividindo as funções para a memória individual e a memória coletiva, respectivamente. Portanto, se o grupo social, ou uma comunidade, ou uma nação inteira, for cada vez mais homogeneizada na sua memória coletiva, ela terá mais sucesso para manter, recuperar, apagar ou eternizar tais memórias.

Pierre Nora (1993) quando trata da Memória e sua relação com a História, vê aspectos diferenciados dos de Halbwachs, pois para ele, a memória vai sendo “filtrada” pela História e deixa de ser memória porque congela no tempo histórico. Decorre daí a conceituação de “lugar de memória”, que será detalhado quando deslocarmos essa noção e a colocarmos para funcionar, nos termos de Venturini (2009, p. 67-8), como lugar de memória, “tomado como arquivo, mas não no sentido estático da institucionalização da memória comemorativa, porque não é somente um campo de documentos pertinentes sobre um nome ou objeto”¹⁵.

Venturini (2009, p.85) dá visibilidade às divergências existentes entre a memória e a história, destacando a reconstrução que nunca se completa na memória e as significações sociais como uma das funções da História, unindo sujeitos de algum grupo por meio de elos de identificação e na representação dessas identidades. Para Nora (1993), esse discurso que está na história, representa o passado, não significa um discurso de verdades, mas apenas uma ligação com o que ficou no passado e é digno de ser celebrado.

A memória opera em relação às materialidades que guarda como representações, que servem para rememorar ou comemorar, como por exemplo: as datas festivas, monumentos, documentação, arquivos. Nesse processo, surgem os acontecimentos

¹⁵ Nesse sentido, tomamos o museu MH como lugar de memória, que será trabalhado na seção 2.2.1

referentes às relações de poder, portanto os discursos dos sujeitos sofrem um atravessamento ligado ao contexto social do presente e que voltam pelas imagens que os sujeitos fazem de si mesmos e do mundo em que vivem.

Assim, o presente efetiva-se nas bases do pré-construído¹⁶ e, nesse caso, o discurso do colonizador que constitui uma “Nova” Pátria para os imigrantes suábios funciona como simulação e simulacro¹⁷. Dessa forma, a imagem das colônias é uma imagem simulada como “terra de alemão”, um lugar para estrangeiros, ou seja, os suábios e sua história sofrem uma atualização pelo simbólico, instaurando a FD necessária para a constituição da “Nova” Pátria, que se alicerça nos *já-ditos*, memória daquele povo, ou é uma “Velha” Pátria que se traveste em “Nova”, no interior da pátria do outro, no caso, a pátria dos “brasileiros”.

Para De Certeau (1994, p. 163-164) a memória organiza os comportamentos cotidianos, pois ela tem relação com um tempo anterior (o passado) e se caracteriza como um jogo que altera e interpreta a memória, atualizando-a, instituindo fatos novos e, por meio deles a rememoração (como lembrança e não como memória) que encaminha para o presente, até o momento em que perde sua mobilidade (refere-se ao não-lugar), cristalizando-se como memória. O autor define memória como uma espécie de metonímia, capaz de abarcar que lembra uma parte ao invés do todo. “De um quadro, há somente, deliciosa ferida, esse azul profundo”.¹⁸ Nesse sentido, aquilo que volta como memória, passado evocado, não é recuperado em sua totalidade e funciona diferentemente no presente, que atualiza o acontecimento anterior e instaura o novo, num processo móvel, até que deixa de funcionar nessa mobilidade e se cristaliza.

A metonímia, no sentido dado por De Certeau, permite-nos fazer uma referência ao texto *O chapéu de Clémentis*¹⁹ de Jean Jacques Courtine (1999), pois ele trabalha com a

¹⁶ Termo criado por P. Henry (1977) para remeter ao que foi criado anteriormente e de forma independente, em oposição ao que foi construído pelo enunciado atual, segundo Pêcheux (1997a) é o efeito discursivo ligado ao encaixe sintático.

¹⁷ Retornaremos ao conceito de simulação e simulacro no item 2.2.1 Museu: lugar de memória e da história.

¹⁸ Pêcheux (1997a) trabalha os processos metonímicos e metafóricos em relação às orações determinativas que, referindo ao processo metafórico como a transferência ou articulação e aos processos metafóricos como a determinação, o atravessamento, o discurso transversal. No primeiro caso ocorre a linearização e, no segundo, o atravessamento, quando um discurso se atravessa perpendicularmente.

¹⁹ Jean Jacques Courtine recupera a história do Chapéu de Clémentis de uma anedota que abre *O livro do riso e do esquecimento* de Milan Kundera. O apagamento de Clémentis, que no momento do acontecimento posava como camarada ao lado do comunista ocorre após quatro anos, quando ele é acusado de traição.

questão do funcionamento da memória e do esquecimento na história. O apagamento da figura de Clémentis dos registros fotográficos, nos quais figurava ao lado do comunista Klement Gottwald, pode ser compreendida como uma metonímia, mostrando que, na história em tela, Clémentis significava pelo chapéu, ele foi apagado, mas permaneceu nas fotografias. A memória e esquecimento, nesse funcionamento, inscrevem-se na história e, conseqüentemente, no discurso político. A foto onde, antes, apareciam Clémentis e Klement Gottwald passa a circular apenas com a imagem do comunista, no momento que ele profere um discurso da sacada de um prédio em Praga.

Não nos enganemos: esse processo de anulação de Clémentis, de perda referencial, recalque, apagamento da memória histórica que deixa, como uma estreita lacuna, a marca de seu desaparecimento, mesmo que coloque aqui em jogo a materialidade não-linguística de um documento fotográfico, é, antes de tudo, na ordem do discurso que ele se é produzido (COURTINE, 1999, p. 15-16).

A História e a Memória dão visibilidade ao imaginário, não somente a memória como conhecimento, que é representada pela História oficial das memórias, pois esta não consegue gerenciar as memórias, determinando o que deve/pode ser rememorado-comemorado, tendo em vista que o sujeito não tem consciência de todo o dizer, de acordo com Orlandi (2005a) o dizer em seu todo é inacessível ao sujeito. Isso pode ser explicado pelo atravessamento pelo inconsciente e, também, por memórias que foram apagadas pelas condições históricas e ideológicas, mas ressoam na atualidade, involuntariamente. A História como ciência da memória coletiva, apodera-se de um *discurso fundador*, tornando-o oficial:

[...] enunciados, como os dos discursos fundadores, aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido: diga ao povo que eu fico, quem for brasileiro siga-me, *libertas quae será tamen*, independência ou morte, em se plantando tudo dá etc (ORLANDI, 2003, p.12)

O discurso fundador, conforme definido por Orlandi, filia-se sempre a uma memória política, pois essa memória legitima a fundação discursiva. Também há o discurso que é fundado em cima de outro anterior e, a partir das falhas daquele ritual, instala-se o novo ou uma nova memória.

Conforme Pêcheux (2010, p.56), “[...] uma memória, não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório”. Assim, os sujeitos de Entre Rios são interpelados por uma ideologia dominante, por uma memória de arquivo gerenciada pelo museu e pelas práticas sociais, entretanto os sujeitos também são constituídos pelas faltas e falhas de todo esse ritual ideológico dominante.

Os efeitos de sentidos que emergem da história são muitos e variados e se constituem por meio de paráfrases e polissemias²⁰, alusões e silêncios, ditos e não-ditos. A memória passa a ser história ou o discurso a partir do que fica como arquivo, que faz parte do patrimônio nacional e é rememorada/comemorada em monumentos e instituições do espaço urbano. De acordo com Di Renzo (2012, p.20), “a História se constitui, se define, também, por aquilo que ela exclui. Desse modo, é revisitando tanto a memória constituída, quanto uma memória apagada [...] que pretendemos compreender a nossa história”.

O patrimônio, como memória constituída, é definido como o que é guardado ou congelado institucionalmente, pois está ameaçado de não existir mais, portanto deve ser protegido, resguardado das intempéries do tempo, tanto físico, pois ele é material tangível, quanto no sentido memorialístico, pois é intangível, trazendo à tona a ideia de *congelamento*, conforme Oliven (2009, p. 80-81).

O nó da questão é o que deverá ser preservado, as práticas sociais da classe dominante? Quem mais aparece nesse espaço, a aristocracia, os detentores do poder econômico ou intelectual? E onde estão os sujeitos que também constroem a História, mas raramente, figuram como personagens no gerenciamento patrimonial, apagados, silenciados, esquecidos? Quase sempre, o que se mostra é um cotidiano “ilustrado”, cenas selecionadas de um filme heroico e mítico, colocando no espaço de guarda patrimonial, uma ideologia dominante em termos capitalistas, e nunca em separado, um ideal.

²⁰ Trabalharemos com esses conceitos no item 2.2. Rememoração/comemoração no/pelo patrimônio.

As práticas sociais disseminam valores para o bem viver e suas implicações políticas, por meio das instituições patrimoniais. De Certeau (1995, p.192) esclarece-nos sobre o lugar de importância de instituições culturais: “as indagações, as organizações e as ações ditas culturais representam ao mesmo tempo sintomas e respostas com relação a mudanças estruturais na sociedade, a interpretação desses signos, remete [...] ao seu *funcionamento social*”.

A instituição é concebida como uma rede simbólica articulada pela linguagem, conforme Castoriadis (1982, p.142), as instituições não se reduzem somente ao simbólico, mas também não existem fora dele.

Tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Não que se esgote nele. Os atos reais, individuais ou coletivos – o trabalho, o consumo, a guerra, o amor, a natalidade – os inumeráveis produtos materiais sem os quais nenhuma sociedade poderia viver um só momento, não são (nem sempre, não diretamente) símbolos. Mas uns e outros são impossíveis fora de uma rede simbólica.

Porém, o simbolismo não é nem perfeitamente neutro, nem adequado, pelo contrário, diante da realidade ele beira ao *nonsense*. Esse “sem sentido” surge porque, ao tomarmos a linguagem que o representa, ela não pode ser qualquer uma, nem em qualquer lugar. Dessa forma, quando tomamos um objeto exposto num museu, como um signo e pelos limites discursivos do lugar e, também, do contexto social, histórico e ideológico, ele poderá representar um objetivo específico. Os museus são instituições representadas por uma rede simbólica que liga significantes a significados, num movimento forçado pelo imaginário.

Toda estrutura simbólica de uma instituição deve ser administrada, entretanto, mesmo que haja o desejo de que tais signos signifiquem um pré-concebido pela rede simbólica, nada garante que não venham ressoar novos sentidos e uma série de consequências desse manejo do simbólico, e transformem, ou não, a ordem do real.

Uma comunidade pode ser livre para instituir suas memórias, porém, não totalmente, pois, o simbólico ressoa do histórico e da natureza. A combinação desses níveis

de constituição imaginária faz emergir uma série de consequências e de acontecimentos. A instituição não tem como impor à comunidade os sentidos e significados que desejam imputar a acontecimentos, sujeitos ou a espaços. A instituição patrimonial e o gerenciamento de políticas patrimoniais veem-se diante de um dilema que é próprio da língua, enquanto discurso - nem a total transparência, nem opacidade sem limites. As significações imaginárias são tanto evocadas pelos sujeitos alienados, quanto por aqueles que se significam ilusoriamente como lúcidos e esse imaginário é quase sempre moldado por uma classe que domina pelo capital e não pelo social ou cultural, quebrando homogeneidade.

De acordo com Castoriadis (1982), os sujeitos não podem escolher livremente uma linguagem, e que “tudo deve ser dito”, ou seja, o sujeito pode apoderar-se da linguagem, todavia não crê que os sujeitos são sempre dominados por ela, ressalta a mobilidade que há na linguagem e que permite o questionamento. Assim, semelhantemente, refere-se às instituições, uma vez que o simbolismo institucional gera uma sujeição ou o oposto disso, portanto há como prever, mas não há como impedir esse fenômeno do *a-dizer*.

O patrimônio, portanto, adquire uma envergadura extremamente poderosa, pois é ele por meio dele que se constitui a estará “autorização” do que terá visibilidade, será mostrado, autorizado, enfim rememorado-comemorado, o que foi selecionado da história e significa no discurso como historicidade, ressaltando os furos do tecido da Língua. Para Venturini (2009, p. 209), “ser patrimônio significa referendar os princípios ideológicos da instituição e da cidade; significa, igualmente, ir ao encontro do imaginário constitutivo da instituição”. O patrimônio representa

[...] a estabilidade de um objeto que guarda em “si” os vestígios de um passado e faz trabalhar da formação social; o que é guardado nos museus, transforma-se, segundo Catroga (2001a), em história, não em memória. A primeira congela; a segunda movimenta, atualiza, mas não se deixa aprisionar, fazendo entrar em relação a cultura, a fronteira e o conhecimento e, com eles, a rememoração/comemoração do espaço urbano e das instituições constitutivas deles. (VENTURINI, 2009a, p. 212).

Questionamos esse poder institucional que ressoa dos lugares como “verdades” sobre a história. O imaginário que nutre esse arcabouço cultural de imagens, os objetos e memórias significam como herança “original” que exclui, censura, silencia, mas de instaura efeitos de sentidos, nem sempre desejados pelas instituições que ‘pretendem’ gerenciar memórias.

O patrimônio, pelo viés da história, é uma espécie de memória congelada, como vimos acima, o arquivo, a seleção, desse corpus patrimonial, é uma técnica para tal congelamento. Quando há uma seleção do que é para ser lembrado e comemorado na história. Há um controle, uma formação ideológica que aparece, em detrimento de outras, as que são esquecidas/apagadas/silenciadas. Porém, quando os bens têm seus sentidos atualizados pela memória discursiva, há uma movimentação de sentidos outros, uma nova ordem do discurso surge.

No discurso de imigração, em Entre Rios, o patrimônio elencado pelos imigrantes e seus descendentes estruturam-se por uma relação calcada no aspecto capitalista, principalmente quando se trata de “terra”. Elegemos o museu de Entre Rios, o MH, como *corpus* de nossas análises e é a partir da instituição que analisaremos o patrimônio posto ali e que ressoa dali. O projeto de construção das colônias instaura contradições no ideário suábio, e o MH, como uma engrenagem, faz funcionar a institucionalização da cultura, tradição e língua dos imigrantes. O MH e o patrimônio guardado ali, constroem um *link* com um imaginário de pátria suábia, dentro de um imaginário de pátria, a brasileira, contrapondo pelos equívocos da Língua as diferenças entre os povos, nos processos de identificação do que é ser *um* e *outro*.

O patrimônio pode ser deslocado para a musealização e assim produzir novos efeitos de sentido na/da memória que dele ressoa. No caso do MH, esse processo de musealização coloca a língua alemã em contraposição à língua portuguesa, significando discursivamente como patrimônio imaterial - o que é da ordem da intangibilidade, o que não tem realidade física palpável, referenciais da UNESCO²¹. A metáfora da “antiga”

²¹Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/intangible-heritage/> Acesso em 23/07/2013

pátria é guardada no invólucro do museu, como o fruto e a casca de Benjamin²², num efeito imaginário da caracterizando o discurso de imigração suábica.

Esse deslocamento organiza a espetacularização da língua no MH, como um discurso como que, para maquiagem a supremacia do idioma alemão em relação ao português e inglês, uma vez que os textos são traduzidos nas três línguas, aparentemente de forma igualitária, mas no entremeio podemos perceber o caráter de língua como luta de classes entre os sujeitos. Onde quem fala, lê, escreve, entende o alemão está numa FD de prosperidade.

O imaginário de unidade produzido na relação de colonização, imaginário que universaliza a língua do colonizador e constitui os sujeitos “suábicos de Entre Rios”. Mas como ser suábico no Brasil? Essa contradição faz do patrimônio e do MH, espaços que discursivizam equívocos como efeitos do funcionamento ideológico. No que diz respeito à ideologia temos que, segundo Orlandi (1994, p.57-58) “não é “x”, mas o mecanismo de produzir “x” [...] A relação do homem com a linguagem é constituída por uma injunção à interpretação: diante de qualquer objeto simbólico “x” somos instados a interpretar o que “x” quer dizer.” Por isso, os discursos são previamente determinados, pelos efeitos ideológicos + efeitos imaginários, ou seja, todo discurso vai remeter a outros discursos, presentes-ausentes. Muito difícil visitar o MH sem fazer correspondência ao discurso de supremacia alemã, discurso nem verdadeiro, nem falso, apenas anterior, que ressoa pelo funcionamento dos arquivos institucionalizados.

2.1.1. Em torno da relação memória e arquivo

Abordamos neste item, algumas possibilidades de leituras de arquivo, evocando Michel Pêcheux (1997a, 1997b) e Eni Orlandi (2004a, 2005a, 2012b,) Silveira (2000) articulando arquivo e ideologia, que decorre do fato de que não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia, daí a evidência de que a produção e a leitura de arquivo, apesar das instituições, não é homogênea.

²² Retornaremos a isso no item 3.1.1.

Pêcheux (1997b) denuncia o interesse das instituições, pelo funcionamento da leitura de arquivos, através de máquinas, impondo leituras homogêneas, esquecendo-se que a interpretação não funciona como um sistema fechado, mas cheio de “furos”. Em outras palavras, Pêcheux (*apud* GADET, HAK, 2010) pretendia, de um lado evitar a leitura subjetiva dos discursos, inscrevendo a disciplina como ciência - primeiro modelo de uma máquina de ler, em que o discurso não se confunde com o discurso empírico, sustentado por um sujeito ou pelo texto no sentido comunicacional - e de outro, acrescentando ao trabalho de análise do conhecimento científico elementos oriundos de uma análise marxista sobre as consequências da divisão do trabalho (em particular a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual), dando conta das consequências do caráter contraditório da combinação de forças produtivas e das relações sociais de produção em uma sociedade dividida em classes.

O gesto de produção e a leitura de arquivo, enquanto memória institucionalizada²³ sofrem coerções dos aparelhos ideológicos da sociedade, que, segundo Orlandi (2004a, p.96) ‘gerenciam a memória coletiva’, na ilusão de poder determinar quais acontecimentos fazem parte da história e quais sujeitos podem ler e escrever essa história com certa autonomia. Essa ilusão de gerenciamento de sentidos advém, segundo Pêcheux (1997a), da ideia de que existe um discurso da ciência, isto é, um discurso do sujeito da ciência, em que o sujeito do discurso é apagado. Tal apagamento origina, ainda, de acordo com Pêcheux, a ambiguidade resultante da presença do sujeito por sua ausência, parafraseando Courtine (1999). Uma das possibilidades de desfazer essa ambiguidade é reconhecer que não há discurso puramente científico, tendo em vista que todo discurso é discurso de um sujeito, efeito da relação das formas de assujeitamentos ideológicos que governam os mecanismos enunciativos de formação e de leitura de arquivos.

O discurso de arquivo, apesar da ilusão da transparência e da homogeneidade da linguagem, é sempre falho, por resultar do trabalho da língua na história, realizado por sujeitos integrados a institucionais que determinam o que deve ser dito/arquivado. Todavia, essa unidade imaginária, sofre coerções da FD em que se insere – por suas posições ideológicas - e do interdiscurso (memória histórica) - que traz para o discurso

²³Orlandi (2012b, p.67-68) define o arquivo como memória institucionalizada - trabalho social da interpretação em que se distingue quem tem e quem não tem direito a realizar uma leitura interpretativa. Segundo a autora, a memória constitutiva – o interdiscurso realiza o trabalho histórico da interpretação (o repetível, o dizível, o saber discursivo).

outros discursos, fazendo trabalhar o deslize, a falha e a ambiguidade dos sentidos determinados pelos processos discursivos - sistema de relações de substituição, paráfrases, sinónimas - que funcionam entre significantes em uma formação discursiva dada (Pêcheux, 1997a).

O arquivo-memória funciona como controle ideológico nas sociedades e molda a memória coletiva de um povo. O sujeito é afetado por apagamentos que acontecem por meio de dispositivos relacionados ao real da história e ao real da língua, ou seja, tomando uma instituição como o museu, por exemplo, vemos que não é possível compilar tudo nem dizer tudo a respeito dessa Estruturação. Nas palavras de Pêcheux (2010, p.56), “o fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior”.

De acordo com Romão (2011), a definição mais recorrente de arquivo é a que o concebe como entrecruzamento de memórias, sinalizando para uma regularidade na sua materialidade física de acervo, instaurando um efeito de permanência. Ela coloca a relação tensa do arquivo com o poder, ao buscar Derrida (2001) e a não-neutralidade do que é retido como efeito de verdade, já que o arquivo guarda em si o desejo da completude, mas é centrado na falta, o “*mal de arquivo*” derridiano. Sendo assim, o próprio sujeito “institucional” que organiza e seleciona o arquivo é apagado pela sua condição ou posição-sujeito de ser “anônimo”.

Em torno do arquivo –“enquanto campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”– são construídas, conforme Pêcheux (1997b, p. 57), leituras silenciosas e anônimas, que se constituem em si mesmas, reinterpretações ou reescrituras. Constituir, assim, ‘um espaço espontâneo das maneiras de ler’, realizando um trabalho de arquivo em relação com ele mesmo, buscando o trabalho da memória histórica, confrontando-se consigo mesma, uma vez que, a construção do arquivo é direcionada, e previamente determinada.

O arquivo funciona, também, como uma rede de sentidos que ressoam da história para outro lugar, o da historicidade, pois a história de arquivo é entendida pelo analista de discurso, como um campo constitutivo de sentidos e não meramente como uma fonte de

pesquisa e busca de informações. Mas, sempre há o risco de desenvolver métodos que priorizem os tratamentos massivos de leitura, estabilizando sentidos, determinando o que pode e o que não pode ser lido ou dito. Assim, a memória que estabiliza e os universos discursivos não-estabilizados (trabalho da língua na história em que a leitura não é linear) estão em relação com a ideologia, na produção de arquivo e na sua leitura. O arquivo já circulou e significou antes em outro lugar, funcionando, portanto, como memória, um discurso *de*, que retorna e preenche furos, sustenta/ancora o dizer.

O arquivo, gama de documentos guardados e disponíveis sobre algum tema, pode ser lido de maneiras variadas, conforme os dispositivos analíticos mobilizados. Isso nos possibilita a abordagem de uma leitura *de* arquivo e não *do* arquivo, ou seja, uma leitura ancorada em gestos de interpretação, que não se funda em certezas históricas, apesar de o sujeito constituir-se, segundo Pêcheux (1997b) e Orlandi (2005a), por esta ilusão.

Como materialidade discursiva, ressalta as marcas de sua constituição e também de sua instituição, portanto o material de arquivo significa como: *lugar de memória* e lugar de gestos de interpretações. É também pelos gestos de interpretação (ORLANDI, 2012b) que o arquivo pode oferecer, por meio da língua, rupturas como uma desconstrução ideológica ou mítica, ou seja, buscar uma pluralidade de sentidos e ler o arquivo de uma posição-sujeito mais afastada e menos afetada pelo constructo museológico.

2.2. REMEMORAÇÃO/COMEMORAÇÃO NO/PELO PATRIMÔNIO²⁴

O Patrimônio nasce de uma invenção, que não é individual, mas coletiva, já que simboliza parte daquilo que são representações de um povo: a história de seus ancestrais, dos heróis nacionais, da língua, folclore, cultura em geral, o hino nacional, a bandeira, os

²⁴Nesta parte, ancoramo-nos prioritariamente em Venturini (2009), tendo em vista que a noção rememoração/comemoração foi desenvolvida por ela, em sua tese de doutorado, transformada em livro. No texto, a autora sinaliza para os deslocamentos realizados e para o modo como a rememoração (discurso *de*) funciona como memória, abarcando as repetições, as relações metafóricas, ligadas ao inconsciente, tendo em vista que o dizer, conforme destaca Orlandi (2005a) não é acessível ao sujeito em sua totalidade e a comemoração (discurso *sobre*), funciona como atualidade, recobrando as relações metonímicas. Nesse texto, a autora destaca que a rememoração e a comemoração funcionam juntas, no eixo da formulação – intradiscurso, pois não há como separar a memória da atualidade. Nesse mesmo texto, Venturini ressalta que rememoração/comemoração ocorre e se sustenta pelo lugar de memória, que se originou em Nora (1993), no qual o sujeito porta-voz que responde por uma instituição ou os sujeitos que representa, coloca-se como intermediário.

hábitos pitorescos, os costumes, a culinária, enfim de tudo que faz parte de um sentimento nacional compartilhado.

Ao dizermos que simboliza uma parte da história do povo, entendemos que o Patrimônio não consegue ser completo, pois são selecionados os arquivos tidos como autênticos e originais. Assim, o Patrimônio não representa uma totalidade, embora tenha esse efeito de completude no imaginário dos sujeitos.

Os sujeitos guardadores/cuidadores (sujeitos porta-voz) do patrimônio e da memória patrimonial selecionam uma parte da história de uma nação e guardam esse fragmento histórico num espaço de memória institucionalizado. Memória para ser lembrada/comemorada, (cf. Venturini, 2009), pois sua presença-ausência significa e ressignifica na linha vertical da lembrança e da esfera interdiscursiva da memória.

Pêcheux (1990, p.17) afirma que “toda genealogia das formas do discurso revolucionário supõe primeiramente que se faça retorno aos pontos de resistência e de revolta que se incubam sob dominação ideológica”. Dessa forma, o autor, ao recuperar a noção de sujeito porta-voz a partir dos estudos de Conein²⁵(1980), o faz a partir da relação estabelecida entre Revolução Francesa, Revolução Socialista e Revoluções do Século XX, considerando que o sujeito porta-voz se apresenta em duas funções enunciativas: a primeira como [...] ator visível e testemunha ocular do acontecimento e o efeito que ele exerce falando ‘em nome de’ é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar, pelo qual, o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto; o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta como adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um ‘nós’ em formação e também em contato imediato com o adversário exterior.

Assim, podemos afirmar, ancorados neste autor, que o sujeito porta-voz circula entre três posições, a saber: a de profeta, a de dirigente e a de homem de Estado, constituindo-se, portanto, como agente de contradições e deslocamentos, porque circula entre o mundo real, existente, e a possibilidade de um outro mundo, imaginário. Tal sujeito

²⁵ O acesso ao texto *Décrire un événement politique* de Conein (1980) foi possível devido à tradução livre disponibilizada pela professora Maria Cleci Venturini. Para um aprofundamento maior do assunto consultar: CONEIN, *Décrire un événement politique*. In: COLLOQUE "MATERIALITES DISCURSIVES", 8, 1980, Nanterre. *Annales*. Paris: Université de Paris, 1980. p. 55-64.

se coloca como responsável pelo que é dito a partir de lugares de memória, como assevera Venturini (2009, p.95), “distribuindo os saberes e os dizeres que atualizam a memória, e assim, possibilitando a constituição de uma coletividade, um ‘nós’ que emerge do museu, como lugar que organiza a memória e que a atualiza nos demais lugares”.

O lugar de memória é “material, funcional e simbólico”, podendo ser definido como um depósito de arquivos, que guardam vestígios históricos de memória que não existem mais, ou seja, só pode ser recuperado através da consulta a esse arquivo, através das lembranças desses fatos passados. O lugar de memória, em sua concepção primeira, é assegurar a conservação e transmissão de valores institucionais da igreja, da escola, do Estado e funciona como um organizador que sustenta a continuidade dos discursos.

A partir do lugar de memória outros dois conceitos são determinantes no processo discursivo que funcionam no eixo da formulação (intradiscurso): a comemoração e a rememoração.

A comemoração, que só pode ser evento comemorativo porque também é rememorativo, pois aquilo que se rememora é que legitima a comemoração. A comemoração se constitui a partir da rememoração, enquanto esta trata do discurso *de*, a primeira, a comemoração, refere-se ao discurso *sobre*, “que se constitui pelo discurso *de* e funciona como a memória que o constitui e como discurso fundante que retorna e o ancora no eixo da formulação”, conforme nos traz Venturini (2009, p.75). O discurso funciona em dois eixos, a rememoração e a comemoração, um que é o das relações – o intradiscurso – e o outro que é o das seleções – interdiscurso.

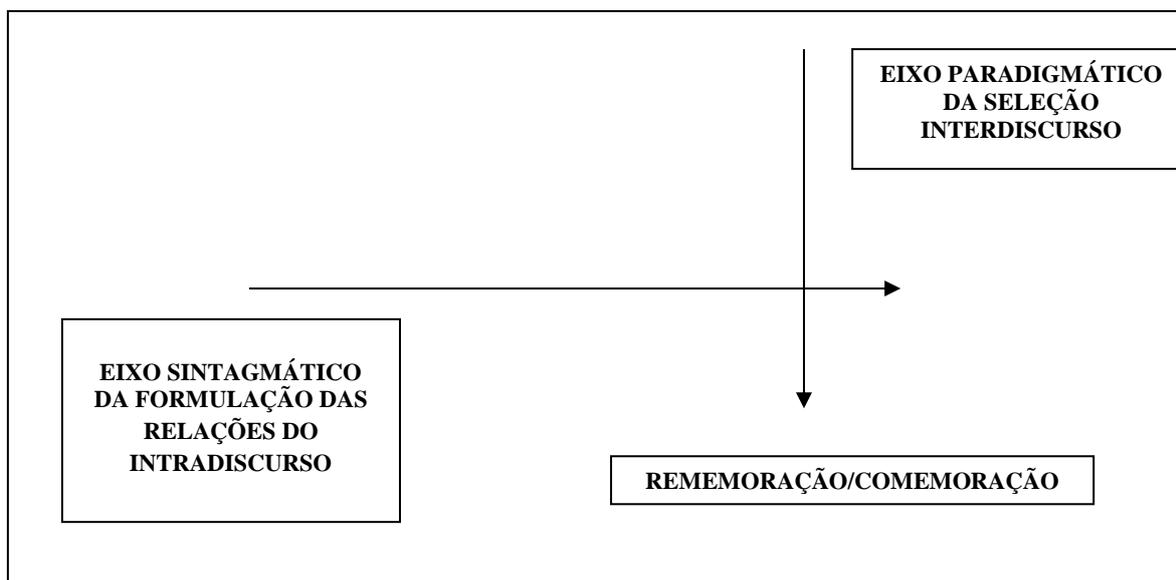
Nesse funcionamento, os discursos institucionais, por exemplo, é que determinam o que deve/pode ser esquecido ou lembrando, enfim o que deve ser apagado/silenciado e o que deve ser visibilizado. Conforme, Orlandi (2007) o silenciamento é uma maneira de produzir sentidos, as palavras produzem silêncios e as palavras não-ditas, não se limitam a ocupar um lugar que excede da linguagem, do dito, mas é a falta delas que produz o movimento da contradição, nos sujeitos e na própria língua. Segundo Payer (2012, p.94) “a colonização e o chamado processo civilizatório *silenciaram* memórias discursivas orais, com seus saberes, línguas e sujeitos históricos.”

Recorremos ainda aos conceitos de *rememoração/comemoração*²⁶ para explicar o funcionamento da memória guardada nos “arquivos” do museu. Evocamos Venturini (2009), que trabalhou esses conceitos a partir do *interdiscurso e intradiscurso*, via Courtine (1982) e Pêcheux (1997a). Para a autora, a rememoração (como discurso *de*), não tem o mesmo sentido que recordação, nem de “querer” ou fazer memória. Ele significa como a constituição da memória, entretanto ressoa conforme os sujeitos, suas inscrições sócio-históricas e suas identificações em formações sociais. A comemoração relacionada à atualidade não é o lugar da celebração e nem o lugar da crítica, conforme desejava Nora (1993) ao cunhar a noção *lugar de memória*.

A rememoração/comemoração estrutura-se pelo discurso *de* e pelo discurso *sobre*, sinaliza para os funcionamentos da memória (linearização e deslinearização), também para a impossibilidade de gerenciar os sentidos, mesmo na constituição de arquivo e na possibilidade de congelamento de memórias em Museus e Arquivos Históricos em que o arquivo funciona como o lugar que “guarda” memória e contribui para a disseminação de dados e informações de interesse institucional, apagando que a memória só significa pelo esquecimento e escapa ao gerenciamento e ao direcionamento de sentidos.

Nesse processo da memória, há dois eixos, que passam a funcionar juntos: um horizontal e outro vertical, cuja confluência resulta o discurso, a rememoração/comemoração. No eixo horizontal, no qual funciona o *intradiscurso*, é o eixo da formulação, da linearização (discurso *sobre* - comemoração), este é atravessado pelo *interdiscurso*, que funciona no eixo vertical, o da constituição de sentidos, da deslinearização, da memória (discurso *de* - rememoração). O funcionamento da memória, a memória e a atualidade, constituem os efeitos de evidência. Vale reproduzir o esquema do funcionamento da memória pela rememoração/comemoração, elaborado por Venturini (2009, p. 169):

²⁶ A noção rememoração/comemoração foi trabalhada por Venturini, em sua tese de doutorado a partir dos lugares de memória, no qual o sujeito porta-voz que responde por uma instituição ou os sujeitos que representa, coloca-se como intermediário. Por essa razão é nos referimos à autora, tendo em vista que elas as trouxe de outros lugares para funcionar no âmbito discursivo.



Esquema Analítico 1

Para nós, o MH de Entre Rios, sendo uma instituição com licença para administrar a sustentação da memória sócio-histórica e discursiva da “Velha” pátria suábica e também da “Nova” pátria, o Brasil, se instala nesse entremeio do funcionamento da memória, o vai-e-vem do passado ao presente, ressoa novos efeitos de sentidos nos discursos de imigração.

O MH é um *lugar de memória* aos moldes discursivos, pois coloca em evidência a “nacionalidade suábica”, mesmo que a história traga a complexidade de sua origem, uma vez que, os sujeitos advêm de várias regiões da Europa, não havendo uma homogeneidade de etnia, inclusive pela “expatriação” dos alemães-suábicos por muitas vezes na história do pós-guerra.

Nos discursos que ressoam das materialidades expostas no MH, é visível a contradição (silenciada) em *ser suábico e em ser brasileiro*, principalmente pelo silenciamento e apagamento de determinados discursos referentes ao Brasil. Nenhuma materialidade discursiva (nos referimos aos enunciados verbais), no MH, traz o termo “Nova” pátria, mas ao contrário tem-se a expressão “Antiga” pátria estampada em muitos textos, confirmando que o MH é o lugar de memória da antiga pátria, mas que só faz sentido porque ele está localizado no Brasil.

No MH encontra-se, por assim dizer, o discurso fundante como lugar da estabilização, pois sustenta os discursos *de/sobre* a “Velha” pátria, no espaço de Entre Rios. Este lugar de memória, deslocado para a análise discursiva, é tomado como o lugar em que os saberes de uma FD dominante, que evidenciam-se pela rememoração/comemoração, organizam-se e circulam.

2.2.1. Revisitando o museu: lugar de memória e história

A memória, para Pierre Achard (1999), não é explícita, mas vem à tona pelos implícitos que restabelece os pré-construídos, discursos transversos que recuperam ou rompem com sentidos cristalizados. Por isso, não encontramos o implícito sob a forma estável e sedimentada ao passo que ele sempre está suscetível a desmoronar sob o peso de um acontecimento novo, que vem perturbar a memória.

Portanto, podemos dizer que a memória funciona por meio de uma regularidade enunciativa e de repetições e retomada de já-ditos num jogo entre o histórico e o linguístico. Desse modo, não podemos pensar a memória como um reservatório de sentido homogêneo e plano, mas sim um espaço de falhas, esquecimentos, deslocamentos, regulação, repetição, na qual ressoa as FD's e as ideologias do sujeito.

No lugar MH é possível constatar que existem ditos/já-ditos/não-ditos sobre o processo de constituição da comunidade imaginada, política, e discursiva de Entre Rios, que aparentemente funciona como uma “nação” homogênea de raízes práticas sociais dominantes provenientes do Velho Mundo, a Europa Suábia. Portanto, esse olhar que se volta ao passado interfere na identidade do habitante *nascido ou não*, nessas colônias, fazendo emergir daí, relações de poder que são significadas principalmente nas interpretações do discurso político.

No museu, lugar de memória, funciona tanto o papel da lembrança, quanto do esquecimento. O sujeito estaria submetido à linguagem, podendo se constituir apenas dentro dessa linguagem, sendo que os sentidos presentes em discursos revestem-se de opacidade e de incompletude. A evidência de um sentido transparente e de um sujeito que é fonte desse sentido é apenas parte do jogo ilusório, que coloca o indivíduo como origem

do próprio dizer para assim forçar o apagamento das ideologias e FD's que o atravessam enquanto sujeito.

Nesse sentido, a função do analista de discurso é desenvolver a capacidade de enxergar os implícitos que formam a memória discursiva e questionar os sentidos recuperados e/ou calados pelo sujeito que se constituiu.

Para isso, é importante estar atento à historicidade envolvida na análise dos sentidos e que se apresenta tanto por meio de retornos como de deslocamentos de palavras/expressões/signos já inscritas em outros contextos sociais. Desse modo, podemos dizer que é por meio da memória que se estabelece a condição de legibilidade do dizer, já que as palavras não carregam um sentido em si, mas significam pela relação com uma anterioridade que também as constituem.

O arquivo, no lugar de memória, tem autoridade de dizer e de ser dito, pode significar um ponto de partida para outros discursos do passado histórico e, ainda, num simulacro, direcionar o porvir.

Silveira (2004, p.197) trata da posição-sujeito na imagem do gaúcho em contos literários, aqui, deslocamos esse mesmo tratamento ao suábio, pois, para nós, essa designação compõe o processo de “simulação” no discurso do imigrante, explicitando o funcionamento do espaço de “simulacro”, que também constitui a especificidade do discurso colonizador/imigrante.

A simulação, ao copiar o original, produz efeitos de apagamento e silenciamento da “Nova” Pátria, pois simula a tomada de posição do sujeito suábio, que sofre o processo no “discurso *sobre*”, que funciona como atualidade, no intradiscurso e significa apenas na horizontalidade e em tese, há um responsável pelo dizer (“eu”), esquecendo-se de que não é a origem do dizer. Reforça a ilusão do sujeito como a origem do dizer, quando é atravessado pelo “discurso *de*”, trabalhado por Venturini (2009) como memória que sustenta e atualiza os sentidos de discursos já-ditos, mas não se pode identificar um sujeito responsável por esse saber ou dizer. Assim, trata-se de um processo parafrástico segundo, Orlandi (2005a, p.37), nesse processo temos o habitante suábio de Entre Rios que se significa como suábio (eu) e ao mesmo tempo é significado como tal, pelo discurso do já-dito, tudo isso, no jogo discursivo do rememorar/comemorar.

Já o simulacro precisa de uma relação entre os sujeitos com o propósito de produzir um efeito-sujeito-outro. No caso específico do discurso de imigração, revelam-se diferentes formações discursivas que ora dão ênfase ao discurso que advém da “Velha”, ora da “Nova” Pátria. O simulacro auxilia na interpretação das imagens, neste caso, a imagem discursiva do suábio da história dos livros, e a imagem discursiva do suábio de Entre Rios, uma vez que, este fenômeno funciona como uma imagem que não é semelhante, mas diferente. O cômico, que ressoa dos burburinhos entre os habitantes das colônias e de Guarapuava, é que os descendentes de imigrantes suábios de Entre Rios, têm mais de suábio, do que os próprios suábios da atualidade, na Baviera, por exemplo.

Os discursos sobre²⁷ os suábios revelam-se nas representações dos historiadores e da própria comunidade, pelos depoimentos; essas representações nos ajudam a compreender reiteraões como (orgulho de ser suábio) e as transformações de sentido sobre a designação suábio na relação suábio/brasileiro. O discurso histórico articulado ao discurso linguístico complementa-se e ajuda a construir o imaginário na comunidade de Entre Rios. Nesse sentido, a paráfrase, a polissemia, o equívoco e a metáfora são constitutivos do discurso linguístico.

Conforme Orlandi (2005a), a paráfrase, na AD, é produzida no interdiscurso, é um processo que recupera um o já-dito e o atualiza, a repetição ganha a possibilidade do novo. Por sua vez, a polissemia é uma ruptura na linguagem que instaura, para os sujeitos, novos sentidos na história e na língua. Os processos polissêmicos dão permissão ao simbólico para sua ressignificação. A metáfora, ao lado da paráfrase, e da polissemia, representam a subjetivação do sujeito no discurso.

Convém destacar que o equívoco também é constitutivo da linguagem. Ele é fato de discurso (ORLANDI, 2005a). O equívoco aparece em diversas vezes, quando o MH, por exemplo, designa a língua alemã, como língua dos suábios/imigrantes de Entre Rios e automaticamente os filia, por efeitos de sentidos, à memória da colonização. Como formula Orlandi (2007), há o silêncio fundador, princípio de toda significação, e há o silêncio constitutivo: “ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis”. Assim, temos: (1) Museu Histórico de Entre Rios (2) Heimatmuseum, onde os sentidos de

²⁷O discurso sobre, quando enfoca assunto, **não o mesmo que atualidade**, trabalhado por Venturini (2009). O sobre, nesse funcionamento, foi referido por Pêcheux, já em 1969 e por Orlandi (1990), que o contrapõe ao discurso de, enquanto origem, vindo de sujeitos e de um lugar. Em trabalho apresentado na ABRALIN (2013) Venturini mostra essas diferenças.

(2) silenciam necessariamente os sentidos de (1). Esse último enunciado é o que é preciso não dizer para poder dizer (1). Há, portanto, inscrita na designação “Museu Histórico de Entre Rios” uma política do silêncio. Nos processos de significação de (1) e (2), há deslizes, deslocamentos e transferências de sentidos²⁸. Orlandi (2007) assevera que, “ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis [...]. Pêcheux ([1969] 2010) chamou esse jogo de sentidos ligados às condições de produção de “efeito metafórico”, fenômeno característico do funcionamento das línguas. O efeito metafórico é, assim, o lugar da relação da língua com a história constituindo sentidos e sujeitos (ORLANDI, 2005).

O arquivo discursivo do MH produz efeitos de significação identitária e de comunidade imaginada, na relação temporal entre a “Velha” e a “Nova” Pátria e, ao ressignificarmos a fundação do distrito, nos aproximamos de outras interpretações sobre esse espaço/lugar/pátria.

Stein (2009) constata a perseverança dos descendentes suábios, em manter a “História do Povo Suábio” em muitos países que receberam suas colônias, ocupando ideologicamente os espaços discursivos institucionais, como os centros culturais ou museus:

Também pude verificar essa homogeneização da história suábia na Alemanha, ao visitar três instituições culturais dos suábios do Danúbio (*Haus der Donauschwabern*). A primeira em Haar, região metropolitana de Munique, Baviera, a segunda em Ulm e a última em Sindelfingen, ambas localizadas em Baden-Württemberg. Nestas instituições, visualizei o esforço para a produção e divulgação da história dos suábios, não somente os da Alemanha, mas também dos que vivem em outros países, como a Áustria, Canadá, Estados Unidos, Brasil, Austrália e a Argentina. (p.28)

O museu é um lugar institucional que coloca em exposição uma versão da história e dos acontecimentos, portanto o que se mostra sempre em primeiro plano é um imaginário sobre o que é ser “suábio”. Por meio dessa instituição, tentamos responder nossas questões de pesquisa, pelos discursos que ressoam de lá, como discursos legitimadores da “Velha” Pátria em relação à “Nova” Pátria, ou seja, a vida nas Colônias do distrito de Entre Rios.

²⁸ Esquema inspirado em SOBRINHO, J.S. “A Língua é o que nos une”: Língua, Sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa, 2011, p. 78.

Segundo Venturini (2009, p. 70), o lugar de memória, nesse caso, o MH, possui duplo papel: impede o esquecimento de antigas práticas sociais e promove o resgate de laços de continuidade, assegurando a permanência do tempo tridimensional: o presente, o passado e a possibilidade de um futuro.

2.3. MATERIALIDADES E EFEITOS DO PATRIMÔNIO: MONUMENTOS, PLACAS E MAPAS

O patrimônio nos termos dos quais tratamos em nossa pesquisa, vem sendo abordado tanto nas pesquisas acadêmicas, quanto na mídia, com uma predominância de concepção tradicional. É comum nos aparelhos reguladores de cultura de uma cidade ou uma nação, destacar as construções significativas para alguns grupos sociais, geralmente identificados como um grupo predominante politicamente/economicamente, ou ainda monumentos religiosos e históricos, vinculando a memória da cidade com estes personagens. Essa recorrência, que privilegia alguns grupos, ao não destacar as possibilidades de conflitos, de outros discursos sobre os fatos ou dados em determinado espaço discursivo, geralmente recorre nos discursos de beleza, de heroísmo, de superioridade que ressoam a contradição ou os antagonismos dos/nos discursos.

Entendemos que tais abordagens discursivas não são inocentes ou espontâneas, mas são escolhidas pelos sujeitos nas FD's e encaminhadas como efeitos de sentidos que tentam naturalizar essa discursividade. Decorre então que, conforme Sobrinho (2012), os monumentos ao serem representados como produtos do patrimônio fazem com que o associemos ao poder de perpetuação das sociedades históricas.

O significado dos monumentos em práticas sociais, em torno de um imaginário nacionalista equipara-se ao significado dos monumentos religiosos e centra suas atenções na manutenção ou conservação de regras de bem viver e conviver, numa *aparente camaradagem* que tenta apagar/silenciar estratégias discursivas de dominação e exploração.

Como não é nosso objetivo aprofundar as questões sobre patrimônio, simplificamos tal conceito, partindo do pressuposto que, o patrimônio apresentado aqui, tem função discursiva no que tange aos discursos que ressoam da memória de imigração no espaço referido, o MH e no espaço discursivo semi-urbano de Entre Rios. Outro aspecto relevante e óbvio, como diria Pêcheux, é, se tratamos de discursos do/no museu, tratamos de discursos do/no monumento, portanto a língua, materialidade discursiva é nosso maior bem patrimonial de análise, nesse momento.

Conforme, Cervo (2012), o patrimônio é a memória materializada em um discurso num espaço logicamente estabilizado, sem lugar para a interpretação. Assim, entendemos o discurso do museu e do próprio “objeto” monumental como memória. Porém, como não interpretar os discursos do MH, uma vez que eles estruturam-se pela opacidade, há sempre outros discursos. Os efeitos de sentidos que depreendemos em nossas análises podem revelar outros discursos, que não os da imigração apenas. Trata-se de um espaço “afetado” pelos discursos: as ruas, as praças, os espaços públicos.

Numa configuração de espaço urbano, na rua, os sujeitos parecem explicitar a necessidade de mostrar quem são e de onde são. O espaço público, nesse sentido, é um espaço que possibilita a discursivização dessa subjetivação, o que nos faz evocar Orlandi (2001b, p.35), “porque o gaúcho em si ele fica mais gaúcho quando ele sai fora da...querência dele”, ou seja, sujeito e sentidos se entrecruzam em face do esquecimento necessário para a subjetivação no espaço, no caso, a cidade. Para a autora, o que sustenta as identificações do sujeito tem uma estreita relação com o processo político-administrativo do lugar, e também como processo imaginário em determinado espaço-tempo, em que o sujeito escreve determinadas práticas sociais. Nunes, (2011, p.160), vê por um lado, a fragmentação da sociedade, com a diversidade de grupos, de comunidades, de identidades e por outro, a reforma histórica, que confere certa unidade por meio da atualização de um discurso fundador, que mobiliza políticas de planejamento urbano para a recuperação e preservação dos espaços, das ruas, das praças, do patrimônio e da memória.

A identificação simbólica pode ser representada nas materialidades discursivas que são remetidas aos sujeitos. As placas de informação, inseridas nos canteiros centrais das ruas que dão acesso aos principais pontos de rememoração/comemoração de Entre Rios, por exemplo, são marcas discursivas para os visitantes, mas também, marcas de

territorialidade para os moradores. É interessante notar nesse discurso de reforma de praça o funcionamento da língua no espaço de imigração, as placas são bilíngues, português-alemão, ressoando a língua da “Velha” pátria e da “Nova” pátria.

Assim como as ruas, o espaço público e as materialidades discursivas distribuídas nesse espaço podem significar a subjetivação dos sujeitos numa comunidade e num lugar, esse mesmo lugar desenhado nas linhas territoriais que protegem a “cultura” de um grupo, pode também significar a subjetivação dos sujeitos. Assim, Guimarães (2001, p.95), questiona o que são os mapas e como servem de metáfora para a linguagem?

Para chegarmos à resposta dessa questão, invocamos Anderson (2008), para antes do mapa, situarmos o imaginário de fronteira que é construído pelo orgulho de nacionalidade, pois, segundo o autor, é daí que nascem os grandes sistemas culturais que precedem as nações, tanto para conservá-los como combatê-los. Um desses sistemas são as comunidades religiosas, por exemplo, que pelo domínio de uma única língua sagrada decidiam sobre a admissão ou não de novos membros para sua comunidade. Antes de existir a nação já existia latente o sentimento de nacionalismo e, assim como determinadas comunidades religiosas eram protegidas pelas barreiras da “fé”, as comunidades imaginadas, a partir do século XIX, protegiam-se pelas suas fronteiras.

A partir desse século, os mapas históricos constroem as narrativas político-biográficas, implementando por meio de imagens e cores, o percurso bélico e econômico dos conquistadores ocidentais. Os mapas adquirem simbologia ganhando força entre os povos e suas origens (mapa-logo), numa função instigante de querer “nacionalizar” o espaço ou o território e, numa espécie de emblema, torna-se instrumento nacional e ao mesmo tempo anti-colonial. A demarcação de uma fronteira, a relação que se dá num itinerário, segundo De Certeau (1994), é uma sequência discursiva de operações em contraposição ao mapa que se caracteriza pela descrição redutora totalizante das observações, uma ligação entre o simbólico e o antropológico do espaço.

Anderson (2008, p.32), numa pesquisa sobre o sudeste asiático, trata de questões fundamentais para os conceitos de nacionalismo, não tanto como “instituição”, posto que na instituição está presente o discurso-arquivo colonizador, mas realçando o sentimento de nacionalidade, fazendo emergir o conceito de comunidade imaginada e não apenas, imaginária, “Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações

jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.”

Pensando nas fronteiras imaginárias ou não, o instrumento que as limita, são os mapas, da mesma forma imaginários ou não. Porém, os mapas visto pelo viés institucional, que moldam e fundam nações, foram significativos para delimitar o território dos europeus, por exemplo, deram aparência legal às apropriações que conquistaram no passado, legitimando-as como “herança” dos povos eliminados ou dos nativos submetidos à nova ordem de poder, o documento, o território legitimado pelo desenho do espaço ocupado ou conquistado.

Os mapas, enquanto materialidades significantes dão visibilidade a lugares, constituindo efeitos de sentido de objetividade. Funcionam também como sustentação, à medida que mostram o lugar, dando a esse lugar uma existência real. Outro efeito de sentido do mapa é o de documento e como tal não pode e nem precisa ser questionado. Em torno disso, há convenções. Desse modo, essa materialidade “mostra” o lugar e o constitui como verdade, que é mais verdade, porque reporta ao passado, que é da ordem do vivido, mesmo podendo ser uma memória que ressoa.

Retornando ao campo da linguagem, justificamos em acordo com Guimarães (2001, p.97), que os mapas podem ser interpretados (no aspecto urbano), como textos organizados pelas ruas, pelos seus nomes, transformam-se em enunciados, que vão significar o espaço como cidade, no caso de Entre Rios, essa cidade se configura num espaço intermediário, do rural com o urbano, por isso, “espaço semiurbano”²⁹. Segundo, o autor (2001, p.96),

O mapa não se dá como descrição de uma cidade, nem como narração de sua história, ele se dá, diríamos, no sempre depois de seu presente, como instrução semântica. Portanto como algo que não indica diretamente o mundo, e precisa ser compreendido em si mesmo para funcionar. Se não se coloca a questão da compreensão do mapa, não há como tomá-lo como mapa. E ele deixa de ser o que é: ele não será sequer descrição. Como descrição de uma cidade ele seria um arremedo pífio. Como narração, ele

²⁹ Apesar de não existir uma bibliografia específica que teorize sobre o espaço semiurbano, insistimos no uso do termo, pois encontramos, em trabalhos acadêmicos que abordam o espaço social e geográfico, a referência às novas formas de integração entre campo e cidade que ocorrem na região de Guarapuava. Para aprofundar o assunto, pesquisar: Schmidt, Lisandro Pezzi. A (re) produção de um espaço desigual [tese]: poder e segregação socioespacial em Guarapuava (PR). Florianópolis, SC, 2009. 1 v., 281

contaria uma história de época diferentes como sucessões que se projetaram em contiguidades progressivas. E só. Como instrução, não sendo, nenhuma coisa, nem outra, ele é sentido que pode nos dizer mais, tanto do retrato como da história da cidade, do que se fosse diretamente descrição e narração.

Outro efeito de sentido do mapa é o de documento e como tal não pode e nem precisa ser questionado, pois instaura efeito de objetividade e de verdade, mostrando o funcionamento das convenções. Desse modo, essa materialidade “mostra” o lugar e o constitui como verdade, que é mais verdade, porque reporta ao passado, que é da ordem do vivido, mesmo podendo ser uma memória que ressoa.

Os mapas, como instituição que moldam e fundam nações, foram significativos para delimitar o território dos europeus, por exemplo, pois foram vistos como instrumentos institucionais e constituíram e simularam o efeito de legalidade às apropriações que conquistaram no passado, legitimando-as como “herança” dos povos nativos submetidos à nova ordem de poder, o documento, o território legitimado pelo desenho do espaço ocupado ou conquistado.

2.4. A CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS PELA LÍNGUA NA HISTÓRIA E PELA IDEOLOGIA

A língua, historicamente, sempre foi um meio de poder. Desde as épocas mais antigas sempre houve o desejo pelas conquistas territoriais, assim, os povos vencidos pelas potências guerreiras eram subjugados e uma das formas de dominação era a imposição da língua do povo vencedor. Portanto, a língua do nativo era apagada pela língua do conquistador.

O Brasil, como país colonizado, também sofreu com esse processo de imposição linguística. A situação linguística do Brasil, desde o período de colonização, foi bastante heterogênea, uma vez que conviviam diferentes línguas, no mesmo espaço de enunciação.

Primeiro é marcada pela presença de línguas indígenas, depois pela língua portuguesa, em decorrência da colonização e, mais adiante, as línguas advindas dos escravos de diferentes regiões da África e, ainda, pela língua dos imigrantes: italianos, alemães, asiáticos, ucranianos, entre outros.

No início, havia o contato entre o colonizado e o colonizador – indígenas e europeus/portugueses – cuja aproximação se deu por meios de práticas sociais de trocas. O nativo ensinava o trato com a terra e os costumes locais para facilitar as atividades e a vida no novo espaço; ao europeu coube o ensino da língua do homem civilizado. Neste período, conviviam no Brasil, as línguas indígenas, o português e as línguas gerais. Esta última, de base tupi, era a língua do contato entre os índios de diferentes tribos e entre índios e portugueses. Contudo, para eventos formais ou em documentos oficiais, empregava-se a língua portuguesa como língua oficial.

No período compreendido entre 1654 a 1808, segundo Guimarães (2005, p. 24), a língua geral perde o seu prestígio, pois foi impedido, pelo império português, seu uso na escola. Tal proibição deve-se a uma atitude política de línguas de Portugal, cujo objetivo era tornar o português a língua mais falada no Brasil.

Uma dessas ações mais conhecidas é o estabelecimento do Diretório dos Índios (1757), por iniciativa do Marquês de Pombal, ministro de Dom José I, que proibia o uso da língua geral na colônia. Assim, os índios não poderiam mais usar nenhuma outra língua que não a portuguesa. Essa ação, junto com o aumento da população portuguesa no Brasil, terá um efeito específico que ajuda a levar ao declínio definitivo da língua geral no país (GUIMARÃES, 2005, p. 24).

Dessa forma, o português, além de língua oficial era também a língua mais falada no Brasil. Mesmo com tantos outros contatos linguísticos que dividiam o mesmo espaço de enunciação, a língua portuguesa foi a que se impôs com maior força, silenciando ou apagando as demais.

A vinda da Corte Real para o Brasil representou a consolidação da língua oficial e, além disso, marcou o início da urbanização, fenômeno de migração do campo para a cidade. Segundo Castim (1998, p. 38), tal fenômeno acaba “formando, lenta, mas constantemente, o padrão linguístico urbano de classes intelectualmente superiores. A

língua literária vai utilizar tal modalidade como veículo de expressão”, e as reflexões em torno de uma identidade brasileira começam a se aprofundar.

No século XIX, tais reflexões se intensificam e, principalmente, os escritores se empenham na tarefa de defesa da autonomia dos brasileiros em relação a Portugal. Defendia-se o uso do português do Brasil, o que gerou um crescimento da consciência brasileira de identidade. “Os escritores românticos, sobretudo José de Alencar, reivindicavam para os brasileiros a autonomia linguística, cultural e literária. Movidos por um profundo nacionalismo, os românticos empenharam-se na defesa dessa autonomia” (BIDERMAN, 2002, p. 69).

No período mais recente, durante os anos de 1940 da era Vargas, uma nova situação linguística se apresenta. A língua do imigrante sofreu um aniquilamento pela exclusividade da língua oficial do Brasil, o português. Essa ação pretendia a homogeneização da língua portuguesa e também atestar a brasilidade do imigrante, já que deviam usar única e exclusivamente a língua portuguesa. “Nesta direção, a censura da língua constitui um modo particular de interdição da memória, uma vez que a língua traz a memória inscrita. Interditar a língua implica, nesse sentido, interditar um determinado modo de ser sujeito (pela língua).” (PAYER, 2001, p. 253)

O Hochdeutsch, designação da variante oficial (Standard) do idioma alemão, praticado nas colônias, apresenta características próprias em relação aos demais dialetos alemães, no vocabulário, sintaxe e na pronúncia. É uma variação mais utilizada nas circunstâncias formais e pelos discursos institucionais do CIDL, do Hospital Semmelweis, que também é coligado ao Grupo Agrária, dos negócios da Cooperativa Agrária, dos encontros diplomáticos entre Brasil (Entre Rios) e países que se relacionam com a comunidade e também pelos discursos da mídia, a revista e a rádio universitária (na sua programação em alemão), pois a programação da emissora também é gerenciada pela Universidade Estadual de Guarapuava, a UNICENTRO.

O Hochdeutsch e, principalmente, o dialeto suábio Schwowisch, asseguram, no distrito de Entre Rios, a conservação das práticas sociais suábias, confirmando a identificação pela língua. Dessa forma, a língua materializa o desejo no discurso de construção da “Nova” Pátria, pátria que é limitada e com fronteiras. A língua é limitada, tem fronteiras e assim não pode dar conta de tudo, a memória nunca será expressa

totalmente pela língua, mas é o discurso que ganha status de verdade pela “realidade” que ressoa da memória, controlando o presente na volta ao passado. Referimo-nos a um elemento fundamental na instauração da língua – o tempo (passado, presente e futuro) – quando Althusser (1985, p.98) compreende a ideologia, como “eterna”, ou seja, o sujeito será sempre (no sentido ideológico/temporal) interpelado, *sempre/já sujeitos*. Some-se ao pensamento althusseriano, em que o tempo presente seria um horizonte absoluto, representado por um presente simbólico, mais a produção de sentidos do sujeito (no âmbito discursivo), os outros dois eixos temporais (passado e futuro) afetariam-lhe o presente. Portanto, é pela *movência* no tempo da história, que o sujeito produz sentidos, pois “só quem tem passado, construindo seu lugar, vive estas duas temporalidades: lugar do sujeito e da história na língua e pela língua” (SCHERER, 2007, p.354).

A língua, assim, é produtora de sentidos nos sujeitos, pela história e pela memória e funciona como um processo constitutivo dos sujeitos, porque faz parte dos sujeitos. Assim, o sujeito pode estar no Brasil, mas a sua língua materna pode não ser o português, mas aquela que o significa, no caso, a língua alemã ou o dialeto suábico. Entendemos em função disso, porque a língua é o lugar material da ideologia, de acordo com Pêcheux (1997a), a história do sujeito, é mais forte do que o lugar discursivo do sujeito.

No recorte histórico/discursivo que fazemos da imigração suábica para os campos guarapuavanos, constata-se o desejo governista de nacionalizar o Brasil e para isso era necessário organizar a sociedade pela homogeneização da língua. Esse fenômeno foi intensificado a partir da década de 1930. O processo de nacionalização vivido pelos imigrantes europeus no Brasil “proibia” a prática das línguas imigrantes por legislações específicas e pelas campanhas do ensino primário. Porém, nas áreas rurais, a campanha nacionalizadora não conseguiu apagar a relação do estrangeiro com a língua interdita, por decretos oficiais ou pelo distanciamento geográfico da terra natal, que nas palavras de Payer (2001, p.236) significa que,

[...] a língua, em seu modo específico de inscrição histórica e de existência material, consiste, pela memória discursiva nela inscrita, de um material inseparável do sujeito que ela constitui. Impossível que imigrantes tivessem vindo sem suas línguas, estrangeiras.

Os suábios que chegaram a Guarapuava foram escolhidos (500 famílias) para virem ao Brasil, desde 1945, e apenas em 1952 é que a última expedição aportou em terras brasileiras, perfazendo um total de 2.446 imigrantes, portanto o processo de nacionalização da língua portuguesa no Brasil, já havia acontecido. Embora o espaço brasileiro colonizado pelos suábios já se caracterizasse como um espaço regulado por uma política linguística, cuja língua oficial era o português, não impediu a constituição de possíveis sentidos de autonomia linguística por parte dos imigrantes. O governo paranaense garantiu aos imigrantes, algumas medidas importantes para que houvesse a instalação das colônias em Guarapuava, como o fato de que professores e médicos, conforme Elfes (1971, p.46), deveriam se comunicar em alemão com a comunidade, assim ilustra, “a mediação de professores brasileiros conhecedores da língua alemã e de um médico”. Assim, o espaço de enunciação da colônia Entre Rios caracterizava-se como um espaço de pelo menos duas línguas, mas não para todos os sujeitos, nem em todas as circunstâncias. A preocupação com o idioma, por parte do governo brasileiro, não simplificou, obviamente, as dificuldades que os imigrantes sofreram por não dominar a língua portuguesa e ainda de ter de adaptar-se ao novo país. Vejamos:

O obstáculo de não conhecer a língua portuguesa foi superado aos poucos pelos suábios de Entre Rios, que precisavam se comunicar com os habitantes da região para fins comerciais e para se informarem. Com humildade, eles se adaptaram ao idioma nacional, mas sem esquecer as origens.³⁰

Na constituição da “Nova” Pátria, os suábios passaram por um processo de subjetivação em que, à medida que foram praticando a língua nova – o português – foram ao mesmo tempo, num efeito paradoxal, atualizando a língua da “Velha” Pátria, criando assim uma tensão linguística e de pertencimento, complexos.

Desse modo, compreendemos que a “Nova” Pátria, não significa a “Nova” Língua, nem vice-versa, apesar das formações ideológicas manifestarem-se na regulação das FD’s, estabelecendo conflitos linguísticos e de práticas sociais. A heterogeneidade dos discursos

³⁰ Excerto de um guia histórico de Entre Rios, em alusão ao 60º aniversário de fundação das colônias em Entre Rios, 2012.

possibilita os equívocos e as não-filiações, pois como afirma Pêcheux (2008, p.56), “não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma ‘infelicidade’, no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um ‘erro de pessoa’, isto é, sobre o *outro*, o objeto da identificação”, ou seja, não há um sujeito uno, há apenas a ilusão disso.

Os suábios de Entre Rios podem significar-se como estrangeiros no Brasil, mas há momentos em que não produzem esses sentidos, denegando esse estrangeirismo, vivendo uma espécie de *Verneinung*³¹, da ordem do discurso. Segundo Lacan (1998), uma falha no discurso, com um elemento que não foi simbolizado. Porém, o movimento dos sujeitos não-suábios, os “brasileiros”, induz a uma historicidade de contraidentificação com aqueles que trazem a “Velha” Pátria nas suas relações sociais.

Pêcheux (1997a, p. 144) aborda a questão da ideologia e das relações de classe, dizendo que não há uma ideologia dominante e “que esta não se torna dominante pela graça do céu”, então, vemos que a ideologia dominante resiste pela instalação dos AIE³², o que não quer dizer que eles sejam a máquina de dominar de uma classe, mas num paradoxo, é também o lugar da transformação das relações de produção de uma classe, o que torna os AIE um sistema complexo.

Michel Pêcheux (1997a, p.148), ao discutir questões ideológicas, concorda com Althusser sobre a interpelação dos indivíduos em sujeitos por meio da ideologia, problematizando as relações de produção numa sociedade. Na teoria materialista do discurso, Pêcheux recorre à teoria althusseriana e evoca os aparelhos ideológicos de estado, quando coloca a luta de classes nesse conceito. Michel Pêcheux na fundação da teoria colocou em articulação o materialismo histórico, enquanto teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendendo-se nesse campo, a teoria das ideologias.

Pêcheux afirma, também, que as ideologias não são feitas de ideias, mas de práticas (1997a, p.144), há um embate entre as classes e quem vence é a classe social dominante.

³¹LACAN, Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a "*Verneinung*" de Freud, in Escritos, 1998.

³²Aparelho Ideológico do Estado (Althusser, 1985, p.68) – explica que AIE são instituições distintas e especializadas, como AIE: religiosos, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação, cultural, funcionando basicamente por meio de suas ideologias, intervindo nas forças de trabalho de uma sociedade.

Segundo Pêcheux (1997a), a ideologia da classe dominante não se torna dominante “pela graça do céu”, os aparelhos ideológicos organizados pela sociedade é que são lugar e meio de realização dessa ideologia, que por isso torna-se dominante, o autor retoma Althusser dizendo os AIE também se configuram na/pela luta de classes numa da formação social. E esta ideologia domina pela instrumentalização nos/dos aparelhos ideológicos de estado, numa espécie de lugar onde agem forças ideológicas contraditórias para mover as relações de produção. Segundo Pêcheux (1997a), a ideologia da classe dominante não se torna dominante “pela graça do céu”, os aparelhos ideológicos organizados pela sociedade é que são lugar e meio de realização dessa ideologia, que por isso torna-se dominante, o autor retoma Althusser dizendo os AIE também se configuram na/pela luta de classes numa da formação social. Porém, essa força não é simétrica, como realização em proveito próprio, tendo como referência a existência de uma sociedade, mas uma dissimulação das engrenagens que fazem funcionar os aparelhos, pois assim como as outras instâncias, o sujeito é livre e igual em direito, para livremente assujeitar-se. Portanto, Pêcheux (1997a) segue na condição de separar, cuidadosamente, o que seja formação ideológica, ideologia dominante e ideologia e coloca o sujeito como base constitutiva de toda ideologia.

2.4.1. Instituinto a "Nova" Pátria: língua e escola

Entendemos que a escola, tal como Althusser (1985) pensou, é um instrumento de ideologias, portanto um AIE que possui importância fundamental nas teorias políticas.

O aparelho escolar reproduz para o capitalismo a força de trabalho necessária à sociedade e ajuda a cristalizar no tempo, ideologias dominantes, levando os sujeitos à condição de dominados ou de dominadores, apesar dos termos hoje serem um pouco “fortes”, pois a política capitalista vive sob o impacto da globalização.

A escola é o espaço em que os limites do linguístico e do imaginário esbarram-se. Deste lugar, compreende-se como a relação da língua (nacional ou língua-mãe) significa e é significada pelos sujeitos no ensino. Em Entre Rios, o CIDL funciona como um dispositivo que faz os sujeitos imigrantes arcarem com o ônus de pertencerem a uma ideia de nação, no simbólico de sua constituição/instituição identitária nas fronteiras discursivas

da história, da língua e da ideologia. Isso pode ser observado pela forte presença da língua alemã enquanto disciplina escolar, incorporada ao currículo desde o jardim da infância e estendendo-se para todas as séries posteriores, chegando a uma carga horária, em média, de 10 horas semanais de estudo. Ou seja, ocorre o estímulo à manutenção do aprendizado e uso da língua alemã, que é reforçada pelo valor simbólico de identidade e pertencimento que ela retoma, pois como afirma Pfeiffer (2004); “Entender [...] as diferentes maneiras de dizer na e da língua nacional, é entender um pouco mais sobre os sentidos que vão sendo construídos para a língua escolarizada, o que inevitavelmente nos faz pensar sobre o sujeito que nela se fala, ou não.” (PFEIFFER, (2004), p 1) Assim, Língua Portuguesa e Língua Alemã, dividem espaço no currículo escolar, que ainda contempla outras línguas como espanhol e inglês. No entanto, ressaltamos que a língua alemã recebe uma atenção especial devido aos incentivos que o CIDL oferece para que os alunos estudem a língua em intercâmbios, em colégios da Alemanha. Segundo Dalla Vecchia (2011, p.11)

Nesse processo, observa-se que a língua alemã ocupa um espaço grande dentro da comunidade e o seu ensino está ligado aos objetivos da comunidade de identificação com o país europeu, demonstrando que os colonos ainda são alemães. É, por outro lado, uma representação bastante complexa, tendo em vista que os imigrantes vieram de outros lugares que não a Alemanha como salientado anteriormente, além disso a variedade de língua que utilizam, apesar de ter uma base alemã, está muito longe da língua alemã, pois os falantes nativos de suábio demonstram tanta dificuldade com o idioma alemão quanto os falantes nativos de português. [...] A construção da identidade suábia, associada ao ensino de língua alemã tal como foi descrito acima, garante o valor desta língua dentro do grupo linguístico à medida que é imposta aos moradores por meio das práticas de letramento iniciadas na Educação Infantil.

Desse modo, fica evidente o papel da língua na construção de identidades, e de sentidos de pertencimento, que reforçam o papel ideológico dos aparelhos institucionais, no caso específico o CIDL. Assim, podemos pensar que a construção simbólica em torna da ideia de “Nova” Pátria ganha força por meio do modo como o colégio concebe e elabora suas práticas educacionais em torno da língua.

2.5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em nossa investigação, tomamos a Análise de Discurso francesa (AD), como arcabouço metodológico para interpretar nosso objeto de estudo – o espaço de imigração. Levamos em conta as condições de produção específicas e históricas do local, atravessadas pela relação entre “Velha” e “Nova” Pátria, que ressoam nos discursos institucionalizados.

Buscamos articulações organizando-as para criar pontos de reflexão e por meio de gestos interpretativos até chegarmos a determinados efeitos de sentido. O objetivo maior que permeia essa investigação é a análise da constituição da “Velha” e da “Nova” Pátria, os lugares e as instituições que sustentam o duplo em um mesmo lugar. Os objetivos específicos são: buscar pelos efeitos de sentidos que ressoam dos discursos da imigração suábica que emanam do MH e marcam o embate/encontro/desencontro entre a velha e a “Nova” Pátria, pelo que funciona, mesmo de modo velado, como um discurso de resistência; estabelecer relação entre a ‘comunidade imaginada’ de Entre Rios e Guarapuava para verificar se o lugar físico do sujeito constitui a identificação com a Pátria-Brasil; analisar o museu como *lugar* que interpreta e controla os sentidos em circulação no espaço de imigração, buscando o funcionamento da língua, do colégio, dos monumentos e da comunidade na sustentação/legitimação de dois lugares/pátrias em um.

As questões de pesquisas decorrentes dos objetivos propostos e que serão respondidas ao longo dessa investigação são: 1) Quais memórias e espaços institucionais sustentam/ancoram a “Velha” Pátria no que é designado de “Nova” Pátria? 2) Que efeitos de sentidos instauram-se no embate/encontro/desencontro entre a “Velha” Pátria e a “Nova” Pátria? 3) Como na/pela língua se constitui o discurso no espaço de imigração?

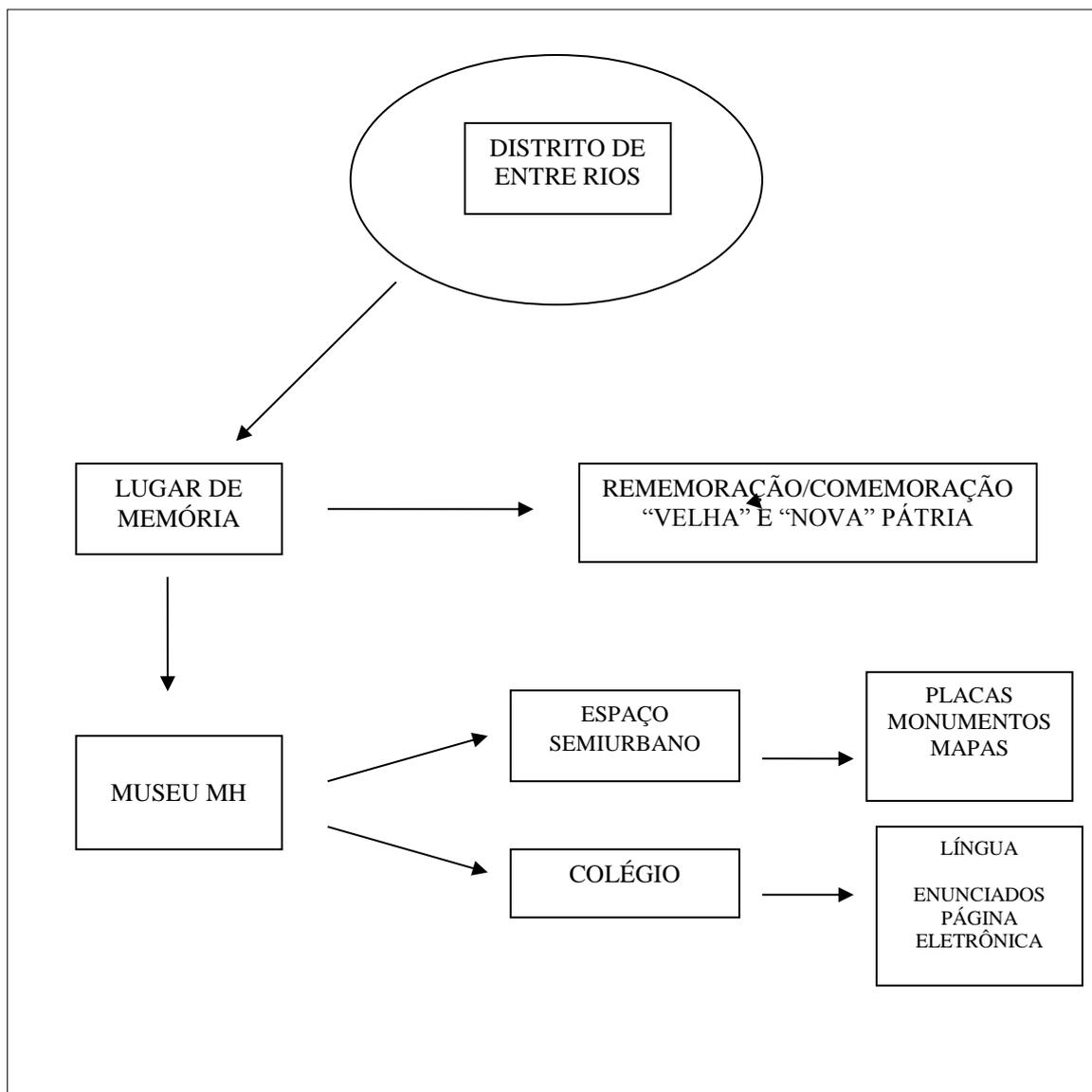
O fio condutor da investigação é, portanto, os discursos do MH tendo em vista que ele, de certa forma, interpreta e controla os sentidos do que é designado como “Nova” Pátria, a partir do que se apresenta como pertencente da “Velha” Pátria.

Nosso *corpus* de arquivo é composto pelo MH, o CIDL, o espaço semiurbano de Entre Rios, dividido entre as práticas sociais suábicas e as brasileiras, nos discursos de

mapas, placas e monumentos. Os recortes efetivados atendem aos movimentos discursivos em torno da “Velha” e “Nova” Pátria.

Nosso trajeto de pesquisa iniciou-se com visitas ao espaço de imigração em questão e ao MH. Este espaço despertou-nos mais atenção, como possível objeto de pesquisa, durante os festejos comemorativos dos 60 anos de imigração suábia em Entre Rios, em janeiro de 2012. Fizemos um rastreamento de referências bibliográficas sobre a AD e suas articulações com conceitos e noções que nos são caros, como: espaço urbano, patrimônio, arquivo, instituições, comunidades imaginadas, identidades, sujeitos, ideologia, memória, rememoração/comemoração, lugar de memória, Pátria, nação, língua, políticas linguísticas, espaço de enunciação, entre outros.

2.6. ESQUEMATIZANDO AS ANÁLISES: LUGARES DISCURSIVOS



Esquema analítico 2

Os recortes em torno do objeto analítico, Entre Rios, o MH e os discursos no espaço de imigração abarcam:

1. As análises que iniciam pelo *corpus* MH, no qual os discursos estão inseridos, especialmente, o discurso de Entre Rios, como “Velha” Pátria que está na “Nova” Pátria, e

as interpretações que ressoam as FD's do político e das práticas sociais dos imigrantes suábios, no lugar.

1.1. O lugar de memória MH e a rememoração/comemoração entre a “Velha” e a “Nova” Pátria, em que analisamos sequências discursivas referenciais (**sdr**):

a) O Brasão dos Suábios do Danúbio, na parede externa do Centro Cultural Mathias Leh e no Museu Histórico de Entre Rios, com a seguinte inscrição em alemão/português: “Für immer frei und ungeteilt/Para sempre livres e indivisíveis.”

b) Início em Entre Rios - A área de colonização de Entre Rios, situa-se entre os rios Jordão e Pinhão. Com o auxílio da Ajuda Suíça para a Europa e dos governos do Brasil e do Paraná, Entre Rios foi a região escolhida para abrigar as 500 famílias de Suábios. Foram adquiridos 22.000 hectares de terra em Guarapuava, e, em 5 de maio de 1951, foi fundada a Cooperativa Agrária para dar suporte à colonização.

c) Trabalho Comunitário - Vivendo em acomodações coletivas, os imigrantes imediatamente começaram a construir cinco comunidades: Vitória, Jordãozinho, Cachoeira, Socorro e Samambaia – onde passaram a residir em moradias modestas. O trabalho comunitário foi a solução encontrada, para equacionar os problemas de sobrevivência, até a distribuição de terras.

d) Economia - Após a distribuição de terras em 1953, os imigrantes passaram a trabalhar individualmente. Além do suporte econômico e social da cooperativa, contaram com o auxílio desta, na realização de trabalhos que exigiam o uso de máquinas. Os campos foram transformados em terras férteis e apropriados para o plantio de cereais.

e) Tradição e Cultura - Desde o início, os Suábios preocupam-se em manter as suas tradições e preservar sua cultura.

f) Expansão - O sistema produtivo e econômico de Entre Rios tem como base a exploração racional da terra. Através da técnica conservacionista do plantio direto e da rotação de culturas, o agricultor alcança boa produtividade em cevada, trigo, aveia, soja e milho. A

cooperativa adotou como princípio a industrialização da produção para diversificar e verticalizar a economia. A industrialização é fator essencial para a garantia da manutenção das lavouras e do sistema produtivo.

g) Trabalhadores de Nossa História- Ao longo de seus 60 anos, Entre Rios tem sido construída por pessoas que sempre acreditaram em um futuro melhor. Pessoas com fé em Deus e amor pelo trabalho superaram desafios. Que estas mesmas atitudes sejam preservadas pelas próximas gerações. A todos que contribuíram e contribuem para o atual progresso, a nossa homenagem. A Deus, a nossa gratidão. Entre Rios, 7 de janeiro de 2012.

h) As antigas Fazendas em Entre Rios - “Em 1951/52 a Cooperativa Agrária comprou 22.000 hectares de terras de campos e florestas, ligados entre si e pertencentes a 22 proprietários diferentes. As comunidades foram denominadas conforme nome original das fazendas compradas: Vitória (Fazenda Bracatinga), Jordãozinho, Cachoeira, Socorro e Samambaia.”

1.2. O recorte do *corpus*, como discursos que ressoam do MH e sustentam o espaço semiurbano, materializados por monumentos, placas, monumentos, mapas e a escola, que tem o funcionamento de aparelho ideológico, gerenciando/determinando, como a língua e as práticas sociais legitimam os discursos suábios no espaço de imigração.

1.2.1. O espaço de imigração semiurbano, abrangendo ruas e a Praça Nova Pátria.

1.2.1.1. Na Praça: o enunciado-imagem, de um monumento em homenagem aos imigrantes suábios. na praça, na Colônia Vitória, dando relevância ao slogan: “Conquistado – não pela espada, mas com o arado. Filhos da paz, heróis do trabalho/“Nicht mit dem Schwerte, mit dem Pflugschar erobert; Kinder des Friedens, Helden der Arbeit. - Stephan Augsburgger

1.2.1.2. Na Praça: o enunciado-imagem de um monumento em homenagem aos imigrantes suábios, na praça, na Colônia Vitória, com a inscrição: “O presidente Getúlio Vargas, o governador Bento Munhoz da Rocha, o prefeito José de Mattos Leão, o secretário de agricultura Lacerda Werneck deram em 1951 a 500 famílias de Suábios do Danúbio uma nova pátria e a possibilidade de participar do progresso do Brasil.”

1.2.1.3. Na Rua: o enunciado-imagem em alemão e português, numa placa indicativa de rua, com nome de lugares, na Colônia Vitória, com as inscrições em português e alemão: “Horto Florestal /*Gemeind-park* – Hospital Semmelweis/*KrankenhausSemmelweiss* - Colégio Imperatriz D. Leopoldina /Jardim/*Leopoldina-Schule/Kindergarten* - Corpo de Bombeiros /*Feuerwehr* - Polícia Militar/*Militarpolizei*”.

1.2.1.4. Na Rua: o enunciado-imagem na parede da sede administrativa da Cooperativa Agrária, um mapa, com a designação “Velha” e “Nova” Pátria, na Colônia Vitória.

1.2.1.5. Na escola: enunciados da página eletrônica do CIDL: - “O Colégio atende em sua maioria a alunos descendentes de suábios, filhos de associados da Cooperativa Agrária. Atende também aos filhos de funcionários e pessoas da Comunidade em geral. Os alunos do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina em sua grande maioria ingressam na Educação Infantil e deixam o Colégio após concluírem o Ensino Médio. São alunos em idade escolar compatível com sua idade cronológica e o desenvolvimento educacional é bastante homogêneo, visto que têm a mesma formação educacional. Quanto à situação financeira são oriundas, em sua maioria, de classe média e as mensalidades são em partes subsidiadas pela Mantenedora. Os alunos do Colégio Imperatriz têm dedicação exclusiva aos estudos. Os alunos que residem em outras vilas são transportados por ônibus escolar exclusivo do Colégio.” - Missão: “Promover aos educandos processos educacionais de formação integral e profissionalizante, diferenciados pela língua alemã e pelos valores da mantenedora”. - “O Colégio Imperatriz tem como característica principal ser uma escola bilíngue (português-alemão), onde além da língua nacional é cultivada a língua e a cultura dos imigrantes”. - “A Educação Infantil é desenvolvida toda em língua alemã, culminando no Jardim III com a alfabetização. Na 1ª série do Ensino Fundamental o aluno é alfabetizado em língua portuguesa, permanecendo as duas disciplinas até o fim do Ensino Médio”. - Projetos da escola – “Também oferece habilitação para frequentar Universidades, ou curso na Alemanha, através das provas de alemão ZDP e KMK”.

3. COMUNIDADE DE IMIGRAÇÃO E A FORMAÇÃO HISTÓRICA E DISCURSIVA DAS CIDADES

É necessário justificar a articulação que fazemos, quando tomamos o discurso da imigração suábica, no espaço semiurbano de Entre Rios, pois, abordamos noções que se deslocam da Antropologia, da Sociologia e da História, tais como: comunidades imaginadas, mitos de nacionalidade, formação das cidades, o que é da história, da memória, enquanto continuidade, o que retorna como discurso que circulou antes e ressoa na atualidade e ainda considerações em torno da divisão de classes sociais e de trabalho, tendo em vista que o espaço divide-se num imaginário de duas pátrias, conforme vimos destacando desde a nossa parte introdutória, do que decorre da separação entre o brasileiro e o suábio.

Para Anderson (2008), toda a comunidade é em si, um protótipo de cidade e ela sempre é imaginada. Desse modo, encaminhamo-nos para a delimitação e definições de cidade, buscando-as, em diferentes domínios do conhecimento, como as áreas já mencionadas acima.

O que designamos, na perspectiva discursiva de sujeito-cidadão, é aquele que, segundo Anderson (2008), habita a cidade e a estrutura, fazendo parte de uma nação, definida por ele como uma comunidade política, imaginada, limitada e com fronteiras soberanas, em que vive um “nós coletivo”. A cidade nesse funcionamento, é sinônimo de território, no qual os sujeitos somados à organização formam um todo complexo e abstrato no/do espaço urbano.

Pensar a cidade pela sua significação e pelas suas práticas discursivas num determinado espaço implica considerar os discursos que a configuram e interpretam. Assim, a cidade, o espaço tomado como lugar discursivo constrói identidades numa relação contraditória. Orlandi (2001b, p.10), define o espaço urbano como “espaço material concreto funcionando como sítio de significação que requer gestos de interpretação particulares. Um espaço simbólico trabalhado na/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes”. A cidade, portanto, é espaço simbólico em que os sujeitos constituem-se e constituem, subjetivam-se. Porém, é no espaço organizado como “urbano” que os sujeitos

pelas questões do político, tentam homogeneizar a história e os discursos que funcionam para a engrenagem administrativa.

Corrêa (1995) considera a cidade como espaço urbano que pode ser analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas. Pode ser abordado a partir da percepção que seus habitantes ou alguns de seus segmentos têm do espaço urbano e de suas partes. Outro modo possível de análise considera-o como forma espacial em suas conexões com estrutura social, processos e funções urbanas. Por outro lado ainda, o espaço urbano, como qualquer outro objeto social, pode ser abordado segundo um paradigma de consenso ou de conflito.

Jacques Le Goff (1988), na sua obra *Por Amor das Cidades*, estabelece comparações entre a cidade antiga, a cidade medieval e a cidade atual; e afirma que a cidade, tal qual se conhecemos atualmente, está mais próxima da configuração das cidades da idade média, tanto pela semelhança física de suas construções (verticalidade e projetos arquitetônicos subterrâneos), pelas diferenças estabelecidas entre centro e periferia; como pela própria mentalidade que se forma em torno das relações comerciais “O imaginário urbano que, acredito, se formou na idade media é, provavelmente, aquele que melhor sobrevive hoje ainda a um modelo urbano que perdurou do século XI ao XX. (LE GOFF, 1988, p. 153)”. Como a cidade medieval, com suas altas muralhas erguidas para proteger o grupo que ali vivia das invasões estrangeiras, as cidades contemporâneas também mantêm de certa forma suas muralhas, sua periferia, suas divisões de espaço (bairros, região rural); como também se mantém o medo, a insegurança a vigilância.

As cidades contemporâneas, apesar de grandes transformações, está mais próxima da cidade medieval do que está última da cidade antiga. A cidade da Idade Média é uma sociedade abundante, concentrada em um pequeno espaço, um lugar de produção e de trocas em que se mesclam o artesanato e o comércio alimentados por uma economia monetária.” (LE GOFF, 1988, p. 25)

Já Hobsbawm (1990), descreve a formação da cidade, colocando a indústria como a principal base de sobrevivência da classe trabalhadora e as inovações que vão surgindo dessa nova sociedade, como o crescente fenômeno da urbanização, uma vez que a sua população aumentava vertiginosamente. Para dar conta da cidade como um lugar, ancoramo-nos em De Certeau (1994, p.201):

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha, portanto, excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.

Ao lermos De Certeau deslocamos seu conceito de lugar para a articulação discursiva das tomadas de posição no discurso. Tais noções são pontos fundamentais para a identificação dos sujeitos nas FD's, no discurso *de* e discurso *sobre* e nos efeitos de sentido que emergem do imaginário, nas tomadas de posição, ou seja, as posições-sujeito. A FD confere legitimidade à posição que o sujeito ocupa no dizer e conforme Pêcheux (1997a), essa posição ocupada pelo sujeito, remete à luta de classes, no trabalho da ideologia e atravessamento ao inconsciente.

Para nosso trabalho, as tomadas de posição-sujeito do sujeito imigrante-descendente suábio no discurso, também se constrói na dualidade da língua (portuguesa x alemã), decorrem tomadas de posição. Do lugar de onde ele se inscreve, metaforicamente, o discurso é representado no papel do sujeito, por exemplo, “o estado brasileiro e o imigrante suábio”, quem fala em nome do estado, ocupa posições tais e quem fala pelo imigrante outras, por exemplo, (Governo Getúlio Vargas x Organização de Ajuda Suíça aos Povos Europeus).

As tomadas de posição do sujeito imigrante suábio e seus descendentes, a partir das primeiras narrativas de sua diáspora pelo mundo, a partir do séc. XVIII vão transformando a história constitutiva de sua identidade. No Brasil, desde sua chegada, a posição-sujeito do imigrante suábio, era a de um sujeito movido pela esperança da paz num novo lar, o sujeito que foge da guerra. Mais tarde, já estabelecidos e confiantes na tecnologia e na própria mão-de-obra, ocupa uma posição de trabalhador agrícola, que prepara e semeia o futuro. Atualmente, a maioria, descendentes de suábios, e não mais imigrantes (3ª geração), posicionam-se como donos da terra e de grandes safras, estabilizados e notoriamente reconhecidos, “enquanto sujeitos-cooperados”, eles pertencem à “Nova” pátria.

A diferenciação entre espaço e lugar acontece quando o espaço é tomado como ambiente, “um lugar praticado”, espaço vivo porque é preenchido pela prática de sujeitos ligados a processos de sua constituição e do espaço, tal mobilidade transforma o espaço geométrico em ambiente urbano, conforme De Certeau:

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável do tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais (1994, p. 202).

Essa mobilidade ou *movência*, do/no espaço inclui a questão discursiva, porque resulta na criação de um espaço associado ao sujeito histórico, que por sua vez, encontra o seu *lugar*. O lugar é preenchido pelos discursos dos sujeitos que enunciam segundo suas inscrições em determinadas posições-sujeito. Essas posições funcionam pelo imaginário e autorizam o dizer, quem diz, para quem diz e de onde se diz. Portanto, dependendo do lugar, da posição ocupada pelo sujeito em determinada FD, o discurso será aceito ou rejeitado. Obviamente, que as posições-sujeito comportam diversas FD's e o sujeito não é homogêneo, nem as FD's, o são.

3.1. COMUNIDADES IMAGINADAS: NAÇÃO/NACIONALIDADE E PÁTRIAS

Partimos do pressuposto de que na perspectiva histórica, o sujeito sempre teve necessidade de um lugar para chamar de seu, buscando estabilização e fixação em lugares e em tempos históricos, instituindo-se pela cultura e pela política, com vistas à fundação de um grupo, uma comunidade ou uma nação. Em termos fundacionais, a origem significa como um texto ou muitos textos que se imbricam e se contrapõem, inscritos em muitas FD's que podem ser lidas facilmente ou que precisam ser decifradas no *jogo* dos não-ditos, do que há para se dizer, mas não se diz ou do que se diz, mas não se deve/pode dizer e que irrompem na ordem do discurso pela memória discursiva. Pêcheux (2010, p.52) salienta

que a memória discursiva seria aquilo que, diante de um texto, que surge como acontecimento, faz ressoar os pré-construídos, os discursos-transversos que irrompem no eixo da formulação, sustentando e atualizando discursos, fazendo com que os mitos de fundação proliferem e as crenças instaurem efeitos de sentidos, contrapondo-se a sentidos neutralizados, silenciados ou marginalizados.

Anderson (2008, p.32) trabalha o conceito de nacionalismo e, para dar conta dessa noção retoma Gellner, que se referiu ao nacionalismo como uma espécie de falsidade e não como fruto da criação inventiva de um povo. O autor destaca a existência de comunidades “verdadeiras” e, portanto, melhores. Já, para o próprio Anderson, qualquer aldeia poder ser imaginada. Os imigrantes suábios, dos quais tratamos, enquadram-se nessa noção de comunidade imaginada, no que tange à manutenção da tradição e cultura, mais próximas possíveis da origem, se é que a origem existe e quando evocam memórias antigas na vivência de práticas sociais, festas, como a Maibaum – Festa da Árvore de Maio, que celebra o renascimento das plantas, da terra, a árvore, com mastro de madeira de quase 20 metros, com ponteira, guirlandas e fitas, é erguida durante a festa. O mastro pode ser visto pela comunidade até a noite de 31 de maio, quando a árvore é derrubada. Esta comemoração existia na Europa desde o século XIII, o símbolo da fertilidade, o florescer na primavera da Europa, mesmo que a primavera no Brasil tenha início em setembro apenas, e o agradecimento a Deus pela terra e pela vida e ainda hoje é celebrada pelos moradores de Entre Rios e em cada uma das colônias.³³ Os sujeitos que habitam as Colônias de Entre Rios, inscrevem-se numa rede extensiva e indeterminada e, por estarem localizadas no Brasil, uma rede imaginada na memória discursiva dos descendentes, criando uma relação de parentesco com os antigos suábios.

Segundo Di Renzo (2012, p.21-22), quando pensamos nação, ressoa uma memória pela qual o pertencimento a uma nação, refere ao que é herdado de um povo, sinalizando para patrimônios que não podem ser divididos e, que para a nação ser nação, o povo deve ser constituído por uma “alma nacional”, isto é, deve ser dotado de sentimentos e desejos coletivos, a construção discursiva dessa ideia de nação.

Porém, as nações modernas que nasceram no século XVIII, trouxeram uma nova definição para essa construção nacional, vale dizer que não se concebe a ideia de

³³ Disponível em <http://www.suabios.com.br/?p=6914> Acesso em 10/07/2013.

obediência do povo a um só soberano, ou que o grupo reze o mesmo credo religioso, ou ainda, que pertençam a uma única classe social. Contudo, esta nação – a moderna - não se efetivaria sem a participação do povo nas lutas ideológicas, pois, sem a legitimação do povo, não há poder político.

Os discursos de colonização³⁴ e no caso de Entre Rios, não deixa de o ser, sempre o que se evidencia é um quadro mítico de discursos “do bem ou do mal”. A estratégia daquele que chega para conquistar é a de apagamento/silenciamento de uma história em detrimento de outra, parece que o passado do colonizado não existe, é ausente. A antigapátria ressurge no discurso como instauradora de uma nova vida e inicia-se uma relação que pode transformar o espaço, num espaço novo.

Os discursos de formação nacional são a produção de memórias discursivas, os discursos são alterados ou não, pelos deslocamentos, dessas memórias, no tempo e na história, ora, o discurso daquele que coloniza é dominante, portanto, as mudanças geradas numa sociedade terão o constructo ideológico do colonizador. Segundo Orlandi (2005b), na história do Brasil, o colonizador português também teve seu discurso influenciado pelo discurso do brasileiro, e em (2008, p. 11), a mesma autora enfatiza “[...] a colonização tem muitas formas, entre elas as que não são categorizadas sob a rubrica da colonização”. Portanto, quando se trata de língua na imigração/colonização é importante considerar aspectos que são tidos como pressupostos, mas também, os que esquecemos de levar em conta, como o afetamento da língua colonizadora, nessa relação, quem aprende o quê?

As formações de um povo passam pela questão do político que tem como perspectiva linguística a pretensão de organizar os discursos das práticas sociais que estão em determinada formação ideológica e discursiva. Para Mariani (2003), criar regras para uma língua ou para o silenciamento de outra, organiza simultaneamente os espaços institucionais por onde as línguas circulam e o modo como elas circulam. Então, domesticar o trânsito da heterogeneidade linguística, regulamenta a língua com que os

³⁴ Colonização é definida como o nome do processo de povoamento, exploração e dominação [...]. Mas é preciso mais: uma cidade fortaleza, bem situada, que organiza o território. Instituição e, ao mesmo tempo, submissão de um Estado a outro. Somos também alertados que não devemos confundir a colonização do Brasil e a época do Brasil Colônia, pois não coincidem: o processo de povoar, desenvolver o território começa antes e vem até mesmo antes da ocupação portuguesa (pelos índios) e vai até depois (pelos imigrantes). Portanto temos algumas palavras chave cujos sentidos devemos compreender: ocupação, povoamento, exploração, dominação, desenvolvimento do território. Colonização. Ficaremos atentos a elas. Nuances dos processos de significação. ORLANDI, Eni P. A fundação de um estado: cidade de São Salvador, Brasil. Cad.Est.Ling., Campinas, p.105/ 53(2): 101-112, p.Jul./Dez. 2011

sujeitos vão fazer a história significar e, ao mesmo tempo, serão significados por essa mesma história. Nesse gesto de interpretação, pela história do povo suábio, vemos essa tentativa de controlar a heterogeneidade linguística dos imigrantes que aqui chegaram, inclusive porque esses sujeitos foram classificados como suábios, homogeneificados, várias etnias numa só, alemães, iugoslavos, romenos, croatas, húngaros entre outras.

Zandwais (2011), ao tratar dos regimes totalitários, vê a língua como o maior aspecto simbólico para a concepção de uma nação. Outros elementos também são importantes para a interpelação dos sujeitos a um Estado ou nacionalidade, como: território e etnia, mas é a língua que constrói o imaginário social de “identidade nacional”.

Mas como a língua constrói esse “outro”, essa metáfora de nação, o imigrante, esse outro (identificado como suábio), que chega e tem que se adaptar ao lugar, ao outro brasileiro, ao outro imigrante que não fala a sua mesma língua, como ocupará esse espaço novo, na relação recíproca de construção de si e do outro? O discurso político é formulado em certas condições de produção, assim, Grigoletto (2002, p. 97), diz que as formulações colonizadoras afetam também o discurso político, uma vez que a ideia de conquista vem carregada de uma superioridade moral: “a superioridade moral dos povos europeus lhes daria o direito e, sobretudo o dever de exercer seu poder para melhorar povos ‘atrasados’”. O cultivo das terras pelos imigrantes e a própria história do povo suábio em relação ao manejo de técnicas agrícolas em difíceis áreas de cultivo, somados ao orgulho de “ser suábio”, constituem efeitos de verdade sobre a superioridade suábica, pelo menos no que tange a este aspecto.

3.1.1. Entre Rios: da história ao discursivo

Na mítica, “do fazer andar”, De Certeau (1994) destaca que caminhar é ter falta de lugar, é estar à procura, a errância é a própria privação de lugar, que só é compensada pelo entrecruzamento desses êxodos, nos lugares sonhados. A movência ou mobilidade, como mencionada, nos faz pensar na errância dos suábios, que segundo Elfes (1975, p.18-20),

acontece desde o ano 800. Tomamos o termo errância emprestado da Literatura e o associamos à própria arte das palavras, que emerge no/do sentimento de exílio, quem sabe até pela perda do lugar das palavras, ou ainda por se viver exilado dentro dela. Exílios provocam o desenraizamento, mas há os que trazem a redescoberta da raiz.

A mobilidade desse povo começa a figurar ainda no império alemão, quando este, sofria de excesso populacional. Depois da batalhas turcas, o império austro-húngaro pediu a colonização das áreas devastadas e milhares de pessoas atenderam ao pedido imperial, assim, grupos da Baviera, Suábia e Francônia partiram colonizar novas aldeias na Hungria, tanto que houve a necessidade de instituir a língua alemã como língua oficial e comercial. *Erraram* por diversos anos, e passaram por muitas formações étnicas até chegarem aos campos de refugiados na Áustria, onde, grande parte, eram alemães que viviam na Iugoslávia, e a partir daí inicia-se um projeto para a imigração suábia, como podemos atestar:

Para os suábios do Danúbio que haviam perdido sua pátria, a reintegração no mundo ocidental tornou-se muito mais difícil, pois tratavam-se, preponderantemente, de camponeses, agricultores sem quaisquer conhecimentos em outras profissões, mas que mostravam grande capacidade colonizadora. Para esta, porém, a Europa representava um campo muito restrito. (ELFES, 1975, p.21)

A diáspora do povo suábio carrega com ela a indeterminação de uma identidade geral, porém, aqui, ao criar a comunidade aos moldes discursivos daquele povo, o distrito de Entre Rios busca a apropriação daquela cultura num sonho de tradução, fazendo-nos associar essa tentativa, ao mito do manto real³⁵, pois os discursos da imigração suábia, recobrem como uma tradução, o processo de imigração ao longo do tempo, pela manutenção do que era como algo sagrado, real.

Assim, deslocamos esse conceito filosófico e da própria linguagem, advindo de Benjamin (p.68), quando ele trata da tradução de uma obra, num determinado ponto temporal da história da língua, essa tarefa do tradutor, transplanta o original, colocando a tradução num lugar, ironicamente, mais definitivo da língua, ao menos enquanto o original

³⁵ BENJAMIN, Walter. **A tarefa do tradutor**. Lucia Castello Branco (org.). Walter Benjamin: quatro traduções para o português. Belo Horizonte Fale/UFMG, 2008.

não pode mais ser deslocado por nenhuma transposição, mas só elevado. No original, como o fruto e a pele que o reveste, a língua da tradução envolve o conteúdo desta como um manto real, com dobras e pregas muito amplas, já que a tradução implica uma linguagem mais elevada, permanecendo deste modo um tanto forçada, estranha e desproporcional ao seu conteúdo.³⁶

Saindo da viagem da tradução, para outra viagem, invocamos De Certeau (1994, p.200), que nos diz que todo relato é um relato de viagem, uma sequência escrita pelos passos, uma caminhada de transposição para a linguagem e organiza a viagem, antes dos pés a executarem, o espaço é então, praticado. As praças, as ruas transformam-se, à medida que os habitantes e pedestres, ressoando a urbanidade por meio da linguagem de trânsito, por exemplo, vão definindo o seu próprio urbanismo e organizando sua volta às origens. É comum na formação das cidades encontrarmos materialidades que constituem evidências daquilo que se *quer fazer-criar* para *fazer-ver*,³⁷ na tentativa, de sustentar dizeres, ideologias como efeitos de verdade e materialidade dos sentidos.

Quanto mais a cidade modernizava-se, na era da industrialização e do capitalismo selvagem, mais os espaços de lazer eram requisitados, pois a própria organização do poder econômico fazia com que os sujeitos a vissem como lugar de trabalho ou de rotinas para buscar o sustento, afastando-se, consideravelmente, do estado de felicidade. Mas, o discurso imaginário projeta as cidades e enfoca sempre a busca da felicidade, como principal objetivo do cidadão. Por isso mesmo, a essência do olhar: o imaginário do ver. Diante disso, o que há na cidade é para ser visto e contemplado com o olhar de felicidade, (idem, p. 43).

A tal busca para a felicidade também está na movência, como vimos na própria movência dos suábios pelo mundo. Porém, também nos referimos à movência dos discursos nos seus efeitos de sentidos, tendo em conta que eles se consolidam nessa movência e constituem as linguagens nos espaços. Na perspectiva do discurso, a cidade e o texto que ela instaura, significam como prática, à medida que os sujeitos que vivem no espaço urbano são

³⁶ Tomada pela posição de sujeito-autora, neste meu espaço autorizado, relembro de repente, das aulas do Professor Daniel Gomes, no curso de mestrado, e uma imagem desafiadora guardada na memória, surgiu, dando o tom para esse deslocamento. Mesmo sabendo da ousadia que é articular Benjamin, ao nosso trabalho, ainda mais que o rigor do professor em questão, sempre me deixou um tanto quanto reticente, ousamos. Suas aulas eram muito bem construídas, nas quais perder uma meada era perder o fio do raciocínio e não por acaso a atenção da turma era tamanha. Cada articulação filosófica possível, e seus efeitos de sentido nos textos analisados eram executados com cuidado e dedicação. Se perdemos o fio, não sabemos, ousamos alinhar este retalho da pesquisa, tentando articular filosoficamente, nossa interpretação.

³⁷ Conforme Venturini (2009) ancorada em De Certeau (1995).

parte dele e estruturam a corporeidade. Os sujeitos são muitos e inscrevem-se em FD's distintas, e mesmo que se inscrevessem somente em uma FD, seriam diferentes, devido à interpelação ideológica e ao atravessamento pelo inconsciente, que os distingue, tendo em vista o funcionamento da língua em sua incompletude. A movência dos sentidos possibilita pensar o movimento, o curso, próprio do discurso, dando visibilidade aos deslocamentos e às metáforas, constituidoras da polissemia.

Segundo Orlandi³⁸, a cidade é organização dos trajetos, dos acordos, das leis e vista pela via do simbólico, organiza-se ou se desorganiza por suas relações sociais e econômicas reproduzidas e, ao mesmo tempo, entrecortadas, por sentidos que ressoam da desordem social e geram os conflitos urbanos. A autora traça uma divisão entre o cenário urbano e o urbanismo e, nessa divisão, o primeiro, cataliza o social e, o segundo funciona como complemento do imaginário, interpretando o que é do urbano.

O sujeito habitante da cidade, da vila ou do campo pelo fato de estarem física ou geograficamente, nesse espaço, já ocupam uma *posição-sujeito de*. O lugar só significa se o significarmos e isto, possibilita a instauração do equívoco, do deslizamento de sentidos. Em Entre Rios, percebe-se, um certo apagamento do rural em relação ao urbano, mesmo que a economia esteja centralizada na agricultura.

Em uma sociedade como a nossa, o sujeito urbano é o corpo em que o “capital” está investido. Num espaço (habitado) de memória, de subjetividades, a história se formula na noção de “eu” urbano. Esse sujeito, por sua vez, como está produzindo sentidos na cidade – textualizando sua relação com objetos simbólicos nesse mundo particular do urbano – vai produzir uma realidade que é estruturada de tal maneira que nos vai dar, enquanto analistas, uma imagem de texto, do acontecimento urbano, que é histórica e que se apresenta em seus vestígios (ORLANDI, 2004b, p.28).

As cidades estruturam-se, discursivamente, numa “organização própria” e seguem ampliando esses sentidos empíricos para um discurso que emanam de sujeitos interpelados

³⁸ Texto publicado na revista **Escritos** do laboratório dos estudos urbanos/Labeurb UNICAMP – A desorganização cotidiana. Disponível em <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos1.pdf> Acesso em out. 2012.

pela ideologia que constitui identidades sociais/políticas/econômicas instauradoras da “ordem do discurso urbano”, ou seja, aliando os conceitos espontâneos do cidadão que vive em comunidade e inscreve-se na ordem do simbólico, do jogo político, numa relação de forças, que faz com que a vida urbana não pertença apenas a uma FD imaginária.

A ordem, de acordo com Orlandi (2005), emana da coletividade e pode estar sujeita ao equívoco, enquanto a organização desse espaço relaciona-se com o empírico e o imaginário. Os dois juntos têm como finalidade maior, interpretar de forma mais sistemática o modo como a cidade - o espaço urbano dela - significa-se pela linguagem que insurge dessa relação.

Conforme Wanderley (2001, p. 4), na perspectiva geográfica, município é um conjunto formado pela zona rural e pela zona urbana. Considerando os dados do IBGE, zona rural é “a população e domicílios recenseados em toda a área fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos” e urbana “as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas”. Essa definição é alvo de muitas críticas, tanto no que corresponde ao quesito administrativo, quanto no legal. Interessante é que muitos municípios brasileiros, são considerados cidades, independente do número de sua população. Se não levarmos em conta a população, mas a questão de desenvolvimento econômico, muitos distritos já poderiam ser considerados cidades, pois podem superar a sede municipal, todavia, isso envolve questões de mando político.

O distrito é, portanto, uma subdivisão do município, e tem como sede, a vila, não cabendo a ele autonomia administrativa e só nasce de decretos ou legislação municipal e estadual. A vila é considerada urbana, pois no Brasil, a localidade onde existe extensão de serviços públicos.

Com esse percurso objetivamos mostrar como os sentidos do urbano e do rural alteram-se e são produtivos na análise do espaço de imigração, que na ordem institucional é nomeada como colônia, mas abarca o urbano, ou pelo menos o semiurbano, o entremeio de rural-urbano. Feitas essas considerações, passamos aos recortes em torno da comunidade de imigração, iniciando pela cidade de Guarapuava, na qual os suábios imaginaram instaurar a “Nova” Pátria, para nós vista como entremeio, entre-lugar.

vitorioso, um bravo defensor dessas terras, contra os invasores castelhanos”. A história das nações parece seguir a mesma tônica, o mais forte economicamente conquista o mais fraco, com o incentivo do Estado e da Igreja – o rei e o padre.

Ilustramos esse pensamento com um excerto do pronunciamento de Getúlio Vargas, ressaltando a figura do personagem Guairacá – índio, que luta contra o invasor espanhol, e que aparece como herói, no discurso da história, justamente, por não aliar-se a conquistadores/inimigos de Portugal, porém ao defender a terra, que é originariamente dele, do índio, significa como um símbolo de nacionalismo para/do homem branco, pois este, já havia se apropriado das terras indígenas:

Devo dizer que vejo com viva simpatia a formação dessa corrente nacionalista sob a égide do Bravo Cacique, que é o símbolo do Brasil, certo de que ela não irá hostilizar nenhuma corrente indígena e sim, colaborar ao lado do governo, na defesa da Nação, na manutenção e fortalecimento da sua unidade (KRÜGER, 2007, p. 19).

O monumento (Cacique Guairacá) foi inaugurado em 16 de abril de 1978 pelo então deputado Antônio Lustosa de Oliveira e pelo prefeito Cândido Pacheco, o índio mítico, na Avenida Manoel Ribas, à entrada da cidade com as seguintes inscrições: “[...] No portal da cidade, altivo fala Guairacá. Sua mensagem ficou na memória: “Esta terra tem dono...””.

O estado do Rio Grande do Sul também escreve sua história com o sangue indígena, trata-se do cacique Sepé Tiarajú, santo-guerreiro, índio cristão, que teria defendido as suas terras contra os portugueses, assumindo a mesma significação do cacique Guairacá que também lutou contra o invasor espanhol. A lenda conta que ambos teriam proferido a frase *Co ivi oguerecó yara! Esta terra tem dono!* Sepé Tiarajú e Guairacá, e quantos mais houver, evocam a “oposição” à colonização, o primeiro pela resistência das armas, na contradição de ‘aceitar’ a catequização cristã, e o segundo, por lutas contra os espanhóis, mas não submeter-se a crença religiosa do colonizador português. O embate ideológico se dá no embate discursivo – *Esta terra tem dono!* Quem é o dono, de quem é a terra? Assim, podemos atestar em Silva (2012, p.16)

Assim, a imagem de Guairacá tece o duplo discurso: o espanhol é o invasor de terras legitimamente portuguesas, os indígenas são habitantes dessas terras e confirmam a posse portuguesa. Deslegitima-se assim a posse do território por parte de suas populações tradicionais e também por parte dos espanhóis. Essas ideias, assim delineadas, escamoteiam os sentidos da presença portuguesa no território, o qual, para além de reforçar a idéia de vazio demográfico, delega aos povos indígenas a representação social de legitimadores daquela presença.

O enunciado, *esta terra tem dono*, contraditoriamente, tornou-se lema dos grandes proprietários rurais em contraponto ao MST e suas ações, o que nos faz recorrer a Pêcheux (1997a), quando ele trata da memória e da formação discursiva. O processo interdiscursivo de retorno ao arquivo, a memória institucionalizada nas formações ideológicas garantem a interpretação. Esse já-dito, enunciado em outras FD's de outros povos conquistadores ou conquistados, significa diferentemente, como um acontecimento discursivo ressoando o caso do "On a gagné" de Miterrand, (PÊCHEUX, 2008).³⁹

Tal enunciado remete a um discurso que indica as tomadas de posições dos sujeitos, numa FD que envolve as questões territoriais e políticas, então os caciques enunciam dizeres que são retomados pela atualização nos discursos de direito à terra e a direito à propriedade. Os efeitos de sentidos desses já-ditos são dispersados pelo discurso da democracia em que os sujeitos tomam posições em distintas FD's, a do fazendeiro, do latifundiário, do monocultor, do agronegociante, e de outro os sem-terra, o pequeno agricultor, agricultor familiar, o próprio indígena. O movimento discursivo é o mesmo do cacique-colonizador, guardadas as circunstâncias da história e do espaço-tempo, há um movimento dessa rede parafrástica que é destacado por Tfouni e Romão (2004) na reiteração das ideologias e perpetuação das elites dominantes, quanto ao eterno conflito sobre a 'terra', que resulta também nas mesmas ocorrências:

Há uma negociação com a mesma FD oficial, que construiu uma imagem de perigo e uma representação de bandidagem e, no plano ideológico, encaminhou o julgamento final: extermínio e prisão dos que enunciam de um outro lugar social. É importante dizer que tais FDs conflituosas são determinadas pela dinâmica e tensa luta de classes, pelos interesses de

³⁹ Voltaremos ao caso nas análises no item 4 capítulo 3, desse trabalho.

grupos colocados socialmente em posição de dominação e subordinação. Daí o discurso de luta pela terra receber o nome de discurso do conflito. Chocam-se dois dizeres, constitui-se o litígio discursivo. (2004, p. 258).

Antes de falar de imigração precisamos ressignificar Entre Rios como uma parte de Guarapuava, antigas fazendas que passaram a designar-se Distrito de Entre Rios. Apaga-se a história, mas não a memória é nesse interstício que surge uma nova história e nela/com ela as contradições entre o velho e o novo, entre o imigrante e o ‘nativo’ entre a Língua Alemã e a Língua Portuguesa, enfim, entre sujeitos que estão fisicamente em um lugar, mas se veem/imaginam em outro, referendando, segundo Scherer (2007, p.354), o questionamento que cabe em relação aos suábios: “como constituir uma língua sua, uma pele sua, nesse espaço diferente?”.

O discurso de imigração, no espaço de Entre Rios, nasceu da desapropriação de terras de antigos fazendeiros de gado e se oficializou por meio do decreto do governador Bento Munhoz da Rocha Neto, de nº 1229, em 18 de maio de 1951.

Sua origem pautou-se no desenvolvimento agrícola, sustentado num projeto político progressista. As fazendas foram negociadas com a intermediação da Organização Suíça de Ajuda aos Povos Europeus e os governos do Paraná e do Brasil que aparecem como os mediadores das vendas de terras dos campos guarapuavanos, em troca de fazendas cafeeiras, no norte pioneiro paranaense, uma vez que o café era uma cultura em alta para exportação.

Após várias viagens pelo Brasil, principalmente na região de Goiás, a organização europeia não aceitou as propostas, devido à distância do mercado consumidor, o que resultaria em muitos gastos, principalmente com a logística de transporte. Chegaram às terras paranaenses, negociando o assentamento de 500 famílias de origem suábia, com Guarapuava e o governo do Estado. A Ajuda Suíça propôs ao Brasil uma estratégia de desenvolvimento agrícola unindo a experiência e técnica do povo suábio, que devido à Segunda Guerra Mundial, na sua narrativa histórica, passava por dificuldades e por isso buscava uma “Nova” Pátria. Para Guarapuava vieram famílias que tinham características semelhantes: numerosas, pessoas com conhecimento do trabalho com a terra, agricultores e também artesãos.

A chegada ao Brasil aconteceu de 1951 a fevereiro de 1952, os imigrantes vieram em sete embarcações denominadas: Provence, Lavoisier, Conte Biancamano, saindo do porto de Gênova na Itália até a chegada em Santos, Brasil.

O Estado do Paraná arcou com as despesas de transporte desde o Porto de Santos, em São Paulo, até o distrito, com a demarcação dos lotes de terras e abertura de estradas entre as colônias. Realizou, também, o provimento de sementes e mudas, incluindo a alimentação dos animais de criação, o fornecimento de instalações, ainda que básicas e provisórias, a contratação de professor e de médico, que deviam ser falantes do idioma alemão para assistir os imigrantes.

O trabalho bruto com a terra era uma das funções dos homens. Após o término da construção das casas é que as primeiras famílias começaram a habitar o lugar, de forma mais efetiva. A divisão dos lotes realizou-se em uma assembléia dirigida pela Cooperativa Agrária e os hectares de terras, seguindo vários critérios pré-estabelecidos, foram sorteados entre os colonos e estes deveriam pagá-las em pelo menos seis anos, a partir do segundo ano de trabalho.

O distrito de Entre Rios localiza-se a 30 km da cidade de Guarapuava/PR, entre os rios Jordão e Pinhão, fazendo parte do espaço, designado pela Prefeitura de Guarapuava, como semiurbano, pois apresenta características agrícolas e urbanas. Estrutura-se por cinco comunidades, que nasceram da desapropriação de antigas fazendas, como já mencionamos, e que mantiveram seus nomes, até hoje: Vitória, Jordãozinho, Samambaia, Socorro e Cachoeira, além das Vilas Banhado e Banhado Grande. A população dessas colônias constitui-se, prioritariamente, de imigrantes suábios, habitantes das margens do rio Danúbio, na Europa que vieram para o Brasil, por volta de 1951, ocupar uma área de 22.000 hectares.

A origem do sistema cooperativista ocorreu pela fundação de uma Cooperativa na Alemanha e pela sua transferência para o Brasil para ser gerenciada pelas famílias imigrantes em Entre Rios. Nessas colônias, funciona, hoje, um modelo de agroindústria dedicado ao cultivo de cereais, industrializados por meio de avançados recursos tecnológicos, como o desenvolvido pela Agromalte, a segunda maior maltaria da América Latina⁴⁰. A cooperativa conta com um Centro Experimental de Pesquisas Agrícolas, além de

^{40c}A Agromalte, segunda maior maltaria da América Latina, também foi destacada por Karl. "Fundada em 1981, atualmente é responsável pelo fornecimento de 23% do malte consumido no País. Nós respondemos

clubes e um colégio que tem como clientes, principalmente, os filhos de cooperados da Agrária, mas nos últimos anos, abarcou, também, a comunidade não-suábica. A maioria dos seus habitantes mantém a tradição germânica, cultivando hábitos e costumes de seu “lugar de origem”, tanto na gastronomia quanto na arquitetura de suas casas.

As instituições, como a colégio, a igreja, o banco, a cooperativa, o museu, o clube e outras ocupam cada uma a seu modo, na sua posição de porta-voz, um lugar na organização social de Entre Rios. Pintada numa paisagem bucólica, na qual se mistura o urbano e o camponês, o Distrito foi se estabelecendo pela herança cultural de um povo, pelo desejo imanente de construir, pela conquista da terra com a *enxada e o arado*⁴¹, as colônias de Entre Rios.

Entre Rios foi repovoada, com a chegada dos imigrantes vindos da região do Danúbio, o que demanda falar do modo como eles chegaram e como instituíram o entre-lugar, no trânsito da “Velha” Pátria e a “Nova” Pátria.

3.1.3. Entre a “Velha” e a “Nova” Pátria: Identificações e práticas sociais

Os suábios do Danúbio são grupos étnicos de culturas germânicas, que têm como lugar de origem o sudoeste e oeste do território, onde atualmente fica situada a nação alemã. A expressão “suábio” refere-se aos povos germânicos que moravam na região da “Suábia”, hoje, estado alemão de Baden-Württemberg (sudoeste da Alemanha). Porém, quando nos referimos aos “suábios do Danúbio, abrangemos a maioria dos povos germânicos (não apenas os habitantes da Suábia). Conforme Elfes (1971, p.15-16), a designação *Suábios do Danúbio*, vem do fato dos imigrantes de muitas províncias da Germânia embarcar no rio Danúbio, na cidade suábica de Ulm, para expedições de fugas, ou de guerra ou de miséria.

por quase um quarto do mercado brasileiro nesse segmento e somos a 11ª maior maltaria do mundo”, ressaltou. Ainda de acordo com Karl, a Agrária tem ainda outros parceiros comerciais internacionais com os quais mantém negócios envolvendo malte, lúpulo e fermento.”http://www.agraria.com.br/portal/imprensa_noticias_mostra.php?idmateria=2793&tipo= Acesso em 14/06/2013

⁴¹ Referimo-nos ao enunciado do monumento de fundação do distrito, na Praça Nova Pátria, na Colônia Vitória em Entre Rios.

No século XVIII, esse grupo imigrou de áreas do sudoeste e do oeste do Reino Alemão (Deutsches Reich) para o sudeste da Europa (onde hoje estão localizados países como a Croácia, Sérvia, Romênia e Hungria), região reconquistada no período de guerra contra os otomanos.

A imigração suábica ocorreu a partir de 1720. O Império austríaco representado pela família dos Habsburgos incentivou o povo suábico, principalmente os que trabalhavam com a terra e os artesãos para o povoamento das terras adquiridas nas guerras. Para esses lugares também imigraram povos da Francônia (Franken), Bavária (Bayern), AlsáciaLothringen (Elsass-Lothringen), Pfalz, Hessen, Boêmia (Böhmen), Silésia (Schlesien), Vestifália (Westfalen), Suíça (Schweiz) e da própria Áustria.

Os “suábios do Danúbio” estabeleceram-se em Batschka, “Turquia Suábica”, Banat e Sathmar, pertencentes ao Império Áustro-Húngaro (de 1867 a 1918), nessa região conseguiram lavrar a terra e manter seus dialetos e sua cultura. Quando a Primeira Guerra Mundial terminou em 1918, o Império Áustro-Húngaro foi extinto e as terras onde viviam os suábios do Danúbio, que eram administradas por esse governo, foram divididas entre outros vários países. Por causa disso, muitos suábios tiveram de sair do sudeste da Europa, para viver em campos de refugiados na Áustria. Após a Segunda Guerra Mundial, uma organização (Ajuda Suíça para a Europa - SchweizerHilfe) viabilizou um projeto para um grupo de suábios do Danúbio que vivia refugiado na Áustria e cerca de 500 famílias se inscreveram na iniciativa, que tinha como plano, fundar uma cooperativa agrícola no Brasil.

A Cooperativa Agrária nasceu desse projeto, a cerimônia de fundação aconteceu no dia 5 de maio de 1951, no Hotel Central, em Guarapuava/PR. Adquiriu, no distrito de Entre Rios, 22 mil hectares, para os imigrantes suábios trabalharem e pagar os lotes em parcelas, com a renda de seu trabalho⁴². O distrito de Entre Rios tornou-se a única comunidade rural de suábios semelhante às que viveram às margens do Danúbio representadas por/em um grupo de 500 famílias que recebeu as terras do Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, dirigente do Paraná, por volta de 1951.

⁴² A ata da cerimônia de fundação da Cooperativa Agrária e o registro da reunião para o sorteio dos hectares, por famílias, estão expostos no MH.

A abordagem do espaço de imigração deu-se a partir de Guarapuava, abarcando em seguida o distrito de Entre Rios, que recebeu os suábios, constituindo um imaginário do Distrito no entre-lugar, porque está sempre “entre” rios, no Danúbio e no Brasil, entre duas línguas – a alemã e a portuguesa – e entre mais de uma nação, destacando-se a brasileira e a alemã.

Se pensarmos no nome do distrito – Entre Rios – como enunciação, conforme Guimarães (2001) podemos desconfiar de uma intenção ao nomeá-lo, fazendo ressoar a memória da ocupação das margens do rio Danúbio pelos povos que ali se estabeleceram, inclusive os Suábios. Se o nome, Entre Rios, abarcasse o sentido de descrever, apenas indicaria à localização geográfica dos campos guarapuavanos, entre os rios Pinhão e Jordão. Então, questiona-se em que medida o nome não é descrição, mas enunciação de sentidos?

Instigados por esses questionamentos sobre a nomeação do lugar, e de volta à perspectiva da AD, interpretamos a nomeação do distrito, ao próprio estado de isolamento do povo suábio, lá na sua antiga circunstância de vida, atualizados, aqui, no isolamento de suas práticas sociais, nas colônias de Entre Rios, protegidos pelas suas fronteiras imaginárias e que poderia até ser interpretado como um espaço homogêneo, uno.

A significação do nome do lugar poderia significar também, os imigrantes e seus descendentes como colonos, como trabalhadores da terra ou de determinada cooperativa, que fica em determinado lugar, significando pela relação (descendentes – não-descendentes) dos habitantes, dos com-terra e dos sem-terra, do rural e do urbano, e tantas outras dicotomias visíveis no lugar, que vão transformando a comunidade pelos discursos das divergências, naturalizando e/ou legitimando o discurso da dualidade, da diferença entre os moradores, entre os rios, entre as cidades Guarapuava e Pinhão, entre as pátrias Brasil e Alemanha, o entre, que não se estabiliza nem lá nem cá, o entremeio, o entre-lugar.

3.1.4. Sobre o imaginário do distrito de Entre Rios: “entre-lugar”

Para De Certeau (1995), o imaginário encontra-se no *ver*, dotando de exotividade a nossa ótica, ressaltando aquilo o que vemos e define ainda melhor o que não vemos, ou o que nos falta. A comunidade de imigração em uma perspectiva do “imaginário” se constitui de *representações*, portanto a cultura de uma sociedade pode ser um elemento básico para representá-la imaginariamente. Se nos propusermos a “conhecer” uma nação ou sociedade afastadas de nosso presente e também de nosso espaço, é necessário ter cuidado com as fronteiras entre o real e o imaginário, que são tênues e abarcam tanto a experiência coletiva quanto a individual dos sujeitos. Esse distanciamento histórico dos estudos do imaginário passado começa a diminuir com a presença da Antropologia e da Psicanálise, como vemos em Le Goff (1993, p.292):

Assim, abriu-se, sobretudo ao estudo histórico esse domínio do imaginário passado, em que a história escuta ciências humanas como a antropologia ou a psicanálise, mas sem deixar de colocar suas questões específicas.

A arte de representar por meio de imagens é uma das principais fontes de pesquisa do imaginário de sociedades antigas, assim como coletas de tradições práticas sociais de um povo e sem dúvida, a escuta da tradição oral. Dessa forma, ousamos afirmar que toda a construção do processo imaginário de uma sociedade, implica, sim, na “imaginação” e pode ser utilizada para fins de relações de forças políticas – esse tipo de processo tem sido importante na formação das sociedades europeias. Conforme Patlagean (apud LE GOFF, 1993, p. 309), uma sociedade pode ser imaginada pelo seu passado histórico, incitada e projetada “*a ser*” num futuro.

Portanto, ao compreendermos o imaginário como um objeto de estudo das sociedades e sua formação identitária, temos diante de nós um sistema de classificação social onde aparecem muitos elementos formadores de nacionalidade ou identidade nacional: como a cultura, tanto a popular como a erudita, a religião, a política, a arte e até a psicanálise, que edificam toda uma estrutura histórica.

Para Lacan (1986), a alienação do sujeito à ordem simbólica é necessária, porém ao render-se à alienação, o sujeito rende-se à fantasia. Trata-se de uma identificação imaginária onde *o outro é um outro eu* (outro com o minúsculo) e a interpelação para designar o *Outro* (com O maiúsculo). Essa articulação entre inconsciente e ideologia é o que se chama em Althusser chama de *assujeitamento*.

O equívoco e a polissemia devem-se a esses posicionamentos e também ao imaginário que “conduz” o dizer e os sentidos. O fenômeno do equívoco abarca “o real e o imaginário” e a formação imaginária direciona o dizer, pois o sujeito, enquanto locutor, de acordo com Orlandi (2005, p. 35), coloca-se no lugar do *outro* (antecipação) e a partir desse lugar organiza o dizer, buscando a adesão de quem o ouve. Trata-se de observar uma dada situação concreta e material de comunicação, uma ilusão necessária à existência da discursividade.

As formações imaginárias, para Pêcheux (1997a), originam-se de processos discursivos do já-dito. O sujeito estabelece relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido indicam que não há discurso sem que se relacione com outros. Assim, um jogo de imagens é criado: sujeitos entre si, sujeitos com os lugares sociais e um jogo entre os discursos que já foram ditos, com os possíveis e os imaginados. Então, as formações imaginárias, como peças de uma engrenagem discursiva, não se referem diretamente aos sujeitos físicos ou lugares empíricos, e sim, às imagens que advêm das projeções daquele jogo imaginário, como afirma o autor:

Nossa hipótese é a de que esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que *o lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, presente, *mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar de A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações). (PÊCHEUX, 2010, p. 81-82)

A definição e o funcionamento dos lugares, como significados nos processos em que são colocados em jogo, entrando em consonância com o que o autor as reflexões do de Pêcheux, em “Semântica e Discurso” (PÊCHEUX, 1997a, p. 214-216), quando retoma noções, revê a teoria e pensa o funcionamento do sujeito, desdobrando-se em locutor (responsável pelo dizer, em tese), e em Sujeito Universal ou do Saber, que equivale ao interdiscurso. No que retoma/revê/acrescenta, o autor pensa também nas modalidades de identificação do sujeito, depois na formação discursiva e nos esquecimentos constitutivos do sujeito. Nesse sentido, não é o lugar, que determina a identificação, mas a posição-sujeito e o modo como ele se relaciona com a forma-sujeito, assujeitando-se/discutindo/negando os sentidos que circulam sob a forma de saber universalizante.

A formação imaginária, de acordo com o Pêcheux, está relacionada a uma FD, explicando que é a partir de filiações e inscrições em FD's específicas, que o sentido se materializa, pois estas é que determinam o que pode e deve ser dito num contexto sócio-histórico. Se dissermos que o espaço ou o lugar transformado em espaço, é “texto”, os habitantes desse espaço, terão suas funções de sujeito alteradas para funções-autores, portanto também leitores de seu próprio discurso.

[...] há na base de todo discurso um projeto totalizante do sujeito, projeto que o converte em autor. O autor é o lugar em que se realiza esse projeto totalizante, o lugar em que se constrói a unidade do sujeito. Como o lugar da unidade é o texto, o sujeito se constitui como autor ao constituir o texto em sua unidade, com sua coerência e completude. Coerência e completude imaginárias (ORLANDI, 2005, p. 73).

Pensar no real ou na própria realidade⁴³ é pensar naqueles momentos da história em que há falhas, uma espécie de quebra do tempo e do espaço e por que não dizer, do próprio discurso; o real aparece quando não há mais o controle das “coisas”, onde não se

⁴³ Real/realidade, conforme trabalhado por Ferreira (2005) e Venturini (2009), ancorados em Lacan (1998) sinalizam para o impossível de dizer (o real), como que não existe e a realidade, como a ilusão que o sujeito tem, de poder apreender o acontecimento, de dizê-lo, significá-lo como verdade. Dizemos aqui “reais ou imaginadas”, referindo a Anderson (2008) quando pensa nas comunidades e em sua constituição como “imaginadas”, mas vemos que essas comunidades e os sujeitos que nela habitam, significam pelo imaginário, pelo que se significam e pelo que é dado a ver pelo discurso.

pode mais harmonizar, mas pelo contrário, é a total falta de previsibilidade ou quando o “já-dito” aparece dizendo, mas de forma transversa.⁴⁴

No mundo imaginário do discurso ou no mundo discursivo do imaginário, a harmonia e o equilíbrio expressam-se pelo desejo de um mundo perfeito, idealizado para tais condições históricas e ideológicas.

Assim, mesmo se o próprio do discurso e do sujeito, é sua incompletude, sua dispersão, e que um texto seja heterogêneo, pois pode ser afetado por distintas formações discursivas, diferentes posições do sujeito, ele é regido pela força do imaginário da unidade, estabelecendo-se uma relação de dominância de uma formação discursiva com as outras, na sua constituição. Esse é mais um efeito discursivo regido pelo imaginário, o que lhe dá uma direção ideológica, uma ancoragem política (ORLANDI, 2005, p. 74).

Deslocamos essa noção para a comunidade em questão, que ocupa uma posição de autor do discurso para seus habitantes-sujeitos e, ao mesmo tempo, discursiviza-se numa posição de sujeito que enuncia sentidos, que podem ser interpretados aparentemente da mesma forma, seguindo uma coerência previsível do já-dito ou do discurso-arquivo, um autor que não assina seu discurso, mas que atribui autorias devido ao limite da censura, ao limite da memória, ao limite dos apagamentos, dos silenciamentos e dos acontecimentos que surgem dos equívocos em situações sócio-históricas e ideológicas. “reais ou imaginadas”⁴⁵.

⁴⁴ Pêcheux (1997a, 164-167) observa que o funcionamento do discurso transversal remete à clássica metonímia. Para ele o discurso sofre articulações entre os eixos inter e intradiscursivo, ou seja, o funcionamento do discurso em relação ao que foi dito agora e ao que foi dito anteriormente e que influencia no que será dito depois, formando assim o “fio do discurso”. É como se o discurso transversal fosse um efeito do pré-construído, o interdiscurso em relação ao fio do discurso, o intradiscurso, uma interioridade em relação ao que é exterior.

⁴⁵ Real/simbólico/imaginário (RSI) corresponde às três instâncias ou três registros propostos por Lacan (1998) e que sinalizam que o real é o impossível, o que não existe, enquanto o simbólico representa a possibilidade de dizer, ligando o possível e o impossível, isto significa, que a relação entre o real e o simbólico, no âmbito do discurso, mostra as transformações do dizer e dos sujeitos, significando-os sempre incompletos, falhos, constituídos pela falta. O imaginário relacionado ao simbólico é o que discursivamente trabalhamos como representação, que de acordo com Venturini, na disciplina Texto, Memória, Subjetividade (2012), não significa dizer como o sujeito, o evento ou o espaço são, mas como eles se significam/são significados.

Definimos o distrito como um texto que se estrutura por materialidades que legitimam a relação entre os sujeitos, o espaço e a memória que se atualiza pela língua, no entrecruzamento das velhas tradições com o novo, em solo brasileiro.

No processo metafórico, que ocorre pela transferência de sentidos, quando dois espaços ou sujeitos podem ser lidos/interpretados/compreendidos como um mesmo, o espaço colonizado pelos suábios torna-se objeto de desejo que a comunidade busca presentificar, instaurando a alteridade, que significa ao mesmo tempo do tempo presente na reversibilidade do passado. Esse processo discursivo necessita ser descrito, de modo que as marcas linguísticas deixem de ser apenas marcas e se inscrevam no simbólico, que como prática possibilita ver que discursos ressoam, instaurando o equívoco, que Pêcheux (1997a) define como resultantes/causa dos efeitos de realidade. Em Entre Rios significa o efeito de realidade pode ser interpretado, por aqueles – sujeitos-suábios, que vieram colonizar a região de Entre Rios, na primeira instância, nos que habitam o espaço, hoje, e também nos sujeitos que visitam as colônias, como se de fato as colônias fossem a “Nova” pátria dos antigos suábios e seus descendentes.

Ao ser colonizada pelos suábios, que simulam a “Nova” Pátria nos discursos da “Velha” Pátria, Entre Rios estruturada pelos imigrantes buscam recuperar um pedaço da memória discursiva da pátria “esquecida” no/pelo tempo e é a partir de um ponto convergente da história, o embarque desses povos, com tantas etnias imbricadas, no rio Danúbio, nas “caixas de Ulm”⁴⁶, barcos que levaram a saudade da antiga pátria e que trouxeram sonhos de um novo lugar para se viver, plantar e morrer.

O sujeito de Entre Rios constrói processos de identificação que decorrem do imaginário e são materializados por meio da ordem simbólica do discurso no trabalho da língua num determinado contexto sócio-histórico. A ilusão de ser um estrangeiro em solo brasileiro ressoa da organização discursiva na construção de um novo espaço, que representa dentro e fora de seus limites o imaginário que constitui os sujeitos.

⁴⁶ Schachteln (caixas de Ulm), embarcações, que após a chegada ao destino, transformavam-se em casas. <http://suabios.com.br>

3.1.5. Entre Rios como o lugar de entremeio

Os suábios do Danúbio caracterizaram-se como uma etnia que sofreu condições adversas em vários momentos de sua caminhada histórica, a começar pelos seus antepassados, e trouxeram consigo o estigma da luta pela terra, pelo lugar onde habitar, pela recuperação de sua tradição cultural e, principalmente, a instituição de uma “Nova” pátria, que interpretamos como um entre-lugar.

As colônias formadas em Entre Rios, permitem-nos significá-la como uma comunidade formada no entremeio, pois é no intervalo, no interstício das migrações ou imigrações que se deslocam também os valores tradicionais e práticas sociais de uma nação ou um povo e este intervalo, é o lugar de trânsito, o entre-lugar. A pátria ao longe reforça a ideia de construção da sociedade ressoando novas identidades. Portanto, as relações de Entre Rios, elaboradas num processo intersubjetivo foram e ainda são negociadas no embate da formação dos sujeitos que lá vivem, que pode ser visto como aquilo que excede da raça, da classe ou do gênero de um povo, que sofreu ou não, as mesmas necessidades e discriminações.

O espaço significado como o entre-lugar estrutura-se pelo discurso de imigração, que tem nos textos, que são, de acordo com Orlandi (2001) o seu lugar material. O discurso, nesse sentido, decorre de práticas e a partir de sujeitos, que estruturam o lugar, significando-se e sendo significados por esse lugar. Assim é que, a língua constitutiva dos sujeitos, o lugar também o é. A linha de pensamento que seguimos tem origem na Antropologia, a partir de De Certeau (1994, p.202) e De Certeau (1995), segundo o autor o espaço é a própria existência e a existência é o espaço, que se manifesta numa oposição do simplesmente ocupar o espaço, o estar-aí, às ações dos sujeitos históricos nesse espaço. Entretanto, nos deslocamos desse lugar e pensamos no discurso de imigração relacionado a sujeitos, a processos e a práticas, buscando a história/narrativa, a vinda do povo suábio até Guarapuava e a significação desse lugar como um entre-lugar, tendo em vista que a memória, o que ficou para traz, retorna sempre, ressoando o discurso colonialista. As materialidades que dão visibilidade à colonização do lugar são os mapas, placas, o funcionamento da língua, todas materialidades advindas do museu, como um lugar de memória, que “guarda” o que poderia ser esquecido, de acordo com Nora (1994).

A prática discursiva em relação ao espaço dá visibilidade a modos de fazer-criar nesse discurso e faz, também, com que o discurso ganhe vida pela língua como o lugar material da ideologia e do inconsciente. É nesse lugar que ideologia e inconsciente tornam-se materialidades, a partir de sujeitos, que praticam a língua. O lugar comum mantido por uma ordem discursiva alimenta imaginários em torno do urbano e desloca-se para o campo da linguagem, num processo polissêmico, em que a metáfora aparentemente desorganiza/organiza os enunciados e faz-ver (que é o lugar) e faz-criar (que é o espaço de imigração). Assim, vemos Entre Rios como um lugar de imigração, espaço simbólico em que os sujeitos se identificam ou se contraidentificam, constituindo-se como “bons” e “maus” sujeitos como diz Pêcheux (1997a).

Segundo Orlandi (2005; 2001), o simbólico sinaliza a relação entre a linguagem, como o lugar da produção do sentido, que acontece pelo trabalho da língua na história, em que o sujeito pratica sentidos, ilusoriamente fincado no mundo em que vive, pensa ser a origem do dizer e esquece que as palavras, o mundo, as práticas existiam e significavam antes eles. Então, o simbólico é a possibilidade de significar o mundo e isso acontece a partir de um sujeito inscrito em comunidades, no trabalho em tela, praticando discursos de imigração, que sustentam esse espaço.

A manutenção e o lugar da língua alemã na escola, com uma carga horária significativa, funcionando junto ao português, sendo visível nas placas de sinalização, em que os espaços são sempre designados em duas línguas, nos espaços comerciais, em que as comidas típicas possuem nomes alemães mostra uma comunidade brasileira, porque está em espaço brasileiro, mas que rememora/comemora antiga/velha pátria. Vemos em funcionamento não só a língua, que falha e que falta, mas a linguagem que significa os sujeitos e os espaços. Trata-se, então, da entrada no simbólico pela linguagem, do sujeito apropriando-se da linguagem, preenchendo os lugares vazios e, com isso, dando visibilidade às diferenças e, ao mesmo tempo se significando como imigrante, no espaço de imigração, no dizer marcado pela falta. Tudo isso faz sentido, quando se toma a linguagem como prática, segundo Orlandi (2001, p. 44), porque não realiza atos, mas práticas sentidos como “ação simbólica que intervém no real. Pratica, enfim, a significação no mundo”.

É nessa direção, que encaminhamos as análises, buscando a relação entre real e imaginário e real e simbólico e os efeitos da linguagem como prática, que se dá no mundo

e, por meio dessa prática questionar/descrever o que constitui identificações ou memórias, tendo em vista que o sujeito (o descendente ou não de suábios) que produz sentidos pela memória que antecipa o presente, como o já-dito que interfere na “Nova” pátria pelo que vem da “Velha” Pátria, instaurando o equívoco e o acontecimento⁴⁷ no discurso de imigração, do podemos dizer que a polissemia, no novo nasce do equívoco ou do acontecimento na história formulando novas condições de produção. Entre Rios constitui-se então pelo discurso *de* (a lembrança), que como memória, estrutura-se pelo que se repete e, instaura redes parafrásticas, ancorando e sustentando o velho mundo (Suábia) e os discursos *sobre* (comemoração), que como atualidade, rompe com a repetição e significa o novo mundo/nova pátria (Brasil), sinalizando que o que se repete não é o mesmo. A memória (discurso *de* – lembrança) e a atualidade (discurso *sobre* – comemoração) significam pela memória, relacionada ao Pêcheux (1997a) chama de “sujeito do saber”, Orlandi (2005a) chama de interdiscurso ou memória constitutiva e, Silveira (2004) discute como o lugar em todos os saberes estão e são convocados pelos sujeitos, de acordo com o discurso, suas condições de produção e a inscrição do sujeito. Dizemos que no discurso de imigração há uma relação interdiscursiva que preenche os furos no discurso da atualidade e pela relação entre real e imaginário, possibilita que a existência de uma comunidade, que se estrutura pelo já-dito, pelo a-dizer, num espaço urbano que se constitui entre a urbanidade e o rural, que designamos de entre-lugar, estruturando por isso, o semiurbano. Vemos aí o funcionamento do entre-lugar, que vem da História por De Certeau e o entre-lugar da Análise do Discurso, que não se subjugam, mas trabalhamos nos entremeios.

⁴⁷ Pêcheux (1983/2002) refere ao discurso a partir da estrutura e da atualidade e define o acontecimento como “o encontro entre uma memória e uma atualidade”, já Orlandi (2001, p. 46) refere ao acontecimento em sua relação com a estrutura.

4. O MUSEU HISTÓRICO MH E A CONSTITUIÇÃO DE DIFERENTES SENTIDOS – ENCAMINHANDO A ANÁLISE

Nosso *corpus* é permeado por questões complexas, mas os recortes organizam as análises dos discursos que ressoam do MH, designado em nossa pesquisa, como *lugar de memória*, e, neste momento, estabelecemos relações com o funcionamento da memória discursiva, mobilizando conceitos de rememoração/comemoração, (cf. VENTURINI, 2009), além de mobilizarmos outros encaminhamentos para as análises, como as formações discursivas, o pré-construído, condições de produção, equívocos, metáfora, polissemia, paráfrases entre outros que vão imbricados na teoria pecheuxtiana e que ajudam a compor a interpretação do discurso no espaço de imigração, Entre Rios.

No MH, o discurso de rememoração/comemoração do imigrante suábio ocupa um espaço significativo no percurso e remete a outros lugares *do dizer*, na comunidade em questão, como o CIDL, por exemplo, trazendo à tona diferentes efeitos de sentido produzidos pelo funcionamento da língua no discurso. A materialidade da língua na história efetiva os discursos pela sua ordem e ancoragem ideológica. Os discursos adquirem maior eficácia quando são institucionalizados, é o caso dos discursos que ressoam do MH.

Nessa ordem discursiva em que se insere o MH, podemos destacar diferenças linguísticas e práticas sociais, principalmente, para os discursos de habilidade e competência nas práticas agrícolas, que carregam todo o corpo textual/verbal e não-verbal do aparato museológico. O que está posto, está. Pelo menos o que é visível aos olhos, porém os enunciados remetem, também, a discursos que emanam de outras formações discursivas e os nossos gestos de leitura resultam no inacabamento, ou seja, na busca por uma verdade que não existe, uma vez que todo o cenário, o teatro do discurso imigrante no MH é construído pela língua, que é repleta de falhas e equivocidades, é dual, pela dupla ‘nacionalidade’ (suábica x brasileira – imaginária x real), é plural, porque a língua é heterogênea, e desse modo, os efeitos de sentidos produzidos dessa relação do discurso institucional com nossos gestos interpretativos, ainda deixarão vestígios para novas interpretações.

As materialidades como os documentos, imagens, mapas, enfim objetos que discursivizam a vinda dos imigrantes ao distrito de Entre Rios, fazem ressoar, por meio da memória discursiva, os sentidos de “pátria” que ficaram para trás, situando o contexto sócio-histórico que a instituição gerencia na/pela recuperação das materialidades discursivas, já referidas acima.

Os discursos da imigração dos suábios do Danúbio estão museificados, no sentido de que a história contada ali, naquele *lugar de memória*, parece ‘congelada’. Olhar para a imagem da itinerância suábica nas gravuras ou fotografias do MH, nos incita a olhar para o passado e ver a marcha desse povo, que revela pelos ‘semblantes...’, o desejo de chegar em algum lugar. Mas então, por que interpretamos essas imagens, como se estivessem congeladas, se há a mobilidade na própria história e no imaginário pela busca desse novo lugar? E por quais motivos os discursos do passado histórico ganham mais destaque na organização do mobiliário do MH, em comparação aos discursos da chegada e estabelecimento do povo suábio na região de Entre Rios, o lugar almejado pelos imigrantes? O congelamento está no passado ou no presente, ou ainda estaria no eterno movimento do retorno, esse vai e vem no tempo imaginário? O eixo da memória é cruzado pela volta e pela vinda, pela partida da marcha suábica e pela chegada na nova pátria. Entretanto, nesse gesto complexo de ler o entremeio em que se situa, Entre Rios, temos evidências, pela organização do discurso no MH e os efeitos dessa evidência no lugar social, que movem e sustentam o imaginário de “Nova” pátria. Esta evidência ressoa do discurso de trabalho, que está simbolizado na rede parafrástica dos *arados* e metaforizados, hoje, nas colheitadeiras gigantescas e de última geração tecnológica.

Quanto ao trabalho do analista de discurso, Orlandi (2012a), assevera que as materialidades significantes contradizem as discursividades e a língua deve ser sempre a referência, do contrário, não se faz análise de discurso. Ela, ainda afirma que para se trabalhar com a materialidade discursiva é necessário detalhar a descrição no que é concernente ao próprio da língua enquanto ordem simbólica.

As nossas análises pretendem chegar às formas de subjetivação do imigrante/descendente suábio no discurso e no espaço de imigração. As designações e descrições desses sujeitos constituem o discurso de identificação com a “Velha” pátria em detrimento da “Nova”, e vice-versa. Neste último movimento de identificação, o do vice-versa, identificar-se com o Brasil é questionável, pois esse processo envolve estratégia de

uma política cultural e nesse ponto, num posicionamento mais crítico, interpretamos esse efeito como uma ‘pseudo-identificação’.

Tentamos nos justificar, pois a identificação, ao ser gerenciada pelos discursos das instituições como a Fundação Cultural e o Centro da Juventude, o CIDL, por exemplo, o sujeito assume posições convenientes com a FD em questão. Além do que uma identificação (bom-sujeito) sempre é interpelada pelo inconsciente soando como um alerta que ele, o sujeito está em duas FD’s, duas pátrias, mesmo que uma esteja inserida pelo imaginário, na outra. Todavia, o funcionamento da memória do/no discurso sócio-histórico corrobora, insistentemente, na manutenção da “Velha” pátria e em se tratando de repetir o as práticas sociais do passado, recuperamos o ditado popular, “tanto bate até que fura”, chega-se à ideia de “Nova”. Mas que “Nova” é essa pátria? Mas que pátria é essa “Nova”?

As materialidades que observamos, não estão localizadas nos mesmos espaços discursivos e não se organizam numa sequência lógica ou didática, apesar de tentarmos organizá-las traçando alguns esquemas. Preferimos não obedecer a uma sequência lógica, nem linear, nem tampouco, compomos uma só materialidade discursiva, mas várias.

Os efeitos de sentidos que ressoam do MH sofrem uma dispersão no espaço de imigração – designado como semiurbano – em monumentos, placas e mapas, e no CIDL, pela presença da língua alemã na grade curricular de ensino, evidenciando a identificação com a “Velha” Pátria, além da necessidade de se designar como alemão, por meio da língua, por meio da cultura. Dessa forma, o sujeito descendente de suábio se auto-designa sujeito alemão.

As formas de subjetivação do imigrante suábio no interior do discurso de imigração/colonização colocam em funcionamento as designações e descrições atribuídas ao imigrante e seus descendentes, e de certa forma, aos não-descendentes de suábios, na constituição de suas identidades, uma vez que no lugar, os sujeitos subjetivam-se e são subjetivados como “alemão” e/ou “brasileiro”.

O olhar que lançamos aos nossos recortes de análise, monumentos, mapas, placas não dá visibilidade apenas aos objetos em si, ou à informação de seus enunciados, seja este verbal ou não. Todavia, esse nosso olhar, articula-se numa performatividade discursiva para interpretar as materialidades, como parte do funcionamento da memória. O discurso é também o improvisado que aparece nas contingências da vida, e quando (PÊCHEUX, 1990,

p.17), nos diz que existe uma correlação entre de que maneira o fato foi percebido e como a forma desse discurso circula, podem levar à atualização ou não dos sentidos. ”

Le Goff (1993) traz o acontecimento histórico como um fato que é considerado relevante para a sociedade, ele é rememorado pela ciência da história. É nessa mesma tônica de pensamento, que o acontecimento discursivo é caracterizado como “acontecimento”, assim, tomamos como referência, o tão repetido, “On a gagné”, exemplo trabalhado por Pêcheux (2008) e seu grupo de pesquisadores. O enunciado, próprio do quadro discursivo das competições esportivas, virou grito de guerra na vitória do presidente da França, François Mitterrand, e, a partir daí, começou a circular com um sentido outro, deslocado, portanto, para o campo do discurso político e ‘aconteceu’. O resultado, como na escolha do acontecimento histórico a ser inserido na História, foi opção do sujeito-autor, escolher a formação discursiva pré-existente e instaurar o acontecimento discursivo. O resultado desse acontecimento discursivo, assim como nas escolhas do acontecimentos históricos que entram para a História, foi opção do sujeito-autor, escolher a formação discursiva pré-existente e instaurar o acontecimento discursivo.

“O povo apátrida”, a “terra do malte e da cevada”, “a Europa brasileira”, “os suábios do Danúbio”, “conquistado pelo arado e não pela espada” e, outros tantos enunciados que circulam nos espaços discursivos da colônia, em pousadas, folders de restaurantes, cervejarias, nos sites institucionais, nas festas de tradição suábia, legitimando a subjetivação suábia numa contradição com a brasileira na/da comunidade.

4.1. MUSEU DE ENTRE RIOS – HEIMATMUSEUM MH – *LUGAR DE MEMÓRIA*



Enunciado-imagem 2 - Museu Histórico Heimatmuseum - Colônia Vitória - Entre Rios – foto tirada em março/2013

Fonte: Foto Adriana Bernardim

O MH é um lugar de memória dos suábios e para os suábios. Heimatmuseum⁴⁸, o nome em alemão do Museu Histórico de Entre Rios, significa Museu da Pátria. Sua

⁴⁸Um museu ou museu da cidade [...] é um museu com o histórico do desenvolvimento de um lugar [...] ou região, com base em informações recolhidas, exposições e documentos que o representam. Além dos museus locais - especialmente na Áustria - também há os museus distritais, representando um distrito. O apoio a um museu local origina-se, principalmente da própria região, por exemplo, pelo governo local. Esse museu é geralmente alojado em um edifício de importância histórica ou temática comum. Em algumas aldeias, edifícios históricos foram construídos para este fim e as informações foram coletadas na área e reunidas novamente em um novo local. Em alguns casos, o museu local trata da origem do lugar, de alguma personalidade famosa, ou concentra-se numa indústria, que de uma maneira especial era característica para a região ou é. [...] Disponível em <http://de.wikipedia.org/wiki/Heimatmuseum> Acesso em 30/07/2013 Disponível em <http://de.wikipedia.org/wiki/Heimatmuseum> Acesso em 30/07/2013 // Apesar de usarmos uma fonte da Wikipédia, tomados por gestos de interpretação, acreditamos ser este espaço eletrônico, rico de discursividades e de circulação de sentidos, assim justificamos nossa referência e compreendemos que por ela também circulam sentidos. Para isso justificamos com Ferreira (2012) [...] é importante destacar um aspecto interessante relacionado à passagem do meio impresso para o meio virtual da internet. Essa passagem não se configurou apenas como uma simples mudança de meio sobre os modos de produção e circulação de conhecimento. Ela também promoveu uma mudança da relação entre esses modos de produção e circulação de conhecimento e os sujeitos que o produzem e o fazem circular. De Discursos sobre Disponível

inscrição, na entrada do prédio, se dá em letras góticas, um tipo de caractere anguloso e com linhas quebradas, originada entre os séculos XII e XIII. Este estilo caligráfico e tipográfico continuou a ser utilizado em países de língua alemã até o século XX, na Alemanha até 1945.

O gótico vem do (latim *gothicus*, -a, -um) adj./ 1. Relativo aos godos, povo germânico./ 5. [Tipografia] Diz-se de ou tipo de letra angulosa./s. m./6. Período em que se desenvolveu a arte gótica./7. [Linguística] Língua falada pelos godos./ [Arquitetura] gótico flamejante: fase tardia do estilo gótico, caracterizada por motivos ornamentais em forma de chama./ [Arquitetura] gótico florido: o mesmo que gótico radiante./ [Arquitetura] gótico radiante: fase do estilo gótico, na segunda metade do século XIII, caracterizada por numerosos motivos ornamentais e grandes rosáceas polilobadas.⁴⁹

O MH já fora montado em outros dois locais: no antigo hospital, construção que não existe mais e também funcionou no *hall* da antiga sede administrativa da Cooperativa Agrária, desde 1992 a 2011. Foi reinaugurado em janeiro de 2012, na festa dos 60 anos de imigração. Ele está localizado na Colônia Vitória e funciona como um *lugar de memória*, expressão utilizada por Pierre Nora (1993), para nomear espaços de importância histórica e cultural para determinados grupos ou sociedades urbanas.

Hoje, situa-se em frente ao Centro Cultural Mathias Leh, tem cerca de dois mil metros quadrados e dois pisos (térreo e subsolo) com ambiente climatizado para guardar documentos e uma sala para manutenção de objetos. Oferecendo ao visitante um acervo voltado a reconstituir as condições de vida na/da antiga pátria e também nos primeiros momentos em terras brasileiras, quem visita é levado a imaginar o cotidiano daquela sociedade: as festas de casamento, de igreja, de feriados e dias santos, os trajes usados para cada ocasião e conforme idade, principalmente a roupa das mulheres, o papel da escola na vida comunitária, o mundo do trabalho, composto por agricultores, artesãos e comerciantes, as formas de sociabilidade e de vida sob aquele regime “itinerante”.

em http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumeII/arquivos/pdf/urbanoVol2_AnaFerreira.pdf Acesso em 18/07/2013. Cidades na Enciclopédia “Tradicional”, na Wikipédia e na Desciclopédia: percursos de sujeitos, saberes e línguas - Ana Cláudia Fernandes Ferreira

⁴⁹ Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/Default.aspx?pal=g%C3%B3tico>. Acesso em 30/07/2013

Na área de exposições, paredes móveis permitem mais funcionalidade para apresentação do acervo permanente e para eventuais exposições temáticas. O prédio contempla um local para a livraria e para apresentar aos visitantes vídeos institucionais. Além disso, assim como o Centro Cultural, o MH tem em seu subsolo salas para aula de música e pátio central para a exposição de peças de maior porte, como carroças antigas. Com a construção do novo prédio, a Cooperativa Agrária, que também é mantenedora do MH, realizou mais uma etapa do projeto arquitetônico idealizado nos anos 90, para criar, em Entre Rios, um conjunto de construções destinado à preservação da cultura dos suábios.

Um dos pontos altos do acervo é a presença emblemática do Brasão dos Suábios, colocado logo à entrada do salão principal de exposições, de dimensões muito grandes, ocupa quase a parede inteira, dando início à narrativa histórica dos suábios do Danúbio.⁵⁰

A Rádio Universitária Entre Rios FM foi reinaugurada em 1992 e o projeto do novo MH, abrangeu também a ampliação das instalações da Rádio, parte do Sistema Entre Rios de Comunicação e do Centro Cultural, os dois, interligados ao CIDL. O Centro Cultural possui um auditório para a realização de apresentações artísticas, seminários, reuniões para a comunidade. A última etapa do projeto do MH apresentou duas réplicas de casas de colonizadores suábios construídas em frente ao Centro Cultural.

Estabelecido pela Agrária em janeiro de 1992, naquele que foi o segundo prédio da Cooperativa Agrária, o Museu Histórico de Entre Rios tem o objetivo de preservar a memória da colonização dos imigrantes suábios do Danúbio no distrito de Entre Rios. O acervo apresenta, ao lado de trajes típicos, móveis, documentos, ferramentas e instrumentos musicais – a maior parte trazida da Europa –, centenas de fotos retratando a trajetória dos imigrantes, desde sua origem no sudoeste da Alemanha e sua vida na chamada “Velha” Pátria (Croácia, Romênia e Hungria, entre outros países), passando por abrigos para refugiados da Segunda Guerra, na Áustria, até a viagem ao Brasil e a construção de suas comunidades em Entre Rios.

O acervo é zelado por funcionários que, além do cuidado, trabalham no levantamento de informações históricas: recolhem objetos doados, fotografias, documentos e periódicos, classificam e acondicionam o material; também gravam entrevistas com pioneiros, organizam exposições e auxiliam meios de comunicação que produzem matérias

⁵⁰ Analisaremos o brasão quando analisarmos as materialidades discursivas no item 4.1.2.

sobre Entre Rios com enfoque histórico. Um trabalho cuja importância cultural tem sido reconhecida: todos os anos cerca de dois mil visitantes comparecem ao local – de alunos de escolas de Entre Rios, Guarapuava e região, a estudantes universitários, pesquisadores, turistas, agricultores e empresários do Brasil e do exterior.

Esses funcionários têm sua existência moldada à língua alemã e à história suábica, portanto, ligados ao ideológico, o que também significa dizer que pertencem a uma formação discursiva que os assujeita. Esse assujeitamento mais o imaginário de pertencimento a um lugar social, de onde falam, faz com que pressuponham um interlocutor, que também se filia a uma formação social e, assim como ele, é interpelado ideologicamente pelo lugar que ocupa.

Dessa forma, podemos pensar nas diferentes formas de seleção das materialidades significantes que compõem o museu, pois eleger um ou outro objeto está intimamente ligado às FD's dos sujeitos que organizam esse lugar de memória.

4.1.1. Museu – sustentando a memória discursiva no espaço de imigração

Quando se visitam as colônias de Entre Rios, a parada no Museu Histórico do distrito é imprescindível. O olhar do turista, certamente, experimentaria uma viagem ao túnel do tempo, à passagem do tempo. O MH funciona como arquivo da trajetória histórica e cultural do povo suábico e da imigração até Guarapuava, é um dos espaços que mais significam e que mais atraem o interesse dos visitantes, no lugar.

Trata-se de um museu inteiramente dedicado à antiga pátria dos suábios, ou à antiga vida desse povo que habitou diferentes regiões do rio Danúbio. É uma fonte de pesquisa sobre a vinda desses sujeitos para o Brasil, pois possui um vasto acervo capaz de narrar sua história, produzindo o efeito de homogeneidade e verdade. Este acervo contribui para que se materialize o discurso *de/sobre* ser suábico na “Nova” Pátria. Os objetos em destaque no MH discursivizam, em grande parte, um discurso de povo trabalhador e perseverante que venceu por meio do trabalho.

A instalação do mobiliário, documentos, utensílios, fotos, objetos, recupera sentidos que já foram discursivizados antes, no tempo, na memória, nos relatos dos pioneiros. Essa “recuperação” retoma frases, dizeres, fragmentos das histórias dos imigrantes e da formação das colônias pela força cooperativista do trabalho com a agricultura. Esses objetos parecem estar ali, como sinais de um nacionalismo, ou patriotismo, não necessariamente significa estar no ‘histórico’, mas sente-se uma história, que emerge da História, porém não se submete ao crivo crítico e interrogativo da história, não há preocupação com as fontes históricas. A atração é a montagem do cenário para instigar no visitante, sobretudo aos visitantes que descendem de imigrantes suábios, uma forma de assujeitarem-se àquela versão de pátria. Mas como tornar o passado em objeto de/no museu? Expor e dar visibilidade ao passado guardam entre si relações de discursividade muito significativas, já que não significam os mesmos sentidos.

A organização do MH, embora padronizada nos moldes clássicos de expor, apresenta elementos da modernidade, com jogos interativos em que o sujeito-visitante pode responder questões, numa espécie de *quiz*⁵¹, sobre a colonização suábica em Entre Rios. Aparentemente, a guarda e gerenciamento do patrimônio, repete o discurso numa regularidade dos discursos de imigração – o imigrante representado na figura heróica daquele que sofre, trabalha, mas obtém a redenção e o maior presente, a construção da “Nova” Pátria. Porém, a contradição do discurso, nos atos falhos da língua, encaminha a ideia de nação, de amor a “pátria errante”, do imigrante/agricultor/cooperado para uma outra formação discursiva, a do capitalismo, a do amor à propriedade, do cooperado/agronegociante.

Os sujeitos-visitantes seguem numa linearidade narrativa da história da imigração suábica ao Brasil, como a negociação das terras, pesquisas e procura por terras que tinham condições climáticas próximas das que havia na Europa, a chegada ao porto de Santos/SP, a vinda para Guarapuava, a primeira instalação no colégio Visconde de Guarapuava, a distribuição dos lotes pela cooperativa, a construção das casas, a preparação da terra para o plantio, as primeiras plantações, as desistências-evasões de cooperados por causa dos

⁵¹ Quiz é um jogo de perguntas e respostas que, no MH se presentifica em computadores em que os jogadores, quando da visita do Museu, podem responder perguntas sobre a imigração e cultura suábica. Este questionário pode ser respondido em alemão, português ou inglês. Além deste jogo, marcado por 10 perguntas, tem o Jogo da Memória, onde os visitantes são levados a formar pares com os brasões das formações dos povos germânicos.

prejuízos, as primeiras colheitas e assim sucessivamente até chegar aos dias atuais e constatar pelos enunciados-imagem⁵² dos banners que ilustram a força agrícola da Cooperativa Agrária/Agromalte, campeã em safras de cereais e uma das maiores maltarias da América do Sul⁵³. A história da comunidade é contada com a evidente presença histórica da cooperativa ou vice-versa, como podemos observar no trabalho de Kohlhepp (1991, p. 134):

No setor social e cultural precisa ainda ser mencionado o centro juvenil e estudantil (com biblioteca), que está encarregado de incentivar uma vida ativa na comunidade e oferece um vasto programa cultural. Há pouco tempo atrás foi inaugurada uma estação de rádio. Coros, grupos de teatro, diversos conjuntos musicais e grupos de dança folclórica ocupam uma função importante e já possibilitaram aos seus membros diversas viagens pelo Brasil e ao estrangeiro, inclusive à Alemanha e à Áustria. A cooperativa apoia igualmente os clubes recreativos dos povoados, a "Casa dos Suábios do Danúbio" em Vitória, um amplo departamento esportivo e o centro de lazer.

O MH funciona numa via de mão-dupla, pois ao mesmo tempo em que evita que a memória suábica seja esquecida pelas novas gerações, evidencia o desejo de uma “Nova” Pátria. Porém, na reiteração do termo “Nova”, pressupõe-se a existência da “Velha” Pátria, ou seja, a rememoração/comemoração sobrevive dos desejos antagônicos⁵⁴, o de trazer a “Velha” Pátria para a “Nova” Pátria e no resíduo discursivo do processo, projeta-se o futuro da pátria que “há-de-ser”.

⁵² Em nossas análises, em relação ao termo “enunciado-imagem”, as fotografias, figuras e mapas que utilizamos, são entendidas como unidade ilusoriamente com sentido completo, que encaminha para o discurso. A noção enunciado-imagem, definido por Venturini (2009) como espaço interdiscursivo, no qual a memória ancora a interpretação do que é rememorado/comemorado. As imagens funcionam como discurso e envolvem o presente e o passado. Outra justificativa que ancora a noção de enunciado-imagem e o seu funcionamento como texto. A autora cita Davallon (1999) e o destaque dado por esse autor para a imagem funcionando como um operador da memória social, tendo em vista o sentido dela formação social. Para Pêcheux (2010), o funcionamento da imagem se daria por meio de uma memória discursiva que coloca em jogo a “passagem do visível ao nomeado”. Assim, o enunciado-imagem é uma materialidade significante e a memória é que determina a interpretação.

⁵³ A área de cevada da Cooperativa Agrária responde por cerca de 40% da produção brasileira. (Fonte: Cooperativa Agrária). Disponível em <http://www.agraria.com.br> Acesso em 10/07/2013.

⁵⁴ O antagonismo, de acordo com Zandwais (2009) ocorre a partir dos Aparelhos Ideológicos de Estado, Althusser (1985).

O arquivo do/no MH funciona como um dispositivo nos pares evidenciar/apagar, silenciar/instaurar, rememorar/comemorar a imigração suábica no distrito de Entre Rios, encaminha ‘o modo de viver’ na comunidade. Há ainda, o arquivo como materialidade do simbólico, e a materialidade discursiva desse simbólico ao qual nos referimos, é concretizado pela Língua, pois produz efeitos pelas representações imagéticas, nos objetos, nos vestuários, nos utensílios, nos enunciados.

Portanto, o arquivo regulado pelo simbólico, no conjunto de objetos-simbólicos expostos no MH, repetidos ao visitante incessantemente pela presença de uma atmosfera suábica, nos vídeos, nas fotos, nos documentos, nos objetos, no vestuário, causa em quem vê a ilusão de que atingiu a História, pela relação desse simbólico com a “Velha” Pátria, que é mantida no lugar de memória.

A estratégia museológica da instituição é a de contemplação e o visitante pode caminhar e admirar peças, objetos, roupas, cartas, documentos, mobiliário, objetos, utensílios, enfim tudo o que pode servir para construir um conjunto imaginário sobre a personalidade dos imigrantes. Tudo, impecavelmente exposto causando impressão no visitante, de que nessa longa peregrinação suábica até o destino de Entre Rios, não houve sofrimento, dor ou lágrimas e se houve, esses obstáculos foram vencidos pela sua persistência e habilidade.

O *corpus* do/no MH é discursivizado em três idiomas, o alemão, o português e o inglês. A língua alemã vem em segunda posição nos textos, mas ressoa efeitos de primeira nos discursos, pois o ambiente é preparado pelo mobiliário museológico, para interpretarmos a língua alemã como língua-mãe dos suábios e dos imigrantes. Objetos vindos da Áustria, Croácia, Romênia, Sérvia, Hungria, a “Antiga” pátria, montam o simulacro da história do povo suábico, ressaltam aspectos do passado, da memória. Este arquivo-acervo é sustentado pela língua que ilude, nos faz crer que há homogeneidade histórica e na memória.

O MH recupera ainda, tradições, festas populares, credices, culinária típica, costumes, ressoando sentidos polissêmicos. Tais elementos corroboram para a construção dessa comunidade criada e mantida aos moldes da comunidade da “Velha” Pátria. Significam, portanto, a “Velha” Pátria no espaço semiurbano da “Nova” Pátria, pelos discursos materializados em outros espaços da comunidade, como o colégio, a fundação

cultural e tudo que ela gerencia, a própria Cooperativa Agrária e o espaço público e semiurbano das colônias.

4.1.2. Sequências discursivas referenciais do/no Museu Histórico de Entre Rios – MH

O brasão dos suábios do Danúbio é o símbolo de um povo que deixou o sudoeste da Alemanha, por volta de 1720, e partiu para colonizar pela agricultura territórios então conquistados aos turcos em regiões que hoje correspondem à ex-Iugoslávia, Romênia e Hungria. O brasão reproduz a mesma simbologia utilizada pelos suábios do Danúbio em diversos lugares do mundo, em seus jornais, revistas, sites de Internet, ou material promocional.⁵⁵ Nesta parte das análises, adentramos ao corpus linguístico do MH e montamos as sequências discursivas⁵⁶ referenciais, que são dominadas por uma FD determinada. Mas, como todo discurso é heterogêneo, está exposto ao equívoco porque se relaciona a outros discursos, “e é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes.” (PÊCHEUX, 2010b, p.54).



Enunciado imagem 3: Brasão dos Suábios do Danúbio.
Fonte: www.suabios.com.br

⁵⁵ Informação disponível em <http://www.soavisu.com.br/suabios-do-danubio> Acesso em 12/07/2013

⁵⁶ As sequências discursivas referenciais recortam um mesmo discurso, sinalizando que elas fazem parte de uma estrutura constituída por redes parafrásticas. Essa divisão foi introduzida por Courtine (1981), em sua tese de doutorado, publicada no Brasil

sdr 1 – Lema no Brasão⁵⁷ dos Suábios do Danúbio - “Für immer frei und ungeteilt” – “Para sempre livres e indivisíveis”

Segundo o site⁵⁸ da Fundação Cultural Suábio-Brasileira, as cores que pintam a parte superior do brasão, onde está a águia, significam, num jogo metafórico, a força imperial alemã, desde o século XII e representam as cores nacionais: preto-vermelho-dourado. Conforme Lexikon (1978 p.14), considerada uma ave mediadora entre os reinos divino e espiritual, a águia representa reis, líderes e o desejo de poder. Na mitologia grega, está associada a Zeus, o deus maior do Olimpo, no mito cristão, São João, o patrono da igreja de Roma, é associado à figura da águia, na Idade Média significava o renascimento, no brasão as asas abertas sobre a faixa azul horizontal em forma de ondas, significam proteção à região do Danúbio.

O rio Danúbio, faixa azul no brasão, foi a principal via de deslocamento dos suábios e pelas famosas Ulmer Schachteln (“caixas de Ulm”), navegaram da Alemanha ao sudeste europeu. A fortaleza de Temeschburg representa a proteção contra os turcos, uma fronteira militar e suas sete torres rememoram as seis regiões onde os suábios se estabeleceram no sudoeste da Europa: Slavônia-Sírmia; Batschgau; Banat; Sathmar e Kreisch-Mieresch-Gebiet; e a chamada “Turquia Suábia”.

Ao lado esquerdo da fortaleza, a Lua do Islamismo, representa o inimigo, em referência à invasão otomana. Na direita, um sol nascente, pode representar a atuação heróica do príncipe Eugênio de Savóia pela vitória contra os otomanos e o fortalecimento do Ocidente e da cultura cristã pela colonização alemã no século XVIII. As faixas diagonais abaixo da fortaleza mostram a habilidade dos suábios nas lavouras com o arado, transformando, em produtoras agrícolas, as regiões por onde passaram. As cores oficiais dos suábios são o branco que remete à paz e o verde, esperança e “trabalho dos suábios para transformar seu novo lar no celeiro da Europa.”⁵⁹

No enunciado-imagem por ora analisado, evidenciamos na parte inferior, os sulcos das terras férteis cultivadas pelos suábios. Dessa forma, ressoam, num processo parafrástico, nesse jogo entre o já-dito e o a se dizer, sentidos que rememoram a força de

⁵⁷ Disponível em www.suabios.com.br acesso 10/07/2013.

⁵⁸ Disponível em www.suábios.com.br Acesso 10/07/2013.

trabalho deste povo. Ressoa, portanto, o enunciado de conquista, não pela espada, mas pelo arado.

Há indicação de como os imigrantes suábios trazem o passado de uma história coletiva, de povo, de nação. É uma história de pertencer juntos a um grupo, discurso que ressoa da sua história de itinerância que tem como consequência, perder-se, perder o lar, a família, a terra que era meio de sobrevivência. O lema “Für immer frei und ungeteilt” (Para sempre livres e indivisíveis), rememora à Casa de Habsburgo, família nobre europeia, influente e poderosa na história da Europa do século XIII ao século XX, única governante do Império Áustro-Húngaro de 1867 a 1918, é denominada como a "família imperial austríaca" e a indivisibilidade no lema pode também referir-se ao patrimônio dos Habsburgos. O lema funciona como instrumento linguístico que faz ressoar o discurso da ‘unidade, homogeneidade, identificação, subjetividade’.

Cheio de imagens carregadas na/da memória, o lema dá relevância à nobreza de uma família imperial, de um povo, o lema soa como uma espécie de aviso, conselho e propaganda gerida num discurso sócio-político de imigração. O que não se pode esquecer, mesmo que a FD hoje seja muito diversa daquela dos antepassados, fica na memória. O primeiro, a propaganda da imigração. As posições-sujeito identificadas-subjetivadas – predominantes do imigrante suábio diante da propriedade, da língua e do patrimônio ressoam dessa historicidade e trazem ‘resistências’ no discurso de colonização, resistem pelo arado, pela força, pela inteligência, pela homogeneidade, pela indivisibilidade de seu grupo, haja vista, a formação das colônias em Entre Rios, no sistema de aldeias. Portanto, na via discursiva fica evidente que existe uma habilidade de negociar terras, negociar o modo de vida pelo trabalho, mas que emergem de configurações dominantes do território, funcionando o trabalho da memória que incita pelo atravessamento do inconsciente à tomada de posições, que nos gestos de interpretação aparecem no imaginário de sujeitos dominadores, não importa qual a formação ideológica e discursiva. Mas, o sempre indivisível, dividiu?

sdr 2 – Recortes discursivos⁶⁰ da narrativa histórica da formação das Colônias em Entre Rios

1. O início em Entre Rios - A área de colonização de Entre Rios, situa-se entre os rios Jordão e Pinhão. Com o auxílio da Ajuda Suíça para a Europa e dos governos do Brasil e do Paraná, Entre Rios foi a região escolhida para abrigar as 500 famílias de Suábios. Foram adquiridos 22.000 hectares de terra em Guarapuava, e, em 5 de maio de 1951, foi fundada a Cooperativa Agrária para dar suporte à colonização.

2. Trabalho Comunitário - Vivendo em acomodações coletivas, os imigrantes imediatamente começaram a construir 5 comunidades: Vitória, Jordãozinho, Cachoeira, Socorro e Samambaia – onde passaram a residir em moradias modestas. O trabalho comunitário foi a solução encontrada, para equacionar os problemas de sobrevivência, até a distribuição de terras.

3. Economia - Após a distribuição de terras em 1953, os imigrantes passaram a trabalhar individualmente. Além do suporte econômico e social da cooperativa, contaram com o auxílio desta, na realização de trabalhos que exigiam o uso de máquinas. Os campos foram transformados em terras férteis e apropriados para o plantio de cereais.

4. Educação, Vida Religiosa e Social - Em cada comunidade foram construídos uma igreja, uma escola, um ponto comercial, um clube e um campo de futebol. Na Vitória foi construído um pequeno hospital para auxílio dos doentes.

5. Tradição e Cultura - Desde o início, os Suábios preocupam-se em manter as suas tradições e preservar sua cultura.

⁶⁰Trazemos o conceito de recorte definido por Orlandi, E. “Segmentar ou recortar?”. *Linguística: questões e controvérsias*. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. Ela justifica os recortes, como sempre efetuados a partir de uma determinada posição teórica e pelos objetivos que o pesquisador quer alcançar.

6. Expansão - O sistema produtivo e econômico de Entre Rios tem como base a exploração racional da terra. Através da técnica conservacionista do plantio direto e da rotação de culturas, o agricultor alcança boa produtividade em cevada, trigo, aveia, soja e milho. A cooperativa adotou como princípio a industrialização da produção para diversificar e verticalizar a economia. A industrialização é fator essencial para a garantia da manutenção das lavouras e do sistema produtivo.

7- As antigas Fazendas em Entre Rios - “Em 1951/52 a Cooperativa Agrária comprou 22.000 hectares de terras de campos e florestas, ligados entre si e pertencentes a 22 proprietários diferentes. As comunidades foram denominadas conforme nome original das fazendas compradas: Vitória (Fazenda Bracatinga), Jordãozinho, Cachoeira, Socorro e Samambaia.”

O desejo de propriedade surge quando o homem também sente a necessidade de trabalhar, o trabalho permite a busca pela propriedade e esta, não vem sem a miséria, a exploração e a escravidão. Para Rosseau (2007), o direito de propriedade não é um direito natural, tal como o direito à liberdade e à igualdade, para o autor, a origem das desigualdades entre os homens está na posse de determinada área de terra. Rousseau atribui à propriedade, a corrupção do gênero humano, porém com o advento da legislação civil e códigos de condutas sociais o direito de propriedade torna-se legitimado pelos discursos institucionais do direito. Portanto, ser dono da terra, consiste no direito a ela, por outro lado, as ações que levam os sujeitos à propriedade os individualizam perante o estado, esse direito também o exclui de todo o resto. Diverge de seu antecessor Locke, que vê a propriedade como fruto do trabalho.

Segundo, Zoppi-Fontana (2011), o Estado projeta sobre o espaço uma organização que considera o sujeito numa FD que trata o sujeito pelos direitos e deveres. Por outro lado, as práticas reais do espaço divide politicamente o esse sujeito o que resulta em inclusão/exclusão social, os discursos em dada FD, vão produzindo uma espécie de “naturalização da apropriação, ocupação e uso de determinados territórios e equipamentos

urbanos por determinados sujeitos e à segregação de outros sujeitos desses mesmos territórios e equipamentos.”(p.181)

Esse enunciado não é meramente informacional, mas uma narrativa da história da formação da comunidade na “Nova” Pátria. Narra-se a origem da comunidade fora dos limites nacionais e chama-nos a atenção dois fatos importantes nesse enunciado: a Cooperativa Agrária e o verbo comprou, que funcionam juntos na produção dos efeitos de sentido.

Assim, esse enunciado desliza para um sentido diferente daquele significado pela “conquista”, pois a terra não foi conquistada, mas comprada.

É por meio do saber sobre a língua que o projeto da “Nova” Pátria se constitui em torno da “Velha” Pátria, como se a Nação, situada entre rios, que ficou no passado se projetasse na atualidade.

sdr 3 – Enunciados em placas rememorativas/comemorativas no MH

“ Trabalhadores de Nossa História - Ao longo de seus 60 anos, Entre Rios tem sido construída por pessoas que sempre acreditaram em um futuro melhor. Pessoas com fé em Deus e amor pelo trabalho superaram desafios. Que estas mesmas atitudes sejam preservadas pelas próximas gerações. A todos que contribuíram e contribuem para o atual progresso, a nossa homenagem. A Deus, a nossa gratidão. - Entre Rios, 7 de janeiro de 2012.

“Este espaço é dedicado à preservação e divulgação do exemplo deixado pelos suábios do Danúbio que, na união, no trabalho, na tradição e na perseverança reconstruíram seu próprio destino” - Entre Rios, 05 de janeiro de 2012.

Os enunciados veiculados no MH, evidencia o caráter do próprio museu como sujeito porta-voz, uma vez que ‘ele’ discursiviza o que se constituirá em seu grande discurso: o de manutenção de práticas sociais e orgulho da herança deixada pelo povo suábio.

Esse *exemplo* deixado pelo povo suábio se alicerça em quatro enunciados: união, trabalho, tradição e perseverança abrindo a discursividade para o futuro que deve ser calcado na efetivação de comunidade unida, trabalho com a terra no cultivo de solos férteis, manutenção das práticas sociais e perseverança. O enunciado na placa de entrada do museu funciona como uma justificativa que argumenta sobre a importância do espaço que se abre para visitação, bem como a importância em se manter tal espaço. O enunciado discursiviza sobre o povo suábio e o significa como um povo forte, tanto é que o espaço serve para “divulgar” o exemplo deixado pelos suábios.

Assim, já na entrada do museu o sujeito-visitante é levado a se inscrever numa FD específica: a do povo suábio como vencedor. Salienta-se que tal vitória, embora essa palavra não seja dita, foi alcançada com a união, com trabalho, sem abandonar as tradições, sem se deixar corromper.

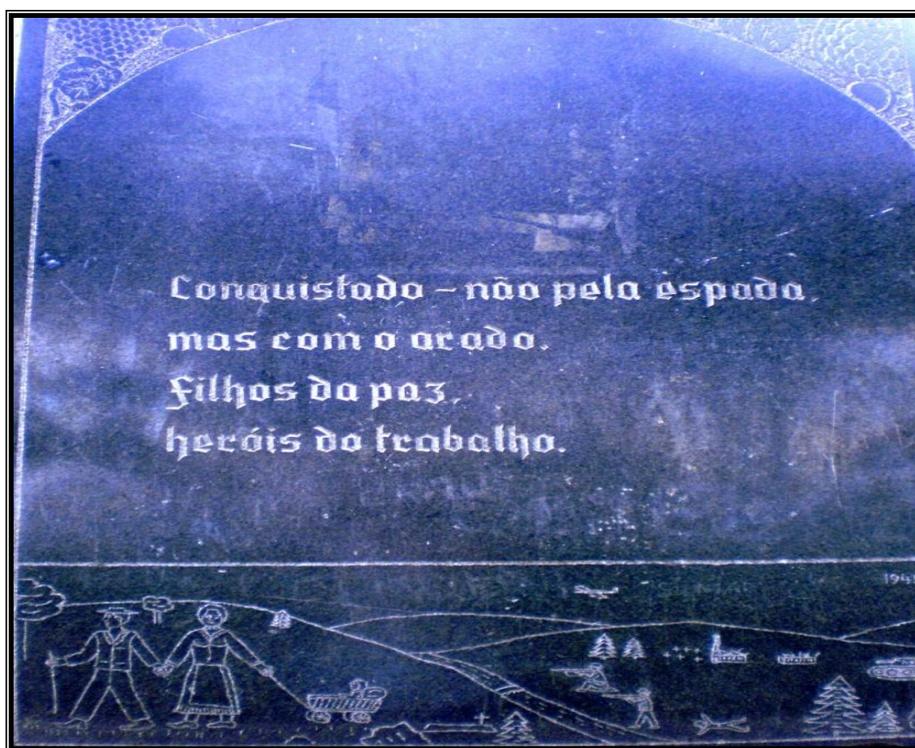
Nota-se que a palavra tradição tem nesse enunciado muita força, e produz sentidos, funcionando para enfatizar às novas gerações a importância em se preservar as raízes suábias. O museu, nesse caso, é o lugar em que as tradições serão guardadas para evitar o esquecimento, para fazer lembrar sempre. A placa foi afixada no momento em que se comemoravam os 60 anos da chegada dos suábios no distrito de Entre Rios. O enunciado significa o espaço urbano, trazendo para o fio do discurso, para a atualidade o já-dito, a memória. A atualidade significa por meio do que ficou para trás: “acreditaram em um futuro melhor”; “superaram desafios”; “atual progresso”. Assim, a comemoração significa pela rememoração, pois é por meio desta que a comemoração tem sentido.

Os enunciados reproduzem o discurso do vencedor, no entanto aqui, aparecem atravessados pelo discurso de fé, pelo religioso. Fé em Deus e amor ao trabalho são os diferenciais que deverão ser tomados como exemplo.

4.2. ESPAÇO DE IMIGRAÇÃO – A “VELHA” E A “NOVA” PÁTRIA NO DISCURSO DE MONUMENTOS/PLACAS/MAPAS

4.2.1. Monumentos

sdr 4 - “Nicht mit dem Schwerte, mit dem Pflugschar erobert; Kinder des Friedens, Helden der Arbeit. (Stephan Augsburg) “Conquistado – não pela espada, mas com o arado. Filhos da paz, heróis do trabalho”.



Enunciado-imagem 4 – Monumento em homenagem aos imigrantes Suábios Praça Nova Pátria - Colônia Vitória - Entre Rios
Fonte: Foto Adriana Bernardim.

O enunciado no monumento da Praça Nova Pátria, na Colônia Vitória, fazemos aqui, um aposto, para demonstrar o lugar discursivo, *praça*, como lugar que pode ser interpretável Nunes (2011). Dito isso, voltamos ao monumento que está na *praça*, e é de autoria de Stephan Augsburg, que era filho de uma família suábica da região do Danúbio, foi poeta, padre católico, político e membro do parlamento húngaro, representou a história

intelectual alemã, esse pensamento, exposto numa igreja, tornou-se lema dos imigrantes suábios do Danúbio, o autor morreu em 1893, na Sérvia.

O enunciado no monumento da Praça Nova Pátria, na Colônia Vitória, é de autoria de Stephan Augsburgger, ele era filho de uma família suábia da região do Danúbio, foi poeta, padre católico, político e membro do parlamento húngaro, representou a história intelectual alemã, esse pensamento, exposto numa igreja, tornou-se lema dos imigrantes suábios do Danúbio, o autor morreu em 1893, na Sérvia.

A inscrição acima fica num monumento com quatro faces e cada uma delas, inscreve-se num discurso polarizado entre duas pátrias, a “Velha” e a “Nova”, pois trazem de um lado o discurso que reclama as condições sócio-históricas de produção das classes sociais em nossa sociedade. A escrita em alemão opera um processo de identificação do objeto com os sujeitos, e por meio de gesto interpretativo detectamos o movimento polissêmico que configura a determinação do sujeito suábio, o sujeito construído numa FD de trabalho.

Partimos da constatação de que há uma produção/circulação crescente de sentidos em torno dessa expressão, o que nos leva a questionar, considerando a FD em que o enunciado está inscrito, o modo como o processo polissêmico sobre o discurso implícito na expressão “Conquistado”, realiza a inclusão/exclusão dos sujeitos na comunidade Entre Rios. O que também nos faz conjecturar sobre a reivindicação da posse de terra, não pelas armas, não pelo extermínio, *não pela espada*, mas pelo discurso civilizatório e progressista do trabalho, essencialmente agrícola, dos imigrantes e que emerge num momento histórico mundial de planos econômicos para o desenvolvimento dos países sul-americanos.

Ao compor-se uma FD desenvolvimentista para o Brasil, o sujeito imigrante “suábio” é aquele que é hábil e experiente para trabalhar com a terra e o conhecimento autoriza o sujeito a ocupar a terra. Pelas práticas sociais e pela memória que ressoa do passado, ocupa junto com o lugar empírico, uma posição-sujeito de “herói” da enxada e do arado, ele não tem super-poderes, seu dom maior é a força de trabalho, para dela tirar, seu “ganha-pão”.

O paranaense, como os brasileiros do sul, se habituou ao fenômeno sociológico da aculturação. Compreende as diversidades dos outros.

Conhece as diversidades que permanecem, ainda que modificadas. Encontra-se, no Paraná, com menos frequência aquele comportamento feito de hostilidade aos estrangeiros, mais comum nas regiões brasileiras de pouca incidência deles. (MUNHOZ apud ELFES, 1971, p.8)

De modo generalizado, o imigrante chega a um novo lugar, para ocupar a tarefa dos escravos na mão-de-obra, porém, os suábios em Entre Rios, chegam em outras condições de produção. Recém-chegado numa “Nova” Pátria, portanto uma nova vida, imposta ou não, pelas leis políticas/jurídicas do Estado ou por sua condição mesma de imigrante, não é vilipendiado ou subordinado, mas exaltado, recebido com respeito e incumbido da responsabilidade de mudar o próprio futuro e o futuro econômico do país que os acolheu, neste caso, o Brasil.

Todavia, o enunciado marca o discurso do orgulho de ser suábio, das habilidades técnicas para trabalhar com a agricultura, que vem de tempos remotos e também pelos discursos que ressoam das narrativas históricas, em Elfes (1975) e Stein (2009), em contraposição à humildade declarada no excerto da nota 31. Além de herói, ele é “filho da paz”, cansado de sofrer as agruras da violência, da guerra, na Europa, os suábios buscaram um novo lar, neste caso, o Brasil. E (re) significaram o espaço brasileiro com suas tradições e cultura suábica, construindo sua comunidade aos moldes de seus antepassados. Os recortes nos levam para a constatação de que uma comunidade é formada pela história de um grupo, porém os discursos regulam ideologicamente os sujeitos e nesse momento da leitura desse espaço, novamente invocamos Anderson, quando ele trata da *camaradagem horizontal* nas comunidades imaginadas:

[...] ela é imaginada como uma comunidade, porque independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade, que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham se disposto não tanto a matar, mas, sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas. (2008, p.34)

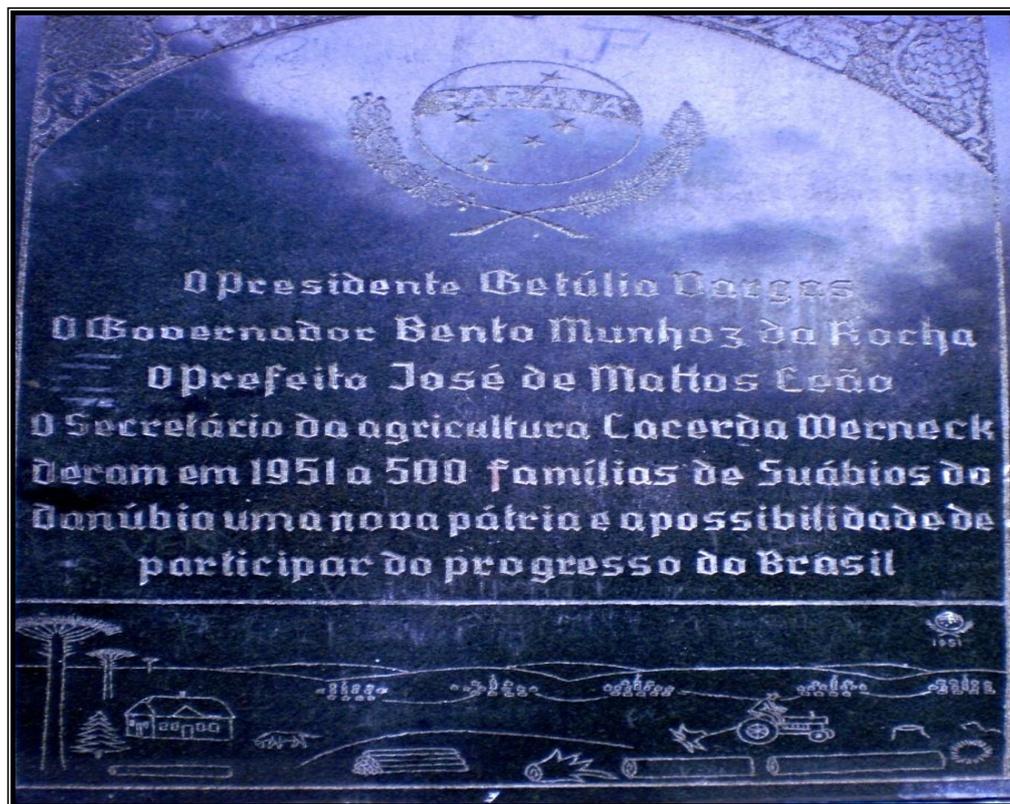
Tratamos a colônia de Entre Rios como comunidade imaginada, por conta, justamente, dessa contradição: embora desigual, tem-se a ilusão da igualdade. Busca-se, por meio da língua, do discurso, enfatizar as origens repetindo discursos sobre a tradição e a continuidade da cultura, como formas de homogeneização.

A comunidade imaginada de Entre Rios constrói-se a partir da memória do passado, da fidelidade às tradições e heranças culturais, pontos nos quais se busca a unificação identitária do povo suábio.

O monumento fica na praça, espaço histórico para se produzir dos cursos históricos (NUNES, 2011), que objetiva principalmente atualizar a memória dos discursos fundadores das/nas praças, articulando então a estratégia do discurso universalizante que irá determinar as ações políticas no espaço urbano (semiurbano para nós).

Os sujeitos da praça ocupam a função-leitor quando são interpelados pelo discurso sócio-histórico e ideológico, pela presença da língua na praça, que nas circunstâncias do pré-construído rememora o lugar do povo, para o povo ‘manifestar suas ideologias’, que povo tem lugar nos pedestais da história, nos jardins da memória, quais memórias são gravadas na pedra?

sdr 5- “O Presidente Getúlio Vargas, o Governador Bento Munhoz da Rocha, o Prefeito José de Mattos Leão, o Secretário da agricultura Lacerda Werneck deram em 1951 a 500 famílias de Suábios do Danúbio uma nova pátria e a possibilidade de participar do progresso do Brasil.”



Enunciado-imagem 5 – Monumento em homenagem aos imigrantes Suábios - Praça Nova Pátria - Colônia Vitória - Entre Rios

Fonte: Foto Adriana Bernardim

O monumento localizado na Colônia Vitória faz retornar a memória da pátria que ficou para traz, expresso pela tipografia gótica, novamente ressoando a memória dos antigos germânicos que estampavam nas suas flâmulas e brasões a escrita gótica de seu reino. A designação “Nova” Pátria faz ressoar um discurso institucional e, nesse discurso, os sujeitos que representam o Brasil (Getúlio Vargas), o estado do Paraná (Governador Munhoz e o Secretário da Agricultura Lacerda Werneck) e a cidade de Guarapuava (prefeito José de Mattos Leão) se constituem na ordem da evidência como aqueles que negociaram as terras a 500 famílias, mas o discurso governista na pedra monumental é de que eles foram “doadores” da terra. Por essa ação, bondosa do governo brasileiro, em todas as suas instâncias, as famílias imigrantes teriam “uma “Nova” Pátria”.

Outro sentido possível é o apagamento das histórias de vida dos imigrantes e da “Velha” Pátria, contando com a possibilidade de gerenciar a memória por meio da representação dos sujeitos-imigrantes da região suábica, no Brasil – a “Nova” Pátria,

buscando apagar uma memória discursiva, que instaura a ilusão de verdade de que o Brasil é a esperança. Trata-se, enfim, de colocar a “Nova” no lugar da “Velha”.

Os efeitos de discursos que ressoam dessas FDs, são muitos, mas um deles evidencia-se na materialidade em questão: tanto o sujeito “suábio”, quanto o nativo da região guarapuavana, são conectados de forma paradoxal e ao mesmo tempo recíproca: os dois podem sofrer a ação da *nation ness* de Anderson (2008), os brasileiros se germanizando pela chegada dos suábios, como os suábios abasileirando-se. Ambos se afastam de suas origens, e principalmente pela miscigenação, degeneram-se e deixam de ser para tornar-se uma comunidade do entremeio/entre-lugar.

Os mapas aqui analisados constroem a identificação do povo, descendentes de suábios, em Entre Rios, com o povo que habitou aquela região nos tempos passados. Tomados em sua totalidade, os enunciados, sinalizam para mapas e para localização geográfica de um lugar, que é designado como “Velha” Pátria, remetendo para uma estabilidade, para o conhecido, para um passado. Nesse sentido, o adjetivo “Velha” que o determina, possui efeitos de sentidos ligados à ordem do nacional, à saudade da pátria distante, sempre lembrada/comemorada, ancorando-se em condições sócio-históricas que sustentam a historicidade, que desloca fatos e dados. O mapa funciona como um discurso *de*, a memória coletiva ou social, que dá visibilidade ao passado e por ele/nele, a outro lugar, uma memória da Europa, significando como o berço, a origem, enfim a Pátria que ficou ao longe, mas na ordem do imaginário está sempre presente, fazendo sentido.

O que une as duas pátrias é o imaginário de trabalhador/trabalho significados pelos monumentos, enquanto materialidade pela qual ressoam efeitos de sentidos coerentes com a cena enunciativa, na qual, a disciplina e o seguimento de regras comuns permitem que os sujeitos vivam e convivam, legitimando discursos que exaltam a convivência pacífica e apagam/silenciam as formações discursivas ligadas à dominação/exploração da classe trabalhadora, o que, também implica pensar como o Estado opera a identificação dos cidadãos, a partir de sua categorização da sociedade em conjuntos sociológicos.

4.2.2. Placas

sdr 6 – Placa indicativa numa rua da Colônia Vitória - Entre Rios



Enunciado-imagem 6 - Placa indicativa numa rua da Colônia Vitória - Entre Rios
Fonte: Foto Adriana Bernardim.

Para Nunes (2011) as praças são envoltas pelo histórico do espaço pela linguagem, assim as placas turísticas, por exemplo, aquelas que contêm informações sobre pontos históricos ou de turismo em geral constituem um “imaginário do conhecimento didatizado das coisas públicas, da história e da cultura, tornando a praça legível, interpretável” (p.161).

No espaço em que recortamos nossas materialidades, entendemos a rua como interpretável e a placa a qual nos referimos acima, como materialidade da língua que rememora/comemora a língua alemã dos imigrantes suábios, portanto no entorno da rua representada pela placa, temos o espaço discursivo da história na linguagem,

Os enunciados nas placas indicativas da Colônia Vitória, em Entre Rios, ajudam a construir a subjetivação dos habitantes de/em Entre Rios, que estão inscritos numa dada posição-sujeito, numa formação social, ideológica, e por que não dizer, imaginária. As placas também se configuram como marcas, se não de resistência à nova ‘língua’, a portuguesa, pelo menos, marcas que evidenciam a identificação com a ‘língua’ da “Velha”

Pátria, e até mesmo, o assujeitamento do sujeito perante as formações ideológicas que gerenciam o espaço discursivo das colônias em Entre Rios.

A regulação das relações entre o público e o privado, afeta os espaços em Entre Rios, significando de certo modo, a ausência da administração pública municipal de Guarapuava, o que abre a possibilidade desse gerenciamento ser manipulado pelo privado, nesse caso, principalmente, pela ‘mantenedora’ econômica do distrito, a Cooperativa Agrária, possibilitando novas formações discursivas e novos processos metafóricos da/na comunidade como: o aparato turístico que quase sempre é efeito de sentidos decorrentes das relações de negócios da ‘empresa’ em detrimento dos anseios da comunidade que se diz ‘suábica’, da ‘não-suábica’, quem dirá dos grupos periféricos, que não ocupam nem uma posição nem outra.

4.2.3. Mapas

sdr 7 – Mapa da procedência dos Suábios do Danúbio no Memorial Mathias Leh – Colônia Vitória – Entre Rios



Enunciado-imagem 7 – Mapa da procedência dos Suábios do Danúbio no Memorial Mathias Leh – Colônia Vitória – Entre Rios

Fonte: Foto Adriana Bernardim- Acervo do Memorial Mathias Leh

Os mapas referidos acima estão expostos no Memorial Mathias Leh, residência do ex-presidente (*in memoriam*) da Cooperativa Agrária e evidenciam a história por meio da territorialidade, como elemento fundador das origens dos suábios. As materialidades discursivas dos mapas, aqui apresentados, também estão expostas no MH, acompanhados da seguinte inscrição “Localidades na Antiga Pátria, hoje Croácia, Sérvia, Hungria, Romênia de onde provêm os colonizadores de Entre Rios”. Chamamos a atenção às expressões, colonizadores ⁶¹ e Antiga pátria, confirmando o desejo dos sujeitos e os efeitos de sentidos dos discursos na formação de um novo lugar para viver por meio da colonização, pela representação dos três significados contidos na nota de rodapé dessa página.

sdr 8 - Mapa da procedência dos Suábios do Danúbio no na festa de Comemoração dos 60 anos de Imigração Suábia na Cooperativa Agrária - Colônia Vitória – Entre Rios



Enunciado-imagem 8 – Mapa da procedência dos Suábios na festa de Comemoração dos 60 anos de Imigração Suábia na Cooperativa Agrária - Colônia Vitória – Entre Rios
Fonte: Foto Adriana Bernardim

Colocado na parede externa da sede administrativa da Cooperativa Agrária Entre Rios, na Colônia Vitória em Guarapuava-PR, o mapa, apresenta um termo diferenciado dos

⁶¹ Disponível em <http://200.241.192.6/cgi-bin/houaissnetb.dll/frame?palavra=colono#49927> acesso em 16/07/2013, temos as seguintes designações: **1.** aquele que habita uma colônia; membro de uma colônia. **2.** aquele que emigra para povoar e/ou explorar uma terra estranha. **3.** lavrador que trabalha em terra de outrem por um salário.

termos usados no MH, quando, este, refere-se à pátria de origem, designando-a por “Velha” pátria, o que nos chama atenção, uma vez que no MH observamos a expressão “Antiga” pátria⁶². Apesar de ser uma réplica do mapa “oficial”, o enunciado-imagem 8, por ser copiado, apenas redesenhado, evoca uma questão importante na construção das identidades de uma comunidade, *a territorialidade*.

Podemos ver o mapa como uma ferramenta para instituir o território e como mais um elemento no processo de identificação, conforme Orlandi (2011 p. 20)

[...] Territorialidade: espaço, como temos afirmado, material, parte das condições de produção dos sentidos que aí se constituem, se formulam e circulam. Espaço histórico e simbólico. Espaço de interpretação. Nesse caso, o que refere “território”, espaço institucionalizado, nomeado pelo poder do Estado. Que faz unidade e demanda identidade. Espaço significado politicamente e que, por isso, inscreve o processo de identidade no discurso institucional do Estado [...]

Os mapas apresentados evidenciam nos discursos dos descendentes de suábios, um discurso identitário, que liga o imigrante “à terra”, não só na posição-sujeito de proprietário, mas também numa posição-sujeito que se assujeita à propriedade da terra, pela questão da sobrevivência e até mesmo, como bem de consumo, como produção de riquezas, como lucro e geração de renda, na FD capitalista. O que, no passado pioneiro, funcionava como discurso da terra como sobrevivência e construção da “Nova” pátria, hoje, a terra, ampliada em muitos mil hectares, não para todos os sujeitos, funciona como latifúndio. Poucos, com muita terra, reinterpretando o individualismo, que ressoa do discurso do MH, na terra como riqueza do latifundiário, que mesmo designado de *cooperado*, usa a terra para negociar para aumentar seu poder aquisitivo. O discurso do agronegócio ressoa principalmente da cooperativa que regula as práticas de trabalho no

⁶²Disponível em <http://200.241.192.6/cgi-bin/houaissnetb.dll/frame?palavra=antigo#16815> acesso em 16/07/2013. **1.** Que existe há muito tempo, que vem de longa data **2.** Que existiu outrora, que já passou **3.** Que se conserva desde muito tempo. **4.** Que já não se exerce mais (diz-se de cargo, profissão) **5.** Que corresponde a uma tradição; vetusto **6.** Rubrica: história. relativo à Antiguidade **7.** Pessoas que existiram em tempos precedentes ao atual; ascendentes, antepassados, avoengos

lugar, em detrimento dos primeiros discursos colonizadores. Esses discursos primeiros, “justos e legítimos”, em consequência da formação discursiva da época, agora se dispersam no jogo de implícitos, pois também podemos, pelos *gestos de leitura*, ler que desde a fundação da cooperativa, as terras de Entre Rios foram imaginadas e depois preparadas para grandes safras e, conseqüentemente, grandes riquezas, do distrito, do estado e do sujeito.

4.3. COLÉGIO IMPERATRIZ DONA LEOPOLDINA – CIDL - RELAÇÕES SOCIAIS E DE SENTIDOS – A LÍNGUA CONFRONTADA

Logo nos primeiros anos de colonização, os pioneiros contavam com uma escola por vila, para atender seus filhos/estudantes, mas em 1968 foi fundado o CIDL, que se engajou num projeto linguístico e de manutenção da cultura dos suábios do Danúbio. Centralizado na Colônia Vitória, o colégio, pelo ensino da língua alemã, recebeu ajuda financeira para projetos culturais, estreitando ainda mais o laço com a Velha Pátria, personificada no país alemão.

O CIDL tem um vasto alunado, e mais da metade são descendentes de suábios e/ou filhos de associados da Cooperativa Agrária (os chamados cooperados), percebe-se que o colégio já foi mais rígido quanto ao ingresso de alunos de outras localidades ou de alunos que não sejam descendentes de suábios. Hoje, a instituição, num processo mais democrático e de abertura à diversidade dos sujeitos que habitam o lugar e as proximidades, oferece vagas, também, aos filhos de funcionários e para a comunidade em geral, advinda de cidades vizinhas como o Pinhão. Na página eletrônica do CIDL temos:

sdr 9 - O Colégio atende em sua maioria a alunos descendentes de suábios, filhos de associados da Cooperativa Agrária. Atende *também* aos filhos de funcionários e pessoas da Comunidade em geral. Os alunos do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina em sua grande maioria ingressam na Educação Infantil e deixam o Colégio após concluírem o Ensino Médio. São alunos em idade escolar compatível com sua idade cronológica e o desenvolvimento educacional é bastante homogêneo, visto que têm a mesma formação educacional. Quanto à situação financeira são oriundas, em sua maioria, de classe média e as mensalidades são em partes subsidiadas pela Mantenedora. Os alunos do Colégio

Imperatriz têm dedicação exclusiva aos estudos. Os alunos que residem em outras vilas são transportados por ônibus escolar exclusivo do Colégio⁶³.

Na sdr 9, o enunciado traz um sujeito que toma a palavra, representado pelo CIDL, faz uma apresentação do colégio que funciona na Colônia Vitória, enfatizando o público atendido: “em sua maioria descendentes de suábios”, expressão que é complementada por “filhos de associados da Cooperativa Agrária. Vemos o funcionamento da ideologia no discurso, pois sendo a escola um lugar estratégico para a formação discursiva dos sujeitos, na categoria de escola privada e com base no discurso da escola-empresa, que forma clientela, seleciona aqueles que podem/devem fazer parte do corpo discente. “Trata-se de um colégio voltado para atender especificamente aos interesses dos descendentes, ou seja, não é para todos ou pelo menos se prioriza esse tipo de clientela. Ao marcar o período com a expressão “em sua maioria”, pode-se perceber tal prioridade. No primeiro período, nota-se que “descendentes de suábios” e “associados da Cooperativa Agrária”, funcionam como complementos e são tomados como sinônimos, nesse sentido a segunda expressão reescreve a primeira e produz um efeito de sentido conclusivo (não analisamos o efeito de verdadeiro ou falso, mas o que podemos depreender da língua e seus equívocos, falhas e rupturas): todos os associados da cooperativa são descendentes de suábios.

Os sujeitos se constituem como clientes/alunos: ricos, herdeiros da tradição suábica e da educação disciplinar alemã, não têm defasagem de idade-série, têm uma formação educacional homogênea, contrapondo-se à outra formação discursiva que contextualiza, na contramão de nossas análises, a formação dos sujeitos que não são descendentes de suábios. Entendemos então, que esses outros sujeitos, carregam evidências daquilo que é contrário à expectativa que se tem dos futuros alunos do CIDL, como: preguiça, indisciplina, falta de dedicação ao estudo, de formação educacional *heterogênea*, imprimindo a essa heterogeneidade um sentido negativo.

Fazemos aqui, um adendo ao que não está escrito, nem dito na sdr em questão, entretanto, ressoa como uma forte presença na ausência, pois o silenciamento do/no

⁶³ Disponível em <http://www.colegioimperatriz.net.br> acesso em março/2013.

discurso sobre a comunidade escolar do “brasileiro”, em Entre Rios, nos leva a tipificar a identidade daquele que não é descendente de suábio e não estuda no CIDL, como um sujeito que não é possuidor de tais características, não fosse assim, o conector “*também*” (segunda linha da sdr 9) não explicitaria a funcionalidade discursiva que soa como exclusão e não inclusão dos “filhos de funcionários”, esses sujeitos *outros*. Se no enunciado coloca-se a “maioria” é porque existe a “minoridade” nesse espaço, palavra que não é dita, mas significada pelo uso do “*também*”, que abre para interpretação: “Atende *também* aos filhos de funcionários e pessoas da Comunidade em geral”. Embora o “*também*” indique inclusão, nesse caso reforça a diferença e projeta o outro: filhos de funcionários e pessoas da comunidade em geral. Assim, o funcionamento desse conector argumentativo se mostra como uma marca de alteridade: representa o outro, oposto da maioria.

O enunciador que ocupa uma posição de porta-voz da escola, consciente ou inconscientemente, traça a estrutura linguística das *formas de dizer*, não dizendo. Analisando apenas a materialidade da língua, o texto apresenta períodos curtos, de ordem direta, sujeito na terceira pessoa “O Colégio atende”. Destacamos o enunciativo do texto, pelo uso do marcador discursivo, Ducrot (1987), mais especificamente, o conector aditivo “*também*”, introduz-se um enunciado, mas que na categoria de discurso, destaca a valorização do sujeito, no caso, do sujeito que é filho de cooperado, do descendente de suábio, do que faz parte da classe média. O conector que agrega na estrutura linguística um enunciado ao outro, pelas vias da AD, acaba dividindo, colocando as formações ideológicas dos sujeitos-alunos em confronto, pois filhos de funcionários e pessoas da comunidade em geral, são afetados pelos efeitos de sentidos gerados pela formação social/ideológica, ou seja, não são classe média, logo, a situação financeira, nesse enunciado, é outro ponto que marca a diferença entre as classes.

No decorrer do texto, o termo “associados” funciona em oposição a “funcionários”, não só pela hierarquia sócio-política estabelecida, mas também e, nesse caso, principalmente pela questão da nacionalidade de origem. Assim, “funcionários” não se opõe somente a “associados”, mas também a “descendentes de suábios”. Instala-se uma divisão que é política, social, econômica e linguística, que separa de um lado o descendente de suábio e do outro o não-descendente. Podemos interpretar que o não-

descendente é representado por “funcionários” e “comunidade em geral”, e é a não-descendência que os determina como minoria?

Assim, há uma aparente seleção para estudar no CIDL, entretanto, não é apenas pela questão financeira, o status financeiro do aluno é levado em conta, todavia o que se coloca num mesmo nível de importância para compor o quadro discente do CIDL é a questão “descendência suábica”.

Essa excelência na ilusão de homogeneidade do perfil do aluno do CIDL é refletida na riqueza da infraestrutura física do CIDL, que compõe-se de dois prédios próprios, mantidos pela Associação de Educação Agrícola Entre Rios, um para a parte Administrativa, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Profissionalizante. A escola conta com vinte e três salas de aula, laboratórios de física, química, biologia, matemática, línguas e computação. Há uma área para outras atividades culinária, artesanatos, marcenaria e horta e possui 3 quadras esportivas. Todas as salas são equipadas com TV e vídeo. A Biblioteca tem um acervo de 20.000 livros disponíveis aos alunos, professores, funcionários e a comunidade, uma parte significativa desses livros, são no idioma alemão.

No segundo prédio funciona a Educação Infantil, seis salas de aula, sala de TV e vídeo, sala de música, sala de educação física e parque infantil e o "Centro de Alunos" *Shülercenter e Kindercenter*, um projeto do “jardim de infância”, onde em regime de contra turno, têm atividades de recreação e também a promoção da prática da língua alemã.

O colégio, no efeito de rememoração (discurso *de*), traz o nome da Imperatriz Dona Leopoldina da dinastia austríaca de Habsburgo-Lorena e que no Brasil, foi arquiduchessa da Áustria, primeira imperatriz-consorte do Brasil. Exerceu, também, o cargo maior de regente do Brasil em setembro de 1821, quando da situação delicada em que D. Pedro, ausente, resolvia questões políticas em São Paulo. Dona Leopoldina que ocupava interinamente o governo, diante da pressão exercida pela coroa portuguesa, pede para que D. Pedro proclame a Independência do Brasil e, numa carta, ressalta em tom preocupado: "O pomo está maduro, colhe-o já, senão apodrece". A imperatriz foi quem assinou o decreto de Independência do Brasil da província lusitana.⁶⁴

⁶⁴Disponível

em:

<http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/19/artigo1346813.asp/http://galileu.globo.com/edic/86/conhecimento2.htm>. Acesso em 30/03/2013.

Um dos efeitos de sentidos que ressoam na atualidade, pelo que é memória (discurso *de*) é identificação entre esse espaço e o brasileiro, que é dado pela história do Brasil, no caso na figura da Imperatriz. Entretanto, o fato de a identificação dar-se em relação a uma figura da nobreza austríaca e não com um índio, por exemplo, sinaliza para outro efeito, o de afastamento em relação ao que é ‘da terra’ ou é nativo do Brasil, o índio, significado como o primeiro habitante da terra. A ligação Brasil/Nação com o espaço de Entre Rios ocorre via o que não é exatamente brasileiro, mas que, assim como os suábios, veio de outro lugar, de outra Nação, ocupando um lugar importante para a história brasileira. Nessa nomeação, a identificação primeira é entre os imigrantes da colônia com a imigrante (Imperatriz) que tem a mesma origem dos suábios e apesar de estrangeira em relação ao índio, o sujeito originário do Brasil, assumiu um lugar de destaque na história brasileira e por que não dizer, para os suábios de Entre Rios.

Nas condições de produção da independência política brasileira, o discurso colonial ressoa de outro modo, pois rompe com uma regularidade, colocando a “Velha” Pátria numa relação ideológica atualizada, não de dominação, como no passado, na relação Brasil/Portugal ou Europa/América. Em uma FD que assegure a sobrevivência do futuro, o velho mundo defende o novo, a figura da Imperatriz Leopoldina representa a liberdade do Brasil.⁶⁵

O uso, incentivo e ensino da língua alemã nas colônias de Entre Rios não está à margem de um discurso fundador de colonização, pois a presença do idioma alemão no currículo escolar do CIDL, como mais uma língua estrangeira na grade curricular, além da língua inglesa e da língua espanhola, vem reforçar o discurso de institucionalização, pelo qual aprender o alemão, pode significar ter mais oportunidades no mercado de trabalho do próprio distrito ou uma possível experiência de estudos ou trabalho nos países com os quais as colônias e a cooperativa Agrária têm relações sociais e comerciais. Ratifica-se esse desejo, num recorte de sequências discursivas que faremos do site do CIDL:

⁶⁵ “O Colégio Estadual D. Pedro I, surgiu da necessidade de continuidade de estudos dos jovens de Entre Rios, que concluíam o 1º Grau na Escola Municipal Francisco Peixoto Lacerda Werneck e não tinham onde fazer o 2º Grau, pois a única escola em Entre Rios com esta modalidade de ensino, era o Colégio Imperatriz D. Leopoldina, escola particular e diurna. Sendo esses jovens oriundos de famílias menos privilegiadas, onde a necessidade de trabalhar acontecia muito cedo, ansiavam pela criação de um colégio noturno, onde pudessem continuar seus estudos e atender as necessidades familiares de subsistência.” Disponível em <http://www.grpdompedro.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=13> Acesso em jun/2013

sdr – 10 - Missão: “Promover aos educandos processos educacionais de formação integral e profissionalizante, diferenciados pela língua alemã e pelos valores da mantenedora”⁶⁶.

A missão da instituição educacional é preparar o jovem para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho. Para isso ele aprende a língua alemã e é guiado pelos valores da mantenedora (Cooperativa Agrária), que são significados como os de maior valor e mais corretos, já que servem de parâmetro. A língua alemã representa o poder nesse enunciado, pois saber a língua é o que constituirá a diferença e garantirá ao sujeito um lugar.

Constituem-se, portanto, evidências de incentivo e até apoio para que os jovens saiam do lugar em busca do novo, que pode ser a busca do passado, já que retornam aos países que compõem sua origem imaginária, a Alemanha, a Áustria, entre outros. Um mecanismo em relação ao pertencimento e à identificação, que na ordem do inconsciente apela para que os jovens “sintam-se” parte do grupo, ocorre pela língua da velha Pátria, constituindo, de acordo com Orlandi (2008, p.176), como organizadora de uma nação, pois na escola não só é mostrada a necessidade de falar a língua alemã, mas também de saber sobre ela. A autora destaca, que

O discurso científico *sobre* a língua ajuda a constituir esse imaginário para a nossa sociedade, em que a disputa por uma língua oficial e por uma gramática trabalha um projeto de organização de nação por processos de linguagem que objetivizam um *modelo* de cidadão com uma língua, um rosto, uma presença institucional específica.

O idioma alemão clássico - Hochdeutsch, ensinado no CIDL, é uma terceira língua para os alunos, descendentes de suábios. A primeira é o dialeto suábio Schwowisch (a língua materna) e a segunda, a língua portuguesa. Porém, a comunidade é constituída como a “Velha” Pátria, não apenas porque falam o dialeto suábio, mas fazer parte dessa

⁶⁶ Disponível em <http://www.colegioimperatriz.net.br/missao.asp> acesso em março/2013

sociedade, inclusive para os alunos do colégio, se deve ao fato de viver os mesmos costumes que advêm de seus ascendentes, ter orgulho de pertencer ao grupo e o desejo de manter as tradições suábias. Os alunos que não possuem essa mesma constituição, que não fazem parte das práticas sociais suábio-danubianas, embora façam ou possam fazer parte do quadro discente e falem o alemão da escola, são de certa forma, excluídos.

Diante da permanência da língua, tanto o Hochdeutsch, como o Schwowisch, interpretamos que há um discurso europeu de civilidade, ou ainda de colonização-pátria, funcionando numa FD consciente e regimentada no currículo escolar, de ensinar o idioma alemão, o Hochdeutsch que é uma variante linguística oficial do alemão e por manter com orgulho, a tradição oral da língua, que está no colégio, mas também fora dele, no uso constante do Schwowisch, o dialeto dos suábios do Danúbio, que pode admitir várias pronúncias e grafias para uma mesma palavra.

sdr 11 - “O Colégio Imperatriz tem como característica principal ser uma escola bilingue (português-alemão), onde além da língua nacional é cultivada a língua e a cultura dos imigrantes”.⁶⁷

Para dar visibilidade ao ensino da Língua Alemã e ao modo como a instituição escolar fala desse ensino, como vemos na (sdr 11), do site do CIDL, encaminham para gestos de leitura e nos permitem identificar alguns efeitos da língua como elemento que institui uma ideia de nação nos sujeitos. A questão do bilinguismo apresenta-se como uma característica do colégio, no qual a Língua Alemã é colocada como um acréscimo e a Língua Portuguesa designada de “nacional”, referendando a identificação, por precisar adequar-se às leis educacionais do Brasil, ou seja, obrigatoriamente, ensinar a língua oficial do Brasil. O modo de colocar as duas pátrias é designar-se como um colégio bilíngue, que não é, pois só há uma língua oficial, a língua portuguesa. Porém, esse ‘tal’ bilinguismo tenta construir uma escola de sujeitos homogêneos? Como isso é possível numa circunstância tão mesclada de línguas. Entretanto, silencia-se a língua portuguesa, na medida que ela constitui um sujeito dividido entre o imaginário de duas línguas-mãe. E então, colocamos mais uma pitada de controvérsia nesse discurso linguístico do CIDL,

⁶⁷ Disponível em <http://www.colegioimperatriz.net.br/historico.asp> Acesso em março/2013

trazendo um pensamento de Ernst Moritz Arndt⁶⁸ que nos diz : “a Alemanha está onde se fala alemão”

Vale destacar que o silenciamento/apagamento das práticas sociais nacionais visibilizam as práticas do imigrante, as quais estão em todos os lugares, inclusive no número de obras em língua alemã que estruturam a biblioteca, em detrimento das obras em Língua Portuguesa. A língua portuguesa é ensinada, assim como a língua alemã, porém o que as diferencia, é o tratamento que lhes é dado, pois o status da variante linguística padrão, o Hochdeutsch, é discursivizado como língua superior, até ao próprio Schwowisch, pois encaminha para a modernidade, para o futuro profissional dos alunos. O alemão clássico da escola é estruturado no binômio (língua X ascensão social) e o dialeto suábio é cultivado como (língua X práticas sociais), pelas redes parafrásticas que ressoam do discurso escolar e do discurso social que os constituem.

sdr 12 - “A Educação Infantil é desenvolvida toda em língua alemã, culminando no Jardim III com a alfabetização. Na 1ª série do Ensino Fundamental o aluno é alfabetizado em língua portuguesa, permanecendo as duas disciplinas até o fim do Ensino Médio”⁶⁹.

Na sequência discursiva (sdr 12), instaura-se enfim a significação da “Velha” Pátria, pois mesmo estando no Brasil, e tendo como língua oficial, a portuguesa, a Educação Infantil é desenvolvida “toda” em língua alemã, ou seja, o sujeito está em um lugar, mas vivencia/constitui-se por/em outro. O colégio é significado como a extensão da casa, mesmo que nem todos os sujeitos que vivam na comunidade de Entre Rios, falem no dia a dia a língua alemã, mas mesmo que isso não aconteça, a escola, de acordo com Althusser (1985), desempenha o papel de Aparelho Ideológico de Estado e inculca nas crianças, desde o maternal “saberes contidos na ideologia dominante” e o faz silenciosamente, trabalhando em torno de consciências, nesse caso pela/na língua.

A primeira alfabetização é em língua alemã, a qual se constitui então, como língua materna, como aquela que o sujeito ‘sabe’, mesmo que não saiba falar sobre ela. Os efeitos de sentidos que resultam do ensino da língua alemã e da preponderância da língua dos

⁶⁸ Disponível em: <http://abcdesign.com.br/por-assunto/teoria/a-tipografia-gotica-e-sua-identidade/>

⁶⁹ Disponível em <http://www.colegioimperatriz.net.br/historico.asp> Acesso em março/2013

imigrantes e de sua cultura no ensino oficial, em detrimento da Língua Portuguesa, instaura pertencimento e identificação e são esses efeitos de sentidos que permanecem, especialmente devido ao momento em que ela é ensinada, ou seja, na primeira infância, anos em que, muito provavelmente, tudo que é tido/feito na escola significa/constitui sujeitos.

sdr 13 - Projetos da escola – “Também oferece habilitação para frequentar Universidades, ou curso na Alemanha, através das provas de alemão ZDP e KMK”⁷⁰.

Na sequência discursiva (sdr - 13), o projeto da instituição escolar é continuar o trabalho que se realiza desde a primeira infância, ou seja, habilitar os sujeitos para frequentar universidades alemãs. Um dos efeitos de sentidos disso, é que o projeto totalizante é continuar alimentando a “Velha” Pátria na “Nova” Pátria, protegendo-a do esquecimento e colocando-a em posição superior ao do sistema linguístico nacional vigente.

Nem tudo pode ser analisado de forma mais detalhada, uma vez que precisaríamos do dobro de tempo e de leituras para fortalecer nossa análise, mas de certa forma, o que selecionamos são materialidades que são alimentadas pelos discursos do/no *corpus* – o MH. Assim, o CIDL desenvolve práticas educacionais, moldando a subjetividade dos alunos que se reconhecem e são reconhecidos como sujeitos preparados para viver em uma sociedade também imaginada no discurso de imigração.

⁷⁰ Disponível em <http://www.colegioimperatriz.net.br/historico.asp> Acesso em março/2013

5. CONCLUSÃO

Os suábios do Danúbio se caracterizaram como uma etnia que sofreu condições adversas na sua caminhada histórica e trouxeram consigo o estigma da luta pela terra, pelo lugar onde habitar, pela recuperação de sua tradição e de práticas sociais fazendo ressoar tudo isso no imaginário da “Nova” Pátria, o Brasil, o entre-lugar.

Sua vinda para os campos de Entre Rios, obedeceu a um projeto que tanto atendeu aos interesses do povo suábio, quanto aos interesses, principalmente econômicos do governo brasileiro, representado na figura emblemática de Getúlio Vargas, que com a administração dos governadores, colocava em prática, investimentos na produção de trigo, numa tentativa de colocar o Brasil na disputa do mercado exterior e tentar minimizar a defasagem produtiva trigueira.

As colônias formadas a partir desse modelo econômico e cultural fornecem muitos elementos para a interpretação de uma comunidade imaginada, que nos leva a crer na elaboração de novas identidades, apesar de estar focada no passado, portanto as relações de Entre Rios, hoje semiurbanizada, elaborada num processo intersubjetivo, foram e ainda são negociadas no embate da formação dos sujeitos que lá vivem, no “entre-lugar”.

Esse processo pode gerar um diálogo nem sempre homogêneo, justamente pela transformação histórica, a que esses sujeitos foram submetidos e que os conduzem a formas parciais de identificação. Pensam o espaço discursivo de Entre Rios, aliando questões históricas, sociais, geográficas, antropológicas aos nossos *gestos interpretativos* sobre o que o espaço discursivo significou para as nossas análises e sobre o que ele significa para os sujeitos significados por ele. Para tais considerações no texto, nos balizamos com as noções de *entre-lugar* De Certeau (1995) e os conceitos sobre *entremeio* de Orlandi (2003, 2008) articulados aos aspectos de comunidade imaginada de Anderson (2008).

A narrativa da imigração do povo suábio até Guarapuava transforma o lugar no *entre-lugar*, desde sua implantação como um lugar novo, mas que remete ao velho, ou seja, ao discurso da imigração, até os efeitos de sentidos que dele implicam, pelas materialidades que analisamos, tendo como *corpus* o MH, estendido para os espaços

discursivos. O espaço de imigração compôs na nossa análise: ruas, praças, monumentos, placas, e significaram como materialidade discursiva e linguística para interpretarmos os efeitos de sentidos dos discursos de colonização/imigração, e o CIDL pela organização curricular da língua alemã.

A língua é matéria-prima dos processos discursivos e a memória se efetiva na/pela língua, em nosso trabalho pudemos interpretar que os discursos que ressoam da memória da imigração suábica até os campos guarapuavanos, mesmo que signifique como memória cristalizada no imaginário de pertencimento, não deixa de ser uma memória que se reconstitui ou que tenta reconstituir uma pátria que ficou ao longe, a “Velha” Pátria.

Destacamos que o discurso de imigração no gerenciamento do museu, expõe/demonstra/museifica e regula os saberes da comunidade de imigração, detalhando a história que deve/pode ser contada e a língua a ser falada, as práticas sociais do povo suábico que constituem evidências de homogeneidade e de verdade, pelo trabalho da ideologia para simular a “Nova” Pátria.

O sujeito imigrante/descendente suábico movido pelas formações imaginárias de uma antiga pátria reconfigura seus desejos no novo lar, pela posse da terra que se significa como “unidade, trabalho, tradição e perseverança” e depois se ressignifica pelas influências capitalistas de manter a “Nova” Pátria, pelas habilidades que ressoam dos antigos suábicos, no desafio de fertilizar a terra e dela construir o seu entre-lugar, principalmente pelo isolamento nas práticas sociais e pelo poder aquisitivo metaforizado na presença da Cooperativa Agrária, mantenedora incondicional da tradição suábica no trabalho agrícola.

O sujeito que descende da imigração suábica em Entre Rios, suplanta a “Nova” Pátria, pois atravessado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia dominante, segue ‘resistindo’ pela língua, pelas práticas sociais das festas, dos ritos, dos costumes, das crenças, pela culinária que resulta no efeito turístico da região, que se impõe pela sua condição econômica e se relaciona com políticas representativas desse quadro social.

As práticas discursivas em relação ao espaço da comunidade, fazem-crer que o espaço de imigração suábica, Entre Rios, no jogo simbólico de identificações que trazem aspectos de hibridização, apesar do discurso imaginário conter a homogeneidade de

práticas sociais, o espaço, representado também pelo duplo, no que tange a sua estrutura semiurbana, ou seja, repleto de contraditórias significações.

Entre Rios mistura a paráfrase do velho mundo (Suábia) à polissemia do novo mundo (Brasil), numa relação intersubjetiva que recheia a comunidade de significados da ordem do já-dito e do a-dizer, no espaço com memória intermitente do rural/negócio, pelas grandes safras de trigo, aveia e cevada.

Concluir este trabalho significa que pela rememoração/comemoração da Imigração Suábia de Entre Rios, temos que o Museu, com sua função de guardar memórias, produz a ilusão da estabilização de um discurso primeiro, de origem fundante, que deve ser respeitado e repetido. É por meio desse discurso *de*, discurso de fundação conservado no museu, que a comemoração se justifica e se significa. Trata-se de lembrar, comemorar para não esquecer, rememorar.

Atualizar o discurso de fundação por meio da comemoração funciona como elo simbólico entre o passado e o presente para *fazer-criar* um futuro. Pois, por meio da rememoração/comemoração promove-se a circulação dos discursos do MH para outras instituições e espaços discursivos, fortalecendo a memória, que ao ser comemorada, deixa de ser só institucionalizada e passa a ser, também coletiva.

O efeito da comemoração é desinstitucionalizar a memória, reatualizando-a e interpelando o sujeito a significar sobre ela, produzindo diferentes formulações do mesmo dizer, repetindo, redizendo aquilo que foi sedimentado no espaço institucional como o mais importante, essencial e melhor. É com base nessa seleção discursiva, que é alicerçada o espaço de imigração de Entre Rios, repetindo/reproduzindo o passado de origem.

É no jogo dual que esse espaço urbano significa: velha x nova; suábio x brasileiro; alemão x português; rural x urbano, no entanto essa dualidade não significa exatamente a possibilidade de movência ora (de/para um), ora (de/para outro) lado. Pelo contrário, é no limite entre um e outro que se constituem os efeitos de sentido.

O desejo em reproduzir a “Velha” Pátria em um outro espaço, a partir dos discursos de práticas sociais, caracteriza a divisão do espaço e a segregação do povo que o habita, produzindo a ilusão da “Nova” Pátria, uma vez que esse espaço também é habitado e portanto discursivizado pelo não-suábio, pelo brasileiro e pela própria hibridização com a

nova ordem dos discursos. O significante “Nova”, só significa a partir dos discursos de “Velha”, pois a construção da comunidade imaginada e imaginária em Entre Rios, acontece na tentativa de reproduzir e nesse empenho, novos discursos de comunidade, pátria, nação surgem.

A forma de ‘resistência’ que tanto pode ser dos imigrantes/descendentes como dos ‘nativos’, uma em relação à outra formação discursiva, é articulada no lugar que é conhecido como tipicamente suábio. A divisão do espaço discursivo com o ‘brasileiro’ é muito marcada, pois esse entre-lugar é denominado por duas designações já discursivizadas no imaginário da região: onde há a “colônia dos alemães”, há também a “vila dos brasileiros”. Instala-se assim a diferença, a contradição dos discursos de imigração, uma vez os descendentes, que também são brasileiros, desidentificam-se com essa FD do discurso nacional brasileiro e se inscrevem numa FD de subjetivação imaginária de ser o estrangeiro, o suábio.

Distinguimos o espaço discursivo de Entre Rios como o espaço do entremeio, “no meio de”, espaço de discursos fundadores que se articulam, se engendram e se chocam estabelecidos por relações contraditórias. Relações sócio-históricas em que não faltam tensões, processos de inclusão e de exclusão, colonização e colonizado, real e imaginário, apagamentos e silenciamentos nas/pelas relações de força.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. Papel da memória. In: _____. et al. **Papel da memória**. Trad. José H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

AGRÁRIA – Cooperativa Agrária Agroindustrial. Guarapuava. c2012. Disponível em: <<http://www.agraria.com.br>> Acesso em: 14/06/2013.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado. 12. reimp. Trad. Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (Orgs.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP e Pontes, 2002.

CASTIM, Fernando. Brasil: 500 anos de língua portuguesa. **Revista Symposium**, v. 2, n. 2, p. 35-39, jul-dez, 1998.

CASTORIADIS, Cornélius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERVO, Larissa Montagner. **Língua Patrimônio Nosso**. Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos. UFSM – Centro de Artes e Letras – Programa de Pós-Graduação em Letras. Santa Maria, RS, 2012.

COLÉGIO IMPERATRIZ – Colégio Imperatriz Dona Leopoldina. Guarapuava, PR. c1999-2013. Disponível em: <<http://www.colegioimperatriz.net.br/>> Acesso em: 03/2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. Série Princípios.

COURTINE, Jean Jacques. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda. (Orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

DALLA VECCHIA, Adriana. A construção da Identidade de grupo na colônia Entre Rios: o papel da educação infantil. 2011. In: **Anais do SILEL**. v. 2, n. 2. Uberlândia: EDUFU, 2011. Disponível em: <

<http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2011/2039.pdf> > Acesso em: 10/07/2013.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre. et al. **Papel da Memória**. Trad. José H. Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

DE CERTEAU, Michel. **A Cultura no Plural**. 2. ed. Trad. Enid Abreu Dobrânszky. Campinas, SP: Papirus, 1995. Coleção Travessia do Século.

_____. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. 9. ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: uma impressão freudiana**. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DI RENZO, Ana Maria. **Estado, a língua nacional e a construção das políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

Documentário ilustrado da colonização suábios danubiana – Entre Rios. Bildericht donauschwäbischen Siedlung in Brasilien. Red. Jakob Lichtenberger. Trad. e Prod. Karl Leh; Herbert Koenig; Josef Lehmann. Cooperativa Agrária Mista Entre Rios. Guarapuava: PR; Campinas, SP: CARTGRAF

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

DURAND, Jean-Louis. Memória Grega. In: ACHARD, Pierre. et al. **Papel da Memória**. Trad. José H. Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ELFES, Albert. **Suábios no Paraná**. Curitiba: Banco Lar Brasileiro S.A., 1971.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange. (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

GADET, Françoise; PECHEUX, Michel. **A língua inatingível**. 2. ed. Trad. Bethania Mariani; Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

GUIMARAES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 24-28, abr-jun, 2005.

_____. Um mapa e suas ruas. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 95-100.

GRIGOLETTO, Marisa. **A resistência das palavras: discurso e colonização britânica na Índia**. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** Trad. Maria Célia Paoli; Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KOHLHEPPE, Gerd. **Espaço e Etnia.** 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a08.pdf>> Acesso em: 07/05/2013.

KRÜGER, Nivaldo. **Guarapuava: seu território, sua gente, seus caminhos e sua história.** Guarapuava: Fotolaser. 2007.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova.** 2. ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. **Por amor às cidades: conversações com Jacques Lebrun** Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Unesp, 1988.

LEXIKON, Herder. **Dicionário de símbolos.** São Paulo: Cultrix, 1978.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso – (Re) ler Michel Pêcheux Hoje.** Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethania. Políticas de Colonização Linguística. In: **Revista LETRAS.** n. 27, UFSM, Santa Maria, 2003.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares.** Projeto História. Trad. Yara Aunghoury. São Paulo: PUC/SP, 1993.

NUNES, José Horta. Praças Públicas na contemporaneidade: História, Multidão e identidade. **Caderno de Estudos Linguísticos,** Campinas, 53(2), p. 157-168, jul./dez. 2011.

OLIVEN, George Ruben. Patrimônio Intangível: considerações iniciais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ORLANDI, Eni P. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia.** Campinas, SP: Pontes, 2012a.

_____. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012b.

_____. Os sentidos de uma estátua: Fernão Dias, individuação e identidade pouso alegre. In: _____. (Org.). **Discurso, espaço, memória: caminhos da identidade no Sul de Minas.** Campinas, SP: Editora da RG, 2011. p. 13-34.

_____. Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória. **Entremeios: revista de estudos do discurso.** v. 1, n.1, jul/2010. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br>> Acesso em: 08/07/2012.

_____. **Terra à vista:** discurso do confronto entre o velho e o novo mundo. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2008.

_____. **As formas do silêncio:** nos movimentos dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

_____. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005a.

_____. A Língua Brasileira. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Ciência e Cultura.** São Paulo, v. 57, n. 2, Apr./June 2005b. Disponível em: < http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252005000200016&script=sci_arttext > Acesso em: 13/07/2013.

_____. Ler a Cidade: o arquivo e a memória. In: _____. **Para uma enciclopédia da cidade.** Campinas, SP: Pontes, 2004a.

_____. **Cidade dos Sentidos.** Campinas, SP: Pontes, 2004b.

_____. **Discurso fundador:** a formação do país e a construção da identidade nacional. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. (Org.). **História das ideias linguísticas no Brasil:** construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat, 2001a.

_____. **Cidade atravessada.** Os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas, SP: Pontes. 2001b.

PAYER, M. Eunice. A Interdição da Língua dos Imigrantes (Italianos) no Brasil: condições, modos, consequências. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas no Brasil:** construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat, 2001. p. 235-255.

_____. O trabalho da memória no discurso. In: ALMEIDA, Eliana de; BISINOTO, Leila Salomão Jacob; MALUF-SOUZA, Olímpia; SILVA, Valdir (Orgs.). **Discurso, sujeito e memória.** Campinas, SP: Pontes, 2012. p. 91-107.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. et al. **Papel da Memória.** 3. ed. Trad. José H. Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Trad. Bethania S. Mariani. et al. Campinas, SP: Unicamp, 2010b.

_____. **O discurso:** Estrutura ou Acontecimento. 5. ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas, SP: UNICAMP, 1997a.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) **Gestos de leitura.** Da história no discurso. Homenagem a Denise Maldidier. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p. 55-65. Original em francês: “Lirel’archive aujourd’hui”, Archives et documents de la Société d’histoire et d’épistémologie des sciences du langage (Saint-Cloud), 2, 1982, p. 35-45. (1997b).

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Exposições do Museu da Língua Portuguesa: arquivo e acontecimento e(m) discurso.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

SANTOS, Sinval Neves. **Águas fronteiriças superficiais: o caso da bacia do rio Danúbio.** USP, SP: 2005.

SCHERER, Amanda Eloína. A constituição do eu e do outro pela interpelação da língua pela língua na história do sujeito. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites.** São Carlos, SP: Claraluz, 2007. p. 347-356.

SILVEIRA, Verli F. Petri. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins.** Tese de Doutorado em Letras. UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre, RS, 2004.

SILVA. B. Região e tradição editadas: o lugar da revista Guairacá na reafirmação do passado. **Revista Tempo, Espaço, Linguagem.** Irati, v. 03, n. 02, p. 81-101, mai-ago 2012.

_____. Por um acesso fecundo ao arquivo. In: **Letras/Universidade Federal de Santa Maria/ PPGL, Jul./Dez, 2000.**

STEIN, Marcos Nestor. **O Oitavo Dia: produção de sentidos identitários na colônia Entre Rios - PR (segunda metade do século XX).** Guarapuava, PR: ABEU, 2009. Disponível em: www.unicentro.com.br. Acesso em: 06/06/2012.

SUABIOS – Fundação Cultural Suábio-Brasileira. Guarapuava, PR. Disponível em: <http://www.suabios.com.br/> Acesso em: 10/07/2013.

TFOUNI, Leda Verdiani; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. O MST no discurso jornalístico: confronto de posições de formações discursivas. **Caderno de Estudos Linguísticos,** Campinas, 46 (2), p. 253-267, jul./dez. 2004.

VENTURINI, Maria Cleci. **Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração.** Passo Fundo, RS: Editora UPF, 2009.

_____. **Discurso de (rememoração) e discurso sobre (comemoração):** funcionamentos da memória. RN, 2013, no prelo.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Urbanização e ruralidade.** Relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife, 2001. Disponível em: <<http://www.ipse.com.br/manabawa>> Acesso em: 17/07/2013.

ZANDWAIS, Ana. Perspectivas da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso. **Série Cogitare**, v. 08, Santa Maria/RS: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.

_____. Práticas políticas nacionalistas e funcionamento discursivo: totalitarismo, fascismo e nazismo. In: ZANDWAISS, A.; ROMÃO, L. M. S. (Orgs.). **Leituras do Político.** Porto Alegre, RS: UFRGS, 2011.

_____. (Org.). **História das ideias:** diálogos entre linguagem, cultura e história. Passo Fundo, RS: UPF, 2012.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. A cidade se mexe da bicicleta ao cycle chic. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, 53(2): 179-196, Jul./Dez. 2011